



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025





Sumário

Mensagem do Diretor-Presidente	2
Destaques de 2025.....	4
Desempenho Econômico-Financeiro	5
Receita Líquida	5
EBITDA Ajustado.....	6
Lucro líquido.....	7
Endividamento	8
Investimentos	9
Investimentos Concluídos	13
Desempenho Operacional	14
Disponibilidade Hídrica	14
Combate às Perdas Físicas	15
Gestão Energética.....	16
Desempenho Comercial	18
Arrecadação.....	18
Hidrometração.....	18
Relacionamento com o Cliente	19
Regulação	20
Estratégia.....	21
Patrocínios.....	22
Colaboradores	23
Capacitação	23
Balanço Social.....	24
Asseguração Independente	25
Demonstrações Financeiras.....	26
Relatório dos Auditores Independentes.....	160
Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário.....	163
Parecer do Conselho Fiscal	164
Parecer do Conselho de Administração	165



Mensagem do Diretor-Presidente

É com grande satisfação que apresentamos os avanços e resultados alcançados pela Caern ao longo do último ano, reafirmando nosso compromisso permanente com a regulação do setor, com a universalização dos serviços de saneamento básico, com a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia e com o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte. Atuamos de forma alinhada às diretrizes do novo marco legal do saneamento, com responsabilidade institucional, transparência e foco no interesse público.

Seguimos firmes na missão de oferecer serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário com qualidade, eficiência e segurança, reconhecendo o saneamento como um vetor essencial para a saúde da população potiguar, para a proteção do meio ambiente e para a redução das desigualdades sociais. Cada avanço operacional representa mais dignidade, prevenção de doenças e melhoria concreta da qualidade de vida da sociedade que atendemos.

Nosso desempenho operacional, comercial e financeiro reflete a solidez da Caern e o comprometimento de cada colaborador que, diariamente, contribui para levar água tratada e serviços de esgotamento sanitário a milhões de potiguares. A melhoria contínua dos processos, aliada a investimentos estruturantes, à observância rigorosa das normas regulatórias e ao fortalecimento da governança, tem sido fundamental para o avanço consistente das metas de universalização.

Nesse contexto, a Companhia também avança de forma responsável na avaliação e na estruturação de modelo de Parceria Público-Privada (PPP), compreendido como instrumento estratégico para ampliar a capacidade de investimento, acelerar a universalização dos serviços e garantir ganhos de eficiência operacional, sempre preservando o controle público, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e o interesse da população. A modelagem da PPP está sendo conduzida com rigor técnico, alinhamento regulatório e transparência, de modo a assegurar sustentabilidade de longo prazo e segurança jurídica para todas as partes envolvidas.

Em 2025, mesmo diante de desafios que impactaram a geração de caixa, alcançamos resultados relevantes. O crescimento das receitas demonstrou a robustez das operações e a capacidade de manter a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, resultando em um EBITDA ajustado de R\$ 256,7 milhões. Tivemos ainda um aumento no montante das despesas financeiras, em virtude da aplicabilidade da imunidade tributária recíproca, que gerou um passivo regulatório decorrente do compartilhamento tarifário dos benefícios econômicos obtidos.

Os investimentos realizados no exercício, que totalizaram R\$ 294 milhões, foram direcionados à expansão dos sistemas, à reposição e modernização dos ativos e ao fortalecimento



da infraestrutura operacional. Esses aportes refletem nosso compromisso com a universalização do saneamento, com a resiliência dos serviços e com a melhoria contínua da eficiência operacional, em consonância com os parâmetros regulatórios e com a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

Para os próximos ciclos, nossa estratégia estará centrada no equilíbrio entre crescimento das receitas, otimização das despesas, aprimoramento das provisões e fortalecimento da governança. Buscamos ampliar margens de forma responsável, assegurar a sustentabilidade dos resultados e consolidar um ambiente favorável à atração de investimentos, inclusive por meio de parcerias estruturadas, que viabilizem o cumprimento das metas de universalização com segurança, eficiência e responsabilidade social.

Agradeço a todos os colaboradores, parceiros e stakeholders que fazem parte dessa trajetória de transformação. Seguimos juntos, com ética, compromisso público e visão de futuro, para que o saneamento básico continue sendo um instrumento essencial de promoção da saúde, de desenvolvimento social e de sustentabilidade ambiental no Rio Grande do Norte.

George Marcos de Aquino Freitas

Diretor-Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte



Destaques de 2025

Receitas
R\$ 1,25 bilhão



 **Arrecadação**
R\$ 1,06 Bilhão

Investimentos
R\$ 294,7 milhões



 **EBITDA ajustado**
R\$ 256,7 milhões

Margem EBITDA ajustada
20,45%



 **Dívida Líquida / EBITDA**
1,01

Atendimentos realizados
1,87 milhão de atendimentos



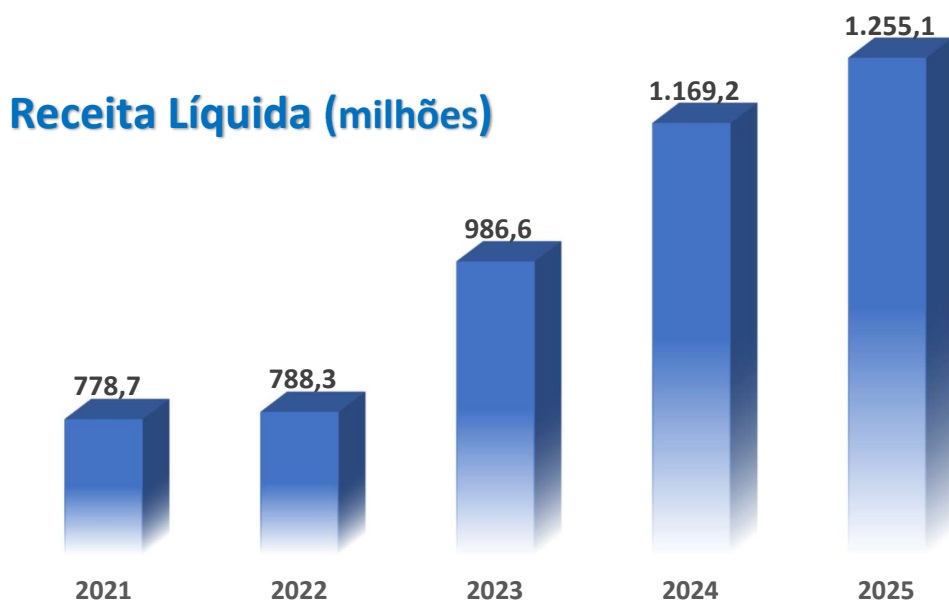


Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

A Receita Líquida da Caern atingiu um montante de R\$ 1,25 bilhão em 2025, um acréscimo de 7,35% em relação à receita líquida de 2024, proveniente sobretudo do reajuste tarifário de 6% para os municípios do interior com vigência a partir do faturamento do mês de abril de 2025 e de 8,91% para o município de Natal a partir do mês de junho do mesmo ano.

Além disso, com o reconhecimento e aplicação da imunidade tributária da Caern, o regime de apuração do PIS e da COFINS foi alterado de Não Cumulativo para Cumulativo, de modo que as alíquotas aplicadas sobre a receita reduziram significativamente, impactando positivamente a Receita Líquida. Por outro lado, com a redução da aplicação de recursos em obras em andamento, o reconhecimento das receitas de construção foi diretamente impactado, reduzindo proporcionalmente a Receita Líquida do período.





EBITDA Ajustado

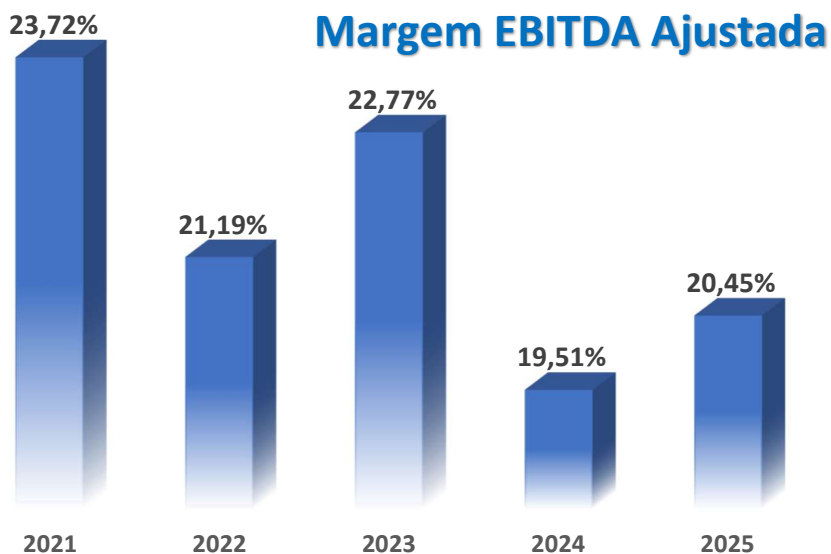
O exercício de 2025 evidenciou uma atuação consistente e equilibrada da organização que, mesmo diante de um cenário mais desafiador, preservou sua capacidade de geração operacional de caixa. Esse resultado se traduziu em um crescimento de **12,49% no EBITDA ajustado**, que atingiu **R\$ 256,7 milhões**, representando evolução significativa em comparação aos exercícios anteriores.

O desempenho positivo do indicador ajustado reforça a resiliência da Companhia e demonstra a efetividade das medidas de gestão e eficiência operacional implementadas ao longo do período.



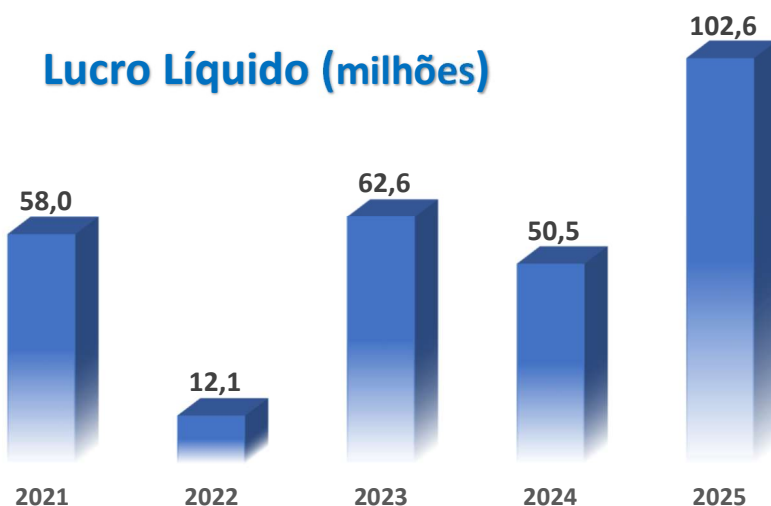
Embora o crescimento nominal do EBITDA tenha sido expressivo, a **Margem EBITDA ajustada** apresentou variação moderada, evoluindo de **19,51% em 2024 para 20,45% em 2025**. O comportamento do indicador sugere que os esforços de expansão e incremento de receitas ainda convivem com pressões decorrentes do aumento das despesas e das provisões, o que impacta a rentabilidade relativa da operação.

Esse cenário demanda análise mais aprofundada da estrutura de custos e dos processos operacionais, com foco na otimização da eficiência, no controle das despesas e na maximização dos resultados econômico-financeiros da Companhia.



Lucro líquido

O exercício de 2025 evidenciou avanços relevantes na performance econômico-financeira da Companhia, mesmo diante de desafios que impactaram parcialmente a geração de valor ao longo do período. O Lucro Líquido apresentou crescimento expressivo de 103,18%, totalizando R\$ 102,6 milhões, com Margem Líquida de 8,18%.



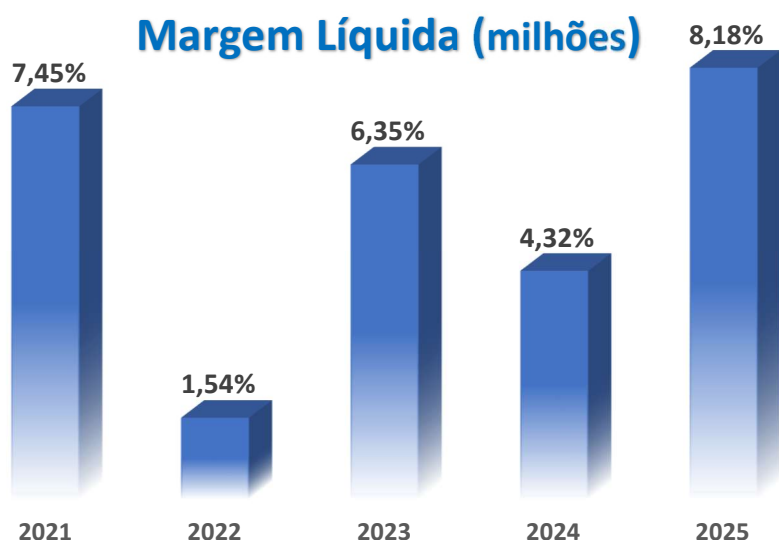
A receita líquida registrou expansão de 7,35%, refletindo o fortalecimento das operações e a manutenção do ritmo de prestação dos serviços. O desempenho foi acompanhado pela redução



das provisões para contingências, além do menor reconhecimento de custo de construção, em razão do volume mais reduzido de investimentos realizados no período.

Esse contexto contribuiu para o aumento de 18,67% no lucro bruto em relação ao exercício anterior. Entretanto, o resultado foi parcialmente pressionado pelo comportamento das despesas, especialmente as despesas administrativas, que cresceram 24,47%, em ritmo superior ao da receita, indicando necessidade de maior controle e eficiência na estrutura operacional.

No âmbito financeiro, observou-se crescimento significativo do resultado financeiro (+209,04%), impulsionado principalmente pelo aumento das variações monetárias ativas, pelos rendimentos de resgates judiciais e pelo reconhecimento de juros e acréscimos sobre créditos tributários atualizados pela taxa SELIC. Em contrapartida, as despesas financeiras registraram elevação de 43,6%, sobretudo em decorrência do reconhecimento de provisão para passivo regulatório.



Endividamento

Em 2025, a Companhia preservou uma estrutura de capital sólida, conciliando sua estratégia de crescimento com uma gestão financeira prudente. O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2,77 bilhões, representando incremento de 1,87% em relação ao exercício anterior, o que reforça a solidez patrimonial e a capacidade de geração de valor aos acionistas.

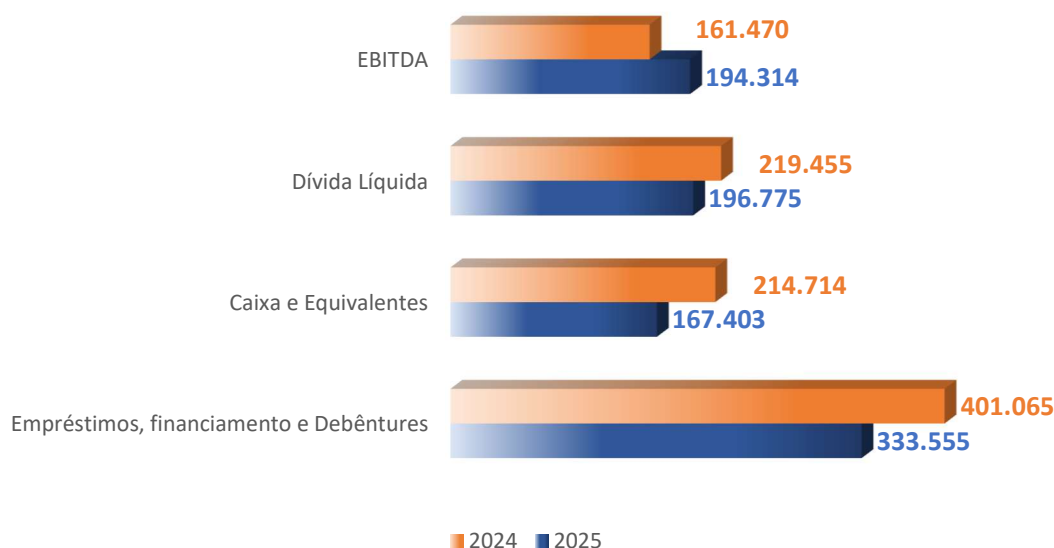
O endividamento total foi reduzido para R\$ 333,5 milhões, correspondendo a uma diminuição de 16,83% frente a 2024. Esse movimento reflete a estratégia de otimização da estrutura de capital, com ênfase na redução das obrigações de longo prazo. Por outro lado,



observou-se aumento do endividamento de curto prazo, que passou de R\$ 135,5 milhões para R\$ 158,7 milhões, em virtude da redução do endividamento total.

A dívida líquida totalizou R\$ 196,7 milhões, uma redução de 10,34% em comparação aos R\$ 219,4 milhões registrados no exercício anterior, resultado da melhoria na estrutura e no perfil do endividamento. Nesse contexto, os indicadores financeiros — como Dívida Líquida/EBITDA de 1,01 e Dívida Líquida/Patrimônio Líquido de 0,07 — demonstram que a alavancagem permanece em patamares confortáveis e compatíveis com a capacidade de geração de caixa da Companhia.

A Administração mantém acompanhamento contínuo da evolução do endividamento, assegurando uma estrutura de capital equilibrada, capaz de sustentar a solidez financeira e viabilizar investimentos consistentes voltados à expansão e à modernização das operações.



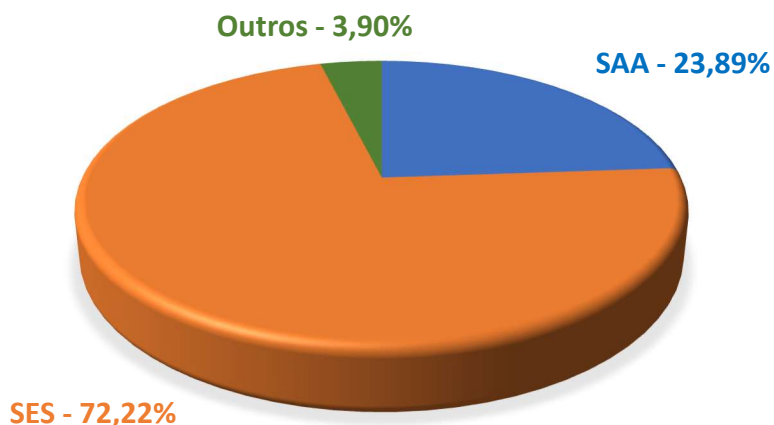
Investimentos

No exercício de 2025, a CAERN aplicou **R\$ 294 milhões** em investimentos voltados às obras dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e em estruturas administrativas.

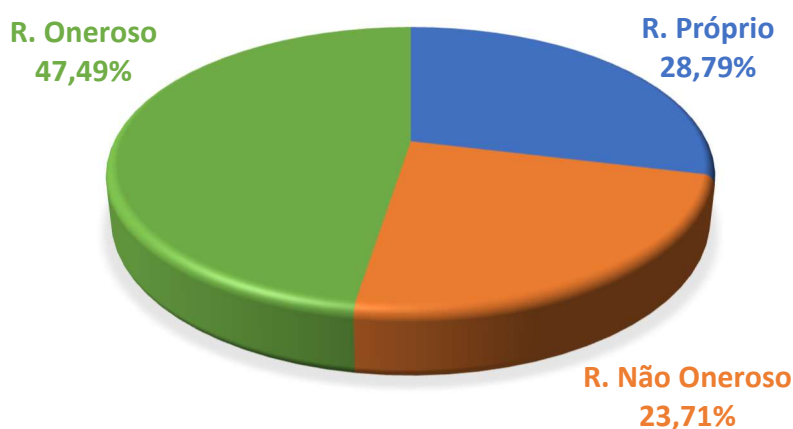
Do total investido, **R\$ 212 milhões (72,22%)** foram direcionados à ampliação e à renovação dos sistemas de esgotamento sanitário, reforçando o compromisso com a universalização e a melhoria da qualidade dos serviços. Outros **R\$ 70 milhões (23,89%)** foram aplicados nos sistemas de abastecimento de água, enquanto **R\$ 11 milhões (3,9%)** foram



destinados a estruturas de apoio administrativo, contribuindo para o fortalecimento institucional e a eficiência operacional da Companhia.



No tocante às fontes de financiamento, aproximadamente **R\$ 84 milhões (28,79%)** corresponderam a recursos próprios da Companhia. Os recursos onerosos totalizaram **R\$ 139 milhões**, equivalentes a **47,49%** do montante investido no exercício de 2025. Por sua vez, **R\$ 69 milhões (23,71%)** foram provenientes de recursos de convênios, compondo o conjunto de valores aplicados no período.



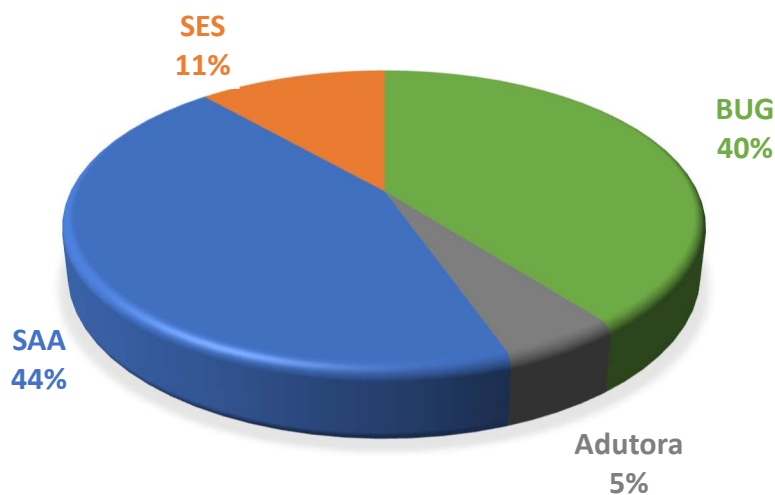
Os investimentos foram executados em diversos municípios e regiões do Estado do Rio Grande do Norte, com destaque para os aportes realizados em **Natal, Mossoró, Caicó, Nova Cruz, Macaíba, Parnamirim, Parelhas**, entre outros, conforme evidenciado no gráfico a seguir:



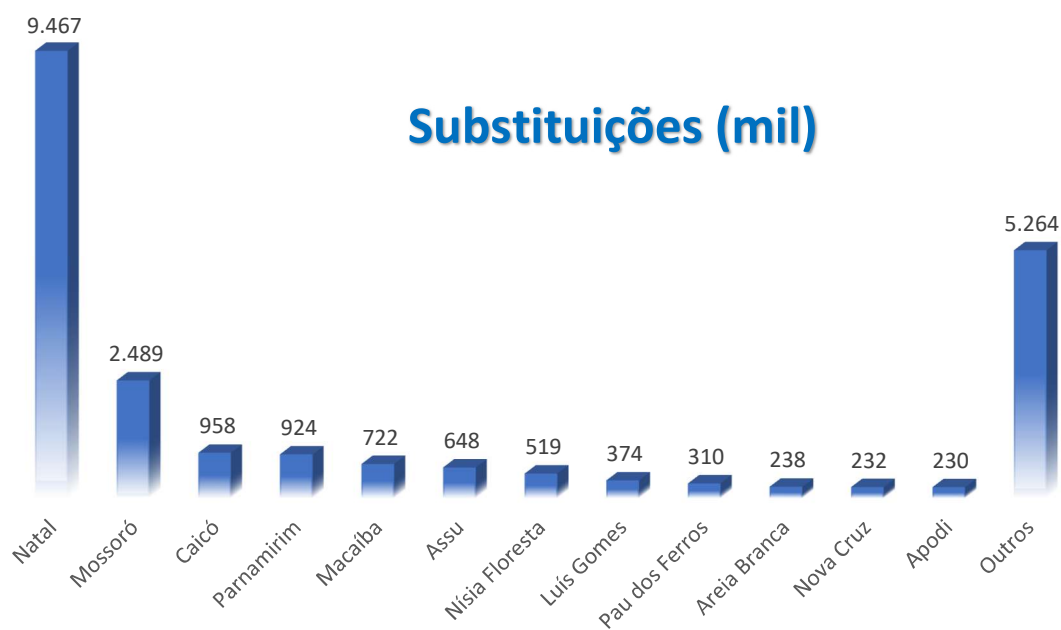
Considerando a relevância da reposição contínua dos ativos para assegurar a adequada operação e a sustentabilidade dos sistemas, a Companhia destinou, no exercício de 2025, o montante de **R\$ 22,3 milhões** à renovação dos ativos em funcionamento, distribuídos entre os seguintes grupos:

- **R\$ 2,5 milhões (11,45%)** aplicados nos **Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES)**;
- **R\$ 9,8 milhões (43,93%)** investidos nos **Sistemas de Abastecimento de Água (SAA)**;
- **R\$ 8,8 milhões (39,49%)** direcionados a bens de uso geral vinculados aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e ao ativo imobilizado;
- **R\$ 1,14 milhão (5,13%)** destinados aos **sistemas adutores intermunicipais**.

Esses investimentos reforçam a política de manutenção e modernização do parque de ativos, contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.



Os 12 (doze) municípios que registraram as substituições de ativos mais expressivas no período foram: **Natal, Mossoró, Caicó, Parnamirim, Macaíba, Assu, Nísia Floresta, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Areia Branca, Nova Cruz e Apodi**, evidenciando a priorização de intervenções em localidades estratégicas para a manutenção e a modernização dos sistemas operacionais.



Investimentos Concluídos

No exercício de 2025, foram concluídos R\$ 132,4 milhões em investimentos aplicados nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e em estruturas administrativas. Ao todo, foram finalizadas 12 (doze) obras em diferentes municípios, além da execução de extensões de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversas regiões do Estado, conforme detalhado na tabela a seguir:

Obras Encerradas em 2025				
Descrição	Fonte de Recursos			TOTAL
	Próprio	Convênio	Oneroso	
Extensões de redes - ADUTORAS	93.311,12	-	-	93.311,12
Extensões de redes - ÁGUA	4.532.677,20	260.084,03	-	4.792.761,23
Extensões de redes - ESGOTOS	681.733,26	5.198,47	-	686.931,73
Melhorias - Administração Central	152.708,04	-	-	152.708,04
Melhorias - Regional Seridó	1.031.818,39	-	-	1.031.818,39
Melhorias - Regional Sertão Central	1.238.402,97	-	-	1.238.402,97
ADT - Adutora Apodi/Mossoró - parcial	1.012.678,01	48.680.906,71	-	49.693.584,72
SES Caicó - parcial	75.716,77	16.027.989,08	13.308.216,11	29.411.921,96
SES Parelhas - parcial	946.358,90	10.560.076,59	19.867.716,62	31.374.152,11
SES Mossoró - Ligações intradomiciliares	831.896,40	-	3.622.140,05	4.454.036,45
SAA Jardim de Piranhas	1.718.949,20	7.147.413,63	585.449,65	9.451.812,48
Investimentos em combate a perdas	37.017,10	-	-	37.017,10
TOTAL	12.353.267,36	82.681.668,51	37.383.522,43	132.418.458,30

Entre os investimentos concluídos em 2025, a maior parcela teve origem em **recursos de convênio**, destacando-se a **Adutora Apodi/Mossoró**, que concentrou **R\$ 49,6 milhões** dos valores incorporados à Base de Ativos.

Do total de **R\$ 132 milhões** inseridos na Base de Ativos Regulatória, **R\$ 59,1 milhões (44,67%)** foram destinados a obras nos Sistemas de Abastecimento de Água. Desse montante, **R\$ 49,6 milhões** referem-se a intervenções em **Sistemas Adutores Intermunicipais**, enquanto **R\$ 9,4 milhões** foram aplicados em sistemas municipais.





Desempenho Operacional

Água	2021	2022	2023	2024	2025
Estações de Tratamento (ETA)	71	71	71	71	71
Extensão de rede (km)	12.212	11.741	11.864	11.937	12.157
Volume produzido (1.000 m³)	227.354	224.360	230.663	240.962	249.451
Perda na Distribuição	53,97%	50,26%	49,22%	48,04%	51,39%

Esgoto	2021	2022	2023	2024	2025
Estações de Tratamento (ETE)	73	74	74	78	78
Extensão de rede (km)	1.661	1.773	1.788	1.790	1.821
Volume faturado (1.000 m³)	44.368	45.800	47.339	48.999	50.207

Disponibilidade Hídrica

A Companhia realiza o monitoramento dos principais reservatórios utilizados nos Sistemas de Abastecimento de Água, tendo a seguinte situação em dezembro de 2025:

Município	Reservatório	Capacidade (hm³)	Volume (hm³)	Volume (%)
Assu	Eng. Armando Ribeiro Gonçalves	2.373,07	1.071,62	45,16%
Jucurutu	Oiticica	683,40	99,73	14,59%
Apodi	Santa Cruz do Apodi	599,71	333,87	55,67%
Upanema	Umarí	292,81	154,84	52,88%
Poço Branco	João Batista do Rego	136,00	73,24	53,85%
Macaíba	Tabatinga	89,84	9,55	10,63%
Parelhas	Boqueirão de Parelhas	84,79	8,50	10,02%
Nísia Floresta	Lagoa do Bonfim	84,27	50,50	59,93%
Assu	Mendubim	77,60	34,20	44,07%
São João do Sabugi	Sabugi	61,85	0,70	1,13%



Combate às Perdas Físicas

Em 2025, as ações de combate às perdas físicas foram conduzidas com base em diagnósticos operacionais orientados por dados, priorizando estratégias como controle de pressões, setorização hidráulica, macromedição e monitoramento contínuo das redes. Nesse contexto, destacaram-se iniciativas como a implantação de Válvulas Redutoras de Pressão (VRPs) em pontos estratégicos, a instalação de macromedidores com telemetria para monitoramento da entrada de água nos setores, a implantação de sensores de pressão para acompanhamento permanente do comportamento hidráulico e a realização de intervenções pontuais nas redes, priorizando soluções eficientes e evitando obras estruturais de alto custo.

Entre as principais ações executadas ao longo de 2025, destacam-se:

- Instalação de válvulas de controle de fluxo telecomandadas nas derivações de São Vicente, São Fernando e Timbaúba dos Batistas, contribuindo para evitar extravasamentos e reduzir pressões nas adutoras;
- Implantação de válvula de controle de nível no município de Tenente Laurentino Cruz, prevenindo extravasamentos em reservatórios;
- Instalação de duas VRPs em São Fernando, promovendo redução de pressão nas áreas mais baixas e aumento nas partes mais elevadas da cidade, melhorando a eficiência da distribuição e reduzindo o risco de vazamentos;
- Instalação de macromedidor de vazão na terceira etapa da Adutora Aristófanes Fernandes (Serra de Santana), possibilitando análises mais detalhadas para o combate a desvios de água;
- Realização de estudo técnico no SPI/SAA de Currais Novos voltado à melhoria da distribuição e à redução de perdas, com parte das ações já executadas e outras em andamento;
- Execução de serviços de manutenção em estruturas de telecomando, telemetria, macromedição e válvulas de controle de nível já existentes;
- Instalação de dezenas de medidores de vazão em municípios como Parnamirim, Canguaretama, Goianinha, São José de Mipibu, Tibau do Sul e Senador Georgino Avelino, elevando o Índice de Macromedição da Regional Agreste Trairi (RAG) de 57% para 67,1% ao final de 2025;
- Instalação de painéis de telemetria nos municípios de Canguaretama, Tibau do Sul, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino e Vila Flor, permitindo maior acompanhamento da distribuição de água à população;



- Implantação de painéis de automação de reservatórios nas cidades de Nova Cruz, Canguaretama e Monte Alegre;
- Substituição de medidores de vazão com mais de 10 anos de uso em municípios como Serra Caiada, Arez, São Bento do Trairi, Serrinha, Várzea, Lagoa de Pedra, Nova Cruz, Campo Redondo e Serra de São Bento, garantindo maior confiabilidade aos instrumentos de controle dos sistemas de produção e distribuição;
- Reforma de abrigo e substituição de macromedidor no SAA de Angicos;
- Substituição de macromedidores nos SAAs de São Rafael e Fernando Pedroza;
- Reforma de abrigo e instalação de macromedidores nas EEAT1 e EEAT2 do SPI Sertão Central, bem como na EEAT1 do SPI Macau–Guamaré;
- Construção de abrigo e instalação de macromedidor na comunidade Santa Maria, no SAA Afonso Bezerra;
- Instalação de macromedidor no DMC Feliz Assú, no SAA de Assú;
- Implantação de quadros de telemetria nas unidades operacionais EERP Rio Velho (SAA Angicos) e RAP Alcanorte/Tambaú (SPI Macau–Guamaré).

Esse conjunto de iniciativas fortalece o controle operacional dos sistemas, amplia a capacidade de monitoramento e contribui para a redução de perdas, aumento da eficiência operacional e melhoria da qualidade do serviço prestado à população.

Gestão Energética

Em 2025, novas estações foram migradas para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), também conhecido como Mercado Livre de Energia. Essa modalidade permite a livre escolha do fornecedor de energia elétrica, possibilitando a contratação a preços mais competitivos em comparação ao mercado regulado, atualmente atendido pela COSERN. A Companhia iniciou o ano com 103 estações operando nessa modalidade e encerrou 2025 com 114 estações, representando um aumento de 11% no quantitativo.

Observou-se também um crescimento na participação do mercado livre no consumo total de energia da Companhia, que passou a representar 78% da energia consumida pela CAERN. Em 2025, a economia proporcionada por esse modelo de contratação foi de aproximadamente R\$ 32 milhões. Desde o início da adesão ao mercado livre, em outubro de 2020, até o final de 2025, a economia acumulada já superou R\$ 107 milhões.

Ainda no decorrer de 2025, foram realizados estudos que apontaram a viabilidade da migração de novas unidades consumidoras para essa modalidade. Nesse contexto, a COSERN



foi formalmente comunicada sobre a previsão de ingresso de mais 85 estações em 2026, iniciativa que deverá ampliar os ganhos de eficiência, economia e sustentabilidade para a Companhia.

Ainda no tocante à gestão energética, o ano de 2025 também foi marcado por importantes avanços na agenda de sustentabilidade da Companhia. Destaca-se a primeira participação da CAERN no Registro Público de Emissões da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da elaboração e publicação do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), bem como a conquista do 1º lugar na categoria Transição Energética do II Prêmio Universalizar, promovido pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE).

A CAERN figurou entre as primeiras companhias públicas de saneamento do Nordeste a publicar esse tipo de relatório na plataforma da FGV, obtendo o Selo Bronze. No inventário, foram declaradas as emissões associadas ao consumo de energia elétrica das operações da Companhia.

Desde sua adesão ao mercado livre de energia, a CAERN passou a contratar exclusivamente energia proveniente de fontes renováveis e sustentáveis. Atualmente, 78% da energia consumida pela Companhia é oriunda de fontes eólica e solar fotovoltaica, que apresentam menor impacto ambiental. Como resultado dessa estratégia, no período entre agosto de 2023 e outubro de 2025, foi registrada uma redução de quase 12 toneladas de CO₂ equivalente nas emissões de gases de efeito estufa.

A emissão evitada pela utilização dessas fontes energéticas corresponde, em termos ambientais, ao sequestro de carbono realizado por aproximadamente 1.676 árvores equivalentes, evidenciando a contribuição da Companhia para a mitigação dos impactos climáticos e para a transição energética sustentável.



Desempenho Comercial

Arrecadação

Em 2025 tivemos uma Arrecadação Líquida no montante de R\$ 1.062.422.031,59, com uma arrecadação média mensal de R\$ 88.535.169,30, ficando 3,74% acima do valor médio arrecadado em 2024, quando chegamos a um valor médio de R\$ 85.343.130,86.



Apesar do significativo esforço de negociação empreendido pela administração, a contenção da inadimplência dos consumidores públicos — especialmente dos entes municipais e estaduais — ainda representa um dos principais desafios da Companhia, totalizando um montante de 27% da inadimplência total da Caern ao fim de 2025.

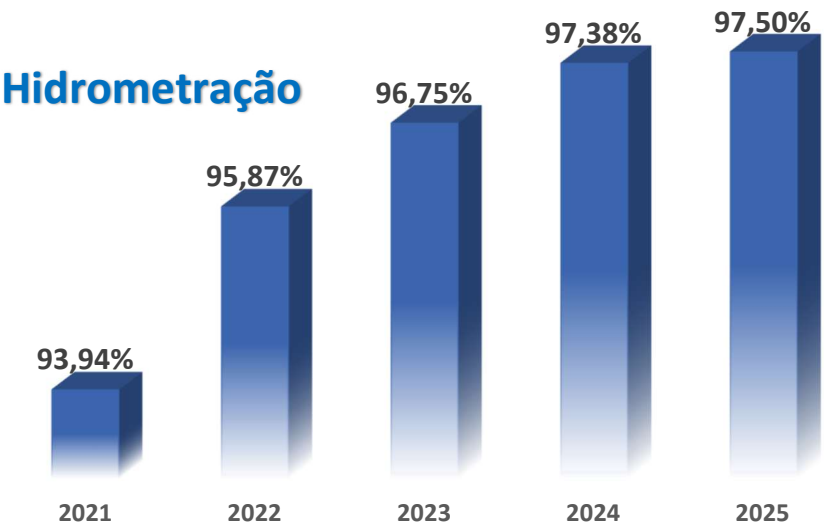
Por outro lado, a eficiência de arrecadação total da Companhia em relação ao faturamento atingiu 93,07%, superando os 92,33% observados em 2024, o que evidencia uma evolução relevante desse indicador.

Hidrometração

No ano de 2025 realizamos **22.724 instalações de hidrômetro** no ramal (novas ligações e instalação em imóveis não medidos). As instalações de hidrômetros em imóveis não medidos permitiram um aumento mensal de mais de R\$ 1,09 milhão no faturamento, quando comparamos ao faturamento do mês anterior à instalação do equipamento.

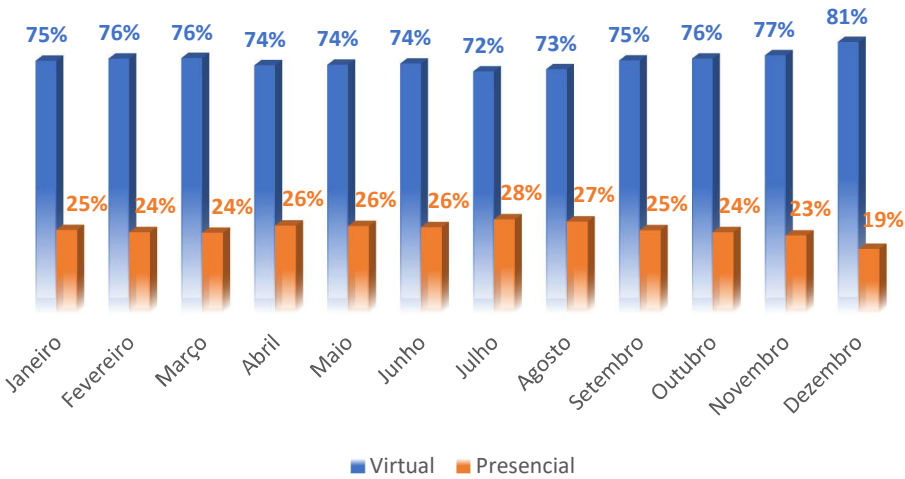


No que se refere ao **índice de hidrometração faturado** — entendido como a relação entre o número de ligações ativas de água com hidrômetro e o total de ligações ativas — observa-se a evolução desse indicador ao longo do tempo, conforme apresentado no gráfico a seguir. Em dezembro de 2025, o índice atingiu **97,50%**, evidenciando o elevado nível de cobertura de medição nas unidades consumidoras.



Relacionamento com o Cliente

Em 2025 realizamos 1.874.980 atendimentos aos nossos clientes pelos diversos canais virtuais e presenciais disponíveis nos 153 municípios onde estamos presentes no Rio Grande do Norte. Os canais virtuais foram responsáveis por 75,37% desses atendimentos, com destaque para os 932.150 realizados via WhatsApp/ChatBot e 211.239 realizados via Teleatendimento 115. Nos formatos presenciais, a modalidade itinerante Caern Móvel realizou 9.545 atendimentos nas localidades regularmente visitadas.





Regulação

Durante o exercício de 2025, a Companhia teve sua tarifa reajustada em 6% para os municípios do interior, conforme estabelecido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), por meio da Resolução nº 2.0003.03, assegurando a continuidade da prestação dos serviços e a observância do princípio da modicidade tarifária. No município de Mossoró, o reajuste também foi de 6%, conforme a Resolução nº 2.0007.00, editada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Mossoró (AGRM). Já no município de Natal, a tarifa foi reajustada em 8,91%, conforme disposto na Resolução nº 01/2025 da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN).

Paralelamente, a Companhia encontra-se conduzindo, com o apoio de consultoria especializada, estudos voltados ao processo de Revisão Tarifária no âmbito das microrregiões. A proposta abrangerá não apenas a capital, Natal, mas também os demais municípios atendidos pela Companhia. Os estudos contemplarão o período 2026–2030 e têm como objetivo promover o reequilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, além de possibilitar um planejamento mais eficiente e sustentável dos investimentos necessários.

Com o reconhecimento da aplicabilidade da imunidade tributária, a Companhia passou a usufruir do benefício do crédito tributário decorrente. Nesse sentido, foi reconhecida durante o exercício de 2025 a provisão do passivo regulatório referente à obrigação relativa aos reflexos regulatórios decorrentes do compartilhamento tarifário dos benefícios econômicos obtidos, contemplando os valores de IRPJ e os respectivos acréscimos legais, todos homologados pela Receita Federal.

Estratégia

As diretrizes institucionais da Caern são fundamentadas em seu Plano de Negócios e Planejamento Estratégico, elaborados em consonância com as transformações do ambiente organizacional e regulatório, especialmente aquelas decorrentes das Leis nº 13.303/2016 e nº 14.026/2020.

Os direcionadores estratégicos da Companhia — missão, visão e valores — orientam suas decisões e ações na busca pelos objetivos de longo prazo. Esses elementos constituem a base do planejamento estratégico, permitindo concentrar esforços e recursos nas áreas prioritárias, ao mesmo tempo em que possibilitam a adaptação às mudanças do ambiente externo, fortalecendo a competitividade e a sustentabilidade da empresa e contribuindo para o alcance dos resultados almejados. Para os próximos anos, o principal desafio da Caern continua sendo a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios em que atua, promovendo mais qualidade de vida à população. Nesse contexto, a Companhia permanece empenhada no cumprimento de suas metas, buscando o equilíbrio econômico-financeiro e a melhoria contínua na prestação dos serviços.





Patrocínios

Em 2025, a CAERN reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento social e ambiental do Estado, ampliando sua atuação em iniciativas que geram valor para a sociedade. Ao longo do período, a Companhia marcou presença em diversos eventos e projetos, por meio de investimentos em patrocínios que contemplaram diferentes áreas, como cultura, esporte, ações sociais e iniciativas voltadas à gestão de recursos hídricos, fortalecendo sua integração com as comunidades atendidas:

- Sociedade Amigos do Deficiente Físico (SADEF)
- Projeto Seis & Meia
- Circuito Swell Experience
- Corrida da Água
- Feira da Construção Civil Sinduscon Oeste 2025 (CONSTRUSIND)
- Semana Mundial da Água
- Faces do Reduto
- 3º Conecta Municípios Potiguares (COMUP)
- 8º Ahayá de Rua
- 27ª Corrida Soldados do Fogo
- II Encontro Estadual de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis, Reciclagem e Coleta Seletiva
- 5º Seminário Nacional de Práticas Comerciais em Saneamento
- Copa Nova Geração



Colaboradores

Capacitação

Em 2025, a CAERN reforçou seu compromisso com o desenvolvimento do capital humano, promovendo ações voltadas à capacitação profissional, ao fortalecimento das competências institucionais e à melhoria da qualidade de vida no trabalho, contribuindo para a manutenção de um clima organizacional positivo.

Nesse contexto, a Companhia investiu R\$ 390.237,00 em cursos, treinamentos e participação em eventos, com o objetivo de aprimorar conhecimentos, desenvolver habilidades e fortalecer o desempenho de seus colaboradores.

Os investimentos realizados foram distribuídos da seguinte forma:

- Cursos: R\$ 199.927,00, contemplando ações estruturadas de formação e capacitação técnica e gerencial, voltadas ao desenvolvimento de competências específicas e estratégicas para as áreas demandantes;
- Treinamentos: R\$ 133.800,00, abrangendo, principalmente, capacitações obrigatórias e operacionais, a exemplo dos treinamentos normativos e de segurança do trabalho;
- Eventos: R\$ 56.510,00, incluindo congressos, seminários, fóruns e encontros técnicos, com foco em atualização profissional, disseminação de boas práticas e alinhamento institucional às tendências do setor.



Balanço Social

Balanço Social Anual - 2025							
Empresa: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN - CAERN							
1 - Base de Cálculo		2025 Valor (em reais R\$)			2024 Valor (em reais R\$)		
Receita líquida (RL)		1.255.127.758,22			1.169.220.045,14		
Resultado operacional (RO)		63.722.939,39			38.517.470,54		
Folha de pagamento bruta (FPB)		351.774.027,07			227.357.639,06		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (em reais R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em reais R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		37.672.816,02	10,71%	3,00%	35.990.199,75	15,83%	3,08%
Encargos sociais compulsórios		79.586.300,87	22,62%	6,34%	70.172.591,40	30,86%	6,00%
Previdência privada		2.393.119,84	0,68%	0,19%	1.400.872,60	0,62%	0,12%
Saúde		7.627.232,95	2,17%	0,61%	14.935.058,60	6,57%	1,28%
Segurança e saúde no trabalho		932.983,29	0,27%	0,07%	801.240,79	0,35%	0,07%
Educação		0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura		0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		312.025,00	0,09%	0,02%	131.395,00	0,06%	0,01%
Creches ou auxílio-creche		2.583.006,39	0,73%	0,21%	2.496.269,70	1,10%	0,21%
Participação nos lucros ou resultados		17.413.111,63	4,95%	1,39%	8.500.242,44	3,74%	0,73%
Outros		5.234.567,32	1,49%	0,42%	2.261.978,76	0,99%	0,19%
Total - Indicadores sociais internos		153.755.163,31	43,71%	12,25%	136.689.849,04	60,12%	11,69%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (em reais R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em reais R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		1.600.296,87	2,51%	0,13%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura		150.000,00	0,24%	0,01%	200.000,00	0,52%	0,02%
Saúde e saneamento		15.431,28	0,02%	0,00%	920.861,09	2,39%	0,08%
Esporte		343.000,00	0,54%	0,03%	356.300,00	0,93%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar		0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros		0,00	0,00%	0,00%	410.000,00	1,06%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade		2.108.728,15	3,31%	0,17%	1.887.161,09	4,90%	0,16%
Tributos (excluídos encargos sociais)		69.950.539,12	109,77%	5,57%	84.540.776,72	219,49%	7,23%
Total - Indicadores sociais externos		72.059.267,27	113,08%	5,74%	86.427.937,81	224,39%	7,39%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (em reais R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em reais R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período		2.006			1.978		
Nº de admissões durante o período		92			7		
Nº de demissões durante o período		64			24		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		672			472		
Nº de estagiários(as)		96			116		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		958			937		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		269			249		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		21,95%			24,51%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		817			925		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		15,54%			47,39%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		37			21		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2025			2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		24,50			31,15		
Número total de acidentes de trabalho		81			90		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolveu	(X) seguiu as normas da OIT	() incentivou e seguiu a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não foram considerados	() foram sugeridos	() foram exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolveu	(x) apoiou	() organizou e incentivou
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 3.728	no Procon	na Justiça	na empresa 2.299	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 83%	no Procon %	na Justiça %	na empresa 50,42%	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2025: R\$ 619.024.503,64			Em 2024: R\$ 554.580.994,65		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		11,13% governo 58,30% colaboradores(as) 16,59 % acionistas 13,98 % terceiros			20,28% governo 58,91% colaboradores(as) 9,11 % acionistas 11,70 % terceiros		
7 - Outras Informações		A CAERN é uma empresa que oferece os serviços de tratamento de água e de efluentes domésticos e industriais como uma forma de minimizar o impacto ambiental no meio ambiente em detrimento das necessidades vitais de cada ser humano. Somos conscientes e sabemos que quanto mais unidades habitacionais do Rio Grande do Norte forem contempladas com água tratada e esgotamento sanitário, estamos cuidando e contribuindo com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.					



Asseguração Independente

Os trabalhos conduzidos pelos auditores independentes da Emerson Auditores e Consultores S/S foram realizados de acordo com os preceitos legais e normativos contábeis. Assim, a CAERN assegura, em sua política institucional, a plena imparcialidade na avaliação dos auditores externos. Isso inclui conceder amplo acesso aos setores da empresa, permitindo a realização de testes de conformidade e procedimentos substantivos necessários para a auditoria.

Natal-RN, em 23 de março de 2026

George Marcos de Aquino Freitas

Diretor-Presidente / Diretor de Planejamento e Finanças

Juliana Maria Duarte Ubarana

Diretora Administrativa

José Guilherme de Andrade Guedes

Diretor Comercial e de Atendimento

Fábio Nyelithon Siqueira

Diretor de Empreendimentos

Thiago de Souza Índio do Brasil

Diretor de Operação e Manutenção

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e Relatório dos Auditores
Independentes

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

(As informações deste relatório de desempenho não foram revisadas pelos auditores independentes)

1.DESEMPENHO CONSOLIDADO

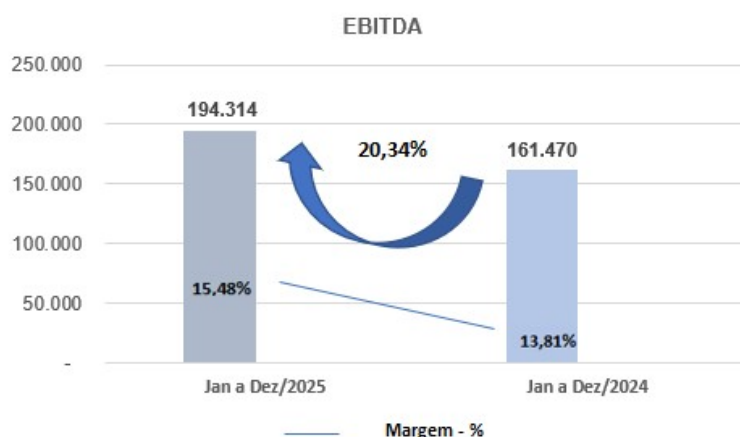
RESULTADO DO PERÍODO

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 102.688 no exercício de 2025, em comparação a R\$ 50.543 do exercício de 2024, representando um aumento de 103,18%.

As principais variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro, de forma consolidada e segregada por segmento, estão apresentadas ao longo deste relatório.

EBITDA - Jan a Dez/25 R\$	Água	Esgoto	Total
Lucro Líquido	83.427	19.261	102.688
(+) Tributos sobre o Lucro	1.319	304	1.623
(+) Resultado Financeiro	(32.975)	(7.613)	(40.588)
(+) Depreciações e amortizações	106.096	24.495	130.591
EBITDA	157.867	36.447	194.314

EBITDA - Jan a Dez/24 R\$	Água	Esgoto	Total
Lucro Líquido	41.028	9.515	50.543
(+) Tributos sobre o Lucro	899	209	1.108
(+) Resultado Financeiro	(10.661)	(2.473)	(13.134)
(+) Depreciações e amortizações	99.807	23.146	122.953
EBITDA	131.073	30.397	161.470



O aumento de 20,34% no EBITDA da Companhia está associado, principalmente, a redução na despesa com PIS e COFINS, consequência da Imunidade tributária, onde houve a alteração do regime de apuração, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. A principal diferença entre os regimes consiste na forma de apropriação de créditos: no regime Não Cumulativo, era possível aproveitar os créditos de PIS/COFINS sobre a contratação de bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços, entre eles, os encargos de depreciação e amortização. Já no regime Cumulativo, essa apropriação de créditos não é permitida.

1.1. DADOS OPERACIONAIS

1.1.1. Mercado

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita total da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Contratos (% da Receita Total) - em milhares						Economias Ativas Totais	
Municípios	Faturamento	% Receita total	Término concessão	Vigência Ampliada	Tipo de concessão	Água	Coleta de Esgoto
Natal	432.479	32,9%	29/04/2027	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	269.921	138.774
Mossoro	149.221	11,4%	14/07/2025	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	93.959	56.223
Parnamirim	114.989	8,8%	27/03/2043	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	95.286	8.012
Caico	30.705	2,3%	28/08/2041	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	24.536	5.469
Macaíba	21.131	1,6%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	16.403	922
Assu	17.753	1,4%	30/08/2029	30/12/2051 (i)	Água e Esgoto	15.205	605
Currais Novos	15.369	1,2%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	12.034	9.352
João Câmara	11.660	0,9%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	9.219	4.677
Macau	10.736	0,8%	26/04/2023	30/12/2051 (i)	Água e Esgoto	6.786	6.569
Nova Cruz	10.665	0,8%	(a)	30/12/2051 (ii)	Água e Esgoto	10.310	3.856
Demais municípios	498.796	38,0%				331.120	52.347
Totais						884.779	286.806

Legendas:

(a) Não há contrato, porém existe convênio de cooperação para gestão associada dos serviços.

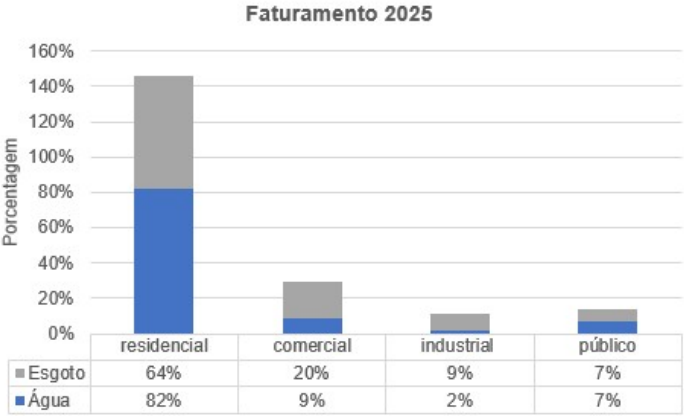
(i) Municípios que integram a Microrregião Central-Oeste - MRAE I.

(ii) Municípios que integram a Microrregião Litoral-Seridó – MRAE II.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, prestou serviços para 153 municípios de um total de 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em consonância com a deliberação tecida pelo poder concedente, no âmbito das 2 (duas) Microrregiões (Centro-Oeste - MRAE I e Litoral-Seridó -MRAE II) em 23 de dezembro de 2021, em que foi estabelecido o prazo da prestação dos serviços até 30 de dezembro de 2051, visando possibilitar a amortização dos investimentos realizados pela concessionária para o cumprimento da meta de universalização dos serviços por meio do atendimento de 99% da população com água potável e

de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos, conforme previsto no art. 11-B da Lei nº 11.445/07.

Em relação ao faturamento dos segmentos de água e esgoto, observa-se que a receita de água é oriunda principalmente, das ligações do tipo residencial, que representam 82% do total de ligações de água existentes em 31 de dezembro de 2025. No segmento de esgoto, as ligações residenciais também possuem maior representatividade, correspondendo a 64% das ligações de esgoto existentes na mesma data.



Em dezembro de 2025, o número de ligações de água registrou crescimento de 1,75% em relação a dezembro de 2024, passando de 869.583 para 884.779 ligações, o que representa um acréscimo de 15.196 novas ligações.

No mesmo período, as ligações de esgoto apresentaram uma evolução de 1,98%, totalizando 286.806 em dezembro de 2025, frente às 281.242 registradas no mesmo período do ano anterior, correspondendo a um acréscimo de 5.564 novas ligações.

De forma geral, observou-se crescimento tanto nas ligações em água quanto nas de esgoto; entretanto, o esgoto apresentou expansão proporcionalmente superior à da água, indicando avanço na ampliação da rede coletora.

Em dezembro de 2025, a Companhia registrou crescimento nos principais indicadores operacionais em comparação a dezembro de 2024.

Desempenho Operacional*	DEZ/25 (a)	DEZ/24 (b)	Var. % (a/b)
Número de Ligações de Água	884.779	869.583	1,75
Número de Ligações de Esgoto	286.806	281.242	1,98
Volume Medido de Água - milhões de m³	100.644	86.282	16,65
Volume faturado de Água - milhões de m³	143.776	129.491	11,03
Volume faturado de Esgoto - milhões de m³	50.207	48.999	2,47

* Informações não auditadas ou não revisadas pelos auditores independentes

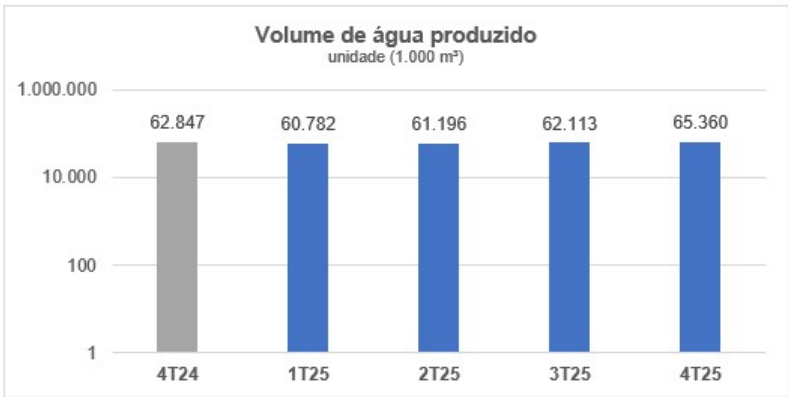
O volume medido de água tratada atingiu 100,6 milhões de m³, apresentando expressiva elevação de 16,65% em relação aos 86,3 milhões de m³ apurados no mesmo período do exercício anterior. O volume faturado de água totalizou 143,8 milhões de m³, crescimento

de 11,03% em relação aos 129,5 milhões de m³ faturados em dezembro de 2024. Apesar do desempenho positivo desses indicadores, os resultados devem ser analisados em conjunto com os índices de perdas na distribuição e no faturamento, que permaneceram em patamares elevados ao longo do exercício. Esse cenário demonstra que parte da água disponibilizada ainda não se converte integralmente em volume faturado, evidenciando a necessidade de continuidade das ações voltadas à melhoria da eficiência operacional e à redução de perdas físicas e comerciais.

Já o volume faturado de esgoto alcançou 50,2 milhões de m³, aumento de 2,47% frente aos 49,0 milhões de m³ apurados no exercício anterior, acompanhando a evolução da base de ligações e da cobertura da rede coletora.

1.1.2. Volume de água produzido

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), o volume de água produzido é o volume de água disponível para consumo, a água captada pelo prestador de serviços e a água bruta importada, ambas tratadas na(s) unidade(s) de tratamento do prestador de serviços, medida ou estimada na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento. Inclui também os volumes de água captada pelo prestador de serviços ou de água bruta importada que sejam disponibilizados para consumo sem tratamento, medidos na(s) respectiva(s) entrada(s) do sistema de distribuição. Esse volume pode ter parte exportada para outro(s) município(s), atendido(s) ou não pelo mesmo prestador de serviços. No **4T25**, o volume de água produzido (**65.360 mil m³**) foi o mais elevado do período analisado, superando tanto os três primeiros trimestres de 2025 quanto o **4T24 (62.847 mil m³)**, indicando o aumento da capacidade de produção.



*Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.1.3. Volume de água consumido

O volume de água consumido, de acordo com o SINISA, é o total de água consumido por todos os usuários no ano de referência, compreendendo o volume micromedido, o volume de consumo estimado para as

ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água recuperado no mesmo ano de referência. Não deve ser confundido com o volume de água faturado, pois para o cálculo desse último, os prestadores de serviços adotam parâmetros de consumo mínimo ou médio, que podem ser superiores aos volumes efetivamente consumidos. Corresponde à soma das informações GTA1209 (Volume consumido nas economias residenciais) e GTA1210 (Volume consumido nas economias não residenciais). No **4T25**, o volume de água consumido totalizou **30.109 mil m³**, resultado inferior em relação ao mesmo período do ano anterior (**31.369 mil m³**), com queda mais acentuada no primeiro semestre e recuperação parcial no último trimestre do exercício. A variação do indicador pode estar associada a mudanças no perfil de consumo dos usuários ao longo período e apesar do aumento do volume de água disponibilizado no sistema, o menor volume consumido no **4T25** contribuiu para a elevação do índice de perdas na distribuição.



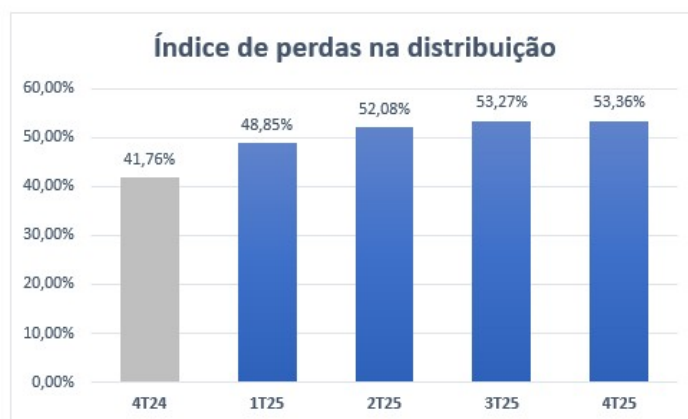
*Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.1.4. Índice de perdas

1.1.4.1. Índice de perdas na distribuição

O SINISA define o índice de perdas na distribuição como a diferença entre o volume total de água disponibilizado (produzido e importado) e a soma dos volumes de água consumida, exportada e autorizada sem faturamento. Seu objetivo é avaliar a proporção de água que, embora produzida ou recebida, não é efetivamente consumida ou destinada a outros usos registrados, representando uma medida de eficiência e de controle na gestão do recurso hídrico. No exercício de 2025, o índice de perdas de água apresentou crescimento, passando de **41,76%** no **4º trimestre de 2024** para **53,36% no 4º trimestre de 2025**, o que representa um aumento de **11,60 pontos percentuais** no período. A elevação foi mais expressiva no início de 2025, especialmente entre o 4º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025. Nos trimestres subsequentes, o indicador manteve trajetória de alta, porém em ritmo menos acentuado, observando-se relativa estabilidade entre o 3º e 4º trimestre de 2025. Esse resultado evidencia um agravamento recente

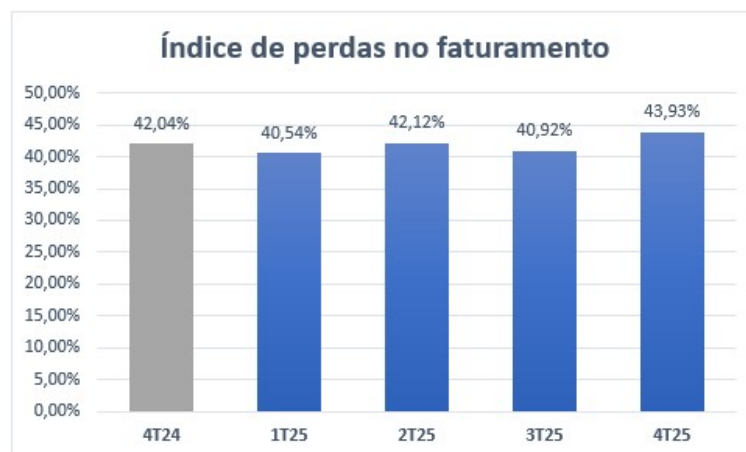
das perdas, que voltaram a superar o patamar de 50%. Ressalta-se, contudo, que a Companhia vem ampliando os investimentos em sistemas de macromedição, o que contribui para aprimoramento do controle operacional e para uma maior precisão na mensuração dos volumes distribuídos. Esse processo tender a melhorar o diagnóstico das perdas, possibilitando a identificação mais adequada de inconsistências e pontos críticos da rede. Paralelamente, a Companhia vem adotando medidas de controle e redução, tais como investimentos em manutenção preventiva da rede e combate a ligações irregulares, com vistas à redução gradual dos índices de perdas.



*Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.1.4.2. Índice de perdas no faturamento

De acordo com o SINISA, o índice de perdas no faturamento mede a diferença entre o volume de água produzido, importado e de serviço com o volume efetivamente faturado, expressando o percentual de água que foi disponibilizada no sistema, mas não chegou a ser convertida em receita. O índice apresentou comportamento oscilatório ao longo do exercício de 2025. O indicador, que era de **42,04% no 4º trimestre de 2024**, variou ao longo, registrando **40,54% no 1T25**, **42,12% no 2T25**, **40,92% no 3T25** e encerrando o exercício em **43,93% no 4º trimestre de 2025**. Apesar das reduções observadas em determinados períodos, o índice final apresentou **elevação de 1,89 ponto percentual** em relação ao último trimestre de 2024. O comportamento do indicador demonstra relativa estabilidade ao longo do exercício, porém em patamar elevado, evidenciado a necessidade de manutenção das ações de controle e aprimoramento dos processos relacionados à eficiência do faturamento e à mitigação de perdas comerciais. Com foco na melhoria contínua, a Companhia vem ampliando o uso de sistemas de telemetria e georreferenciamento, que permitem o monitoramento em tempo real das operações e apoiam a implementação de ações mais eficazes para reduzir gradualmente as perdas e aprimorar a eficiência operacional.



*Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.1.5. Índice de cobertura

O índice de cobertura de água e esgoto é um indicador usado para medir a proporção dos imóveis que tem acesso aos serviços de saneamento básico no estado do Rio Grande do Norte. Ao final do exercício de 2025, a cobertura de água no estado foi de 82,76% e a de esgoto foi de 25,94%, sendo o objetivo assegurar que 99% da população tenha acesso à água tratada e 90% à coleta e tratamento de esgoto, conforme meta de universalização desses serviços até 2033, em conformidade com o Marco Legal do Saneamento.



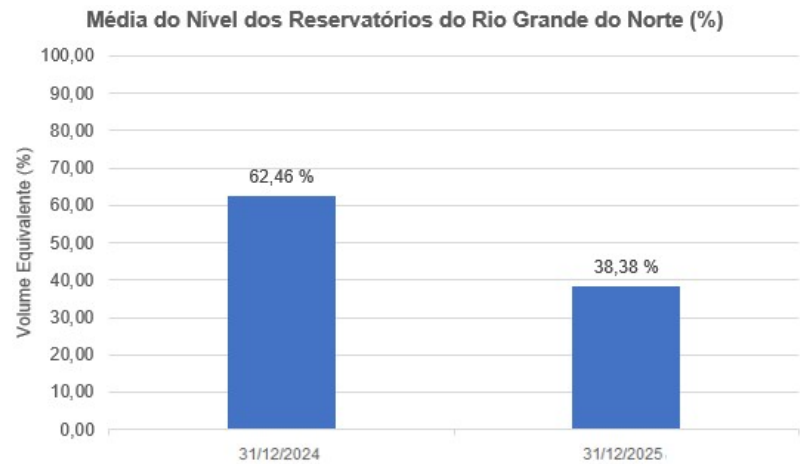
*Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

A Companhia segue trabalhando de forma contínua e estratégica para alcançar essas metas, investindo na expansão e modernização das redes de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto. Esses esforços não apenas buscam cumprir as metas legais e regulatórias, mas também têm um impacto direto na **qualidade de vida da população**, na **saúde pública** e na **preservação ambiental**. Além disso, a universalização desses serviços contribui para o desenvolvimento econômico do estado, atraindo investimentos, melhorando a infraestrutura urbana e promovendo maior equidade social. A Companhia reafirma seu compromisso em

garantir que todos os cidadãos do Rio Grande do Norte tenham acesso a serviços de saneamento de qualidade, seguros e sustentáveis, alinhando suas ações com as melhores práticas do setor e com os objetivos de longo prazo previstos no Marco Legal do Saneamento.

1.1.6. Volumes Disponíveis

O nível dos reservatórios do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte representou um volume médio de 38,38% em 31 de dezembro de 2025.



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2025)

Dos 56 reservatórios que possuem capacidade superior a 5 milhões de metros cúbicos, destacamos os volumes dos 10 (dez) principais:

Município	Reservatório	Capacidade (hm³)	Volume (hm³)	Volume (%)
Assú	Eng. Armando Ribeiro Gonçalves	2.373,07	1.071,62	45,16%
Jucurutu	Oíticica	683,40	99,73	14,59%
Apodi	Santa Cruz do Apodi	599,71	333,87	55,67%
Upanema	Umarí	292,81	154,84	52,88%
Poço Branco	João Batista do Rego	136,00	73,24	53,85%
Macaíba	Tabatinga	89,84	9,55	10,63%
Parelhas	Boqueirão de Parelhas	84,79	8,50	10,02%
Nísia Floresta	Lagoa do Bonfim	84,27	50,50	59,93%
Assú	Mendubim	77,60	34,20	44,07%
São João do Sabugi	Sabugi	61,85	0,70	1,13%

1.2. Desempenho

1.2.1. Desempenho Econômico

Receita Operacional Bruta R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var.% (a/b)	2025 (c)	2024(d)	Var.% (c/d)
Receita de Água	243.413	220.218	10,5	901.383	833.805	8,1
Receita de Esgoto	56.617	51.117	10,8	209.150	193.645	8,0
Outras Receitas	50.211	80.007	(37,2)	202.971	248.112	(18,2)
Total Receita Operacional	350.241	351.342	(0,3)	1.313.504	1.275.562	3,0
COFINS	(9.001)	(16.441)	(45,3)	(33.316)	(74.336)	(55,2)
PIS	(1.950)	(3.568)	(45,3)	(7.218)	(16.137)	(55,3)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(4.600)	(4.127)	11,5	(17.842)	(15.869)	12,4
Totais das Deduções	(15.551)	(24.136)	(35,6)	(58.376)	(106.342)	(45,1)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	334.690	327.206	2,3	1.255.128	1.169.220	7,3

Em 2025, a receita operacional líquida somou **R\$ 1.255.128**, com crescimento de **7,0%** em comparação a 2024. Esse aumento decorre, principalmente, dos reajustes tarifários implementados em 2025 – sendo 6% para os municípios do interior do Rio Grande do Norte, a partir de 1º de maio, e 8,91% para o município de Natal, a partir de 29 de junho -, além do acréscimo nos volumes faturados de água e esgoto e da expansão no número de novas ligações desses serviços.

A receita de construção apresentou redução de 18,2%, no exercício de 2025, totalizando **R\$ 202.971** e **R\$ 248.112** em 2024, variação explicada pela redução da movimentação das obras em andamento, tendo em vista que seu valor é apurado conforme progresso físico-financeiro dessas obras.

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var.% (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var.% (c/d)
Pessoal	(70.555)	(93.606)	(24,6)	(339.259)	(313.342)	8,3
Materiais	(14.162)	(7.405)	91,2	(52.196)	(35.195)	48,3
Energia elétrica	(36.336)	(32.609)	11,4	(139.958)	(124.200)	12,7
Serviços de Terceiros	(58.308)	(50.814)	14,7	(201.217)	(183.316)	9,8
Depreciações e Amortizações	(33.433)	(31.224)	7,1	(130.591)	(122.954)	6,2
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(25.660)	(18.887)	35,9	(54.025)	(61.749)	(12,5)
Indenizações por Danos a terceiros	(8)	(8)	(0,9)	(72)	(34)	111,6
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(22)	(24)	(8,7)	(69)	(77)	(10,5)
Taxas, alvarás e Licenciamento	(1.318)	(459)	187,1	(8.874)	(5.020)	76,8
Despesas capitalizadas	2.411	2.747	(12,2)	12.183	12.245	(0,5)
Provisões para contingências	10.350	(1.510)	(785,4)	7.199	(10.563)	(168,2)
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	(2.643)	(4.128)	(36,0)	(15.217)	(15.774)	(3,5)
Programa de Participação nos Resultados	(17.409)	(8.500)	-	(17.409)	(8.500)	-
Baixas de ativos, líquidas	-	(1.588)	(100,0)	(8)	(2.185)	(99,6)
Outros Custos e Despesas	(96.683)	(86.449)	11,8	(263.204)	(269.953)	(2,5)

Subtotal	(343.776)	(334.464)	2,8	(1.202.717)	(1.140.617)	5,4
Receitas de Créditos Tributários Judiciais	2.038	-	-	113.487	-	-
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	(2.038)	-	-	(113.487)	-	-
Total Custos e Despesas (Receitas) operacionais	(343.776)	(334.464)	2,8	(1.202.717)	(1.140.617)	5,4

Em 31 de dezembro de 2025, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 1.202.717, apresentando um crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 1.140.617).

A seguir. Destacam-se os principais itens que contribuíram para essa variação:

Pessoal

O aumento de 8,3% nos custos e despesas com pessoal foi impulsionado, principalmente, pela elevação das remunerações, encargos sociais e, de forma mais significativa, dos benefícios, em função da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2024-2026). Esse ACT definiu reajuste salarial de 6,09% (seis vírgula nove por cento), referente à inflação acumulada medida pelo INPC entre maio de 2024 e abril de 2025, acrescido de 0,77% (zero vírgula setenta e sete por cento) a título de ganho real, aplicado a partir de maio de 2025. As remunerações registraram acréscimo de R\$ 19,7 milhões (+39,7%), reflexo do reajuste salarial, aumento nas provisões de férias e do crescimento das horas extras. Os encargos sociais acompanharam essa evolução, com incremento de R\$ 7,2 milhões (+14,1%). O maior impacto, contudo, veio dos benefícios, que apresentaram aumento de R\$ 22,9 milhões (+46,2%). Esse crescimento foi resultado, sobretudo, das provisões relacionadas à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e à implementação do Plano de Desligamento Assistido (PDA), iniciativa voltada a oferecer maior flexibilidade e alinhamento às necessidades dos colaboradores. Essas despesas extraordinárias explicam a variação mais acentuada em relação ao exercício anterior. Nas despesas administrativas, destacaram-se os aumentos no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e no transporte de pessoal, parcialmente compensados por reduções nos gastos com assistência médica, previdência privada e comissões. De modo geral, observa-se que, embora haja crescimento estrutural da folha de pagamento, o aumento em 2025 foi influenciado, em grande parte, por eventos pontuais. A Companhia segue acompanhando de forma contínua a evolução dos gastos de pessoal, a fim de garantir sua sustentabilidade nos próximos períodos. Por fim, o quadro funcional apresentou uma elevação, registrando variação de 28 colaboradores, passando de 1.978 em 31 de dezembro de 2024 para 2.006 em 31 de dezembro de 2025.

Materiais

Houve um aumento de 48,3% nos gastos com materiais em relação ao mesmo período de 2024, resultado atribuído principalmente à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado

o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos.

Energia Elétrica

O crescimento de 12,7% na energia elétrica foi puxado principalmente pela mudança do regime de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era permitido o aproveitamento de créditos sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços, entre eles, a energia elétrica. Com a mudança para o regime Cumulativo, esses créditos deixaram de ser admitidos, ocasionando elevação nos custos da Companhia, ainda que as alíquotas aplicáveis sejam menores no novo regime.

Serviços de Terceiros

O aumento de 9,8% em relação ao mesmo período de 2024, é principalmente atribuído à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos.

Depreciações e Amortizações

O aumento de 6,2% é principalmente atribuído à mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era assegurado o direito de aproveitar créditos das contribuições sobre bens e serviços utilizados como insumos, além de encargos de depreciação. Outro ponto que contribuiu foi a expansão do ativo imobilizado e intangível da Companhia. A maior parte do valor refere-se à depreciação de instalações, redes de distribuição e equipamentos operacionais, essenciais para a prestação de serviços de água e saneamento, enquanto a amortização dos intangíveis representa parcela menor, porém estratégica. Apesar do aumento, essas despesas permitem acompanhar a perda de valor dos ativos e planejar reinvestimentos e substituições. A CAERN realiza o acompanhamento contínuo dessas despesas, contribuindo para a gestão eficiente dos recursos, manutenção da qualidade do serviço e planejamento de investimentos futuros. O montante total desses ativos em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.351.341 bilhões (líquidos de baixa), enquanto em 2024 esse valor foi de R\$ 3.230.322 bilhões (líquidos de baixa).

Perdas Esperadas na Realização de Créditos

A redução de 12,5% decorre, principalmente, de variações no comportamento de pagamento por parte de clientes estratégicos, refletindo em menor exposição ao risco de crédito e desafios na recuperação de recebíveis.

Indenizações por Danos a Terceiros

Aumento de 111,6% decorre da elevação nos ressarcimentos feitos pela CAERN aos seus empregados, relacionados a descontos indevidos aplicados em seus salários. Exemplos

disso incluem o ressarcimento de multas de trânsito descontadas em excesso, que resultaram na necessidade de compensar os valores pagos a mais, gerando um impacto financeiro na empresa.

Indenizações Trabalhistas a Terceiros

Redução de 10,5% deve-se ao menor número de acordos extrajudiciais firmados entre a Companhia e as partes envolvidas. Esses acordos envolvem pagamentos realizados a empregados ou a terceiros decorrente de sentenças.

Provisões para Contingências

A redução de 168,2% em 31 de dezembro de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 deve-se principalmente à diminuição de contingências cíveis, tributárias e trabalhistas, refletindo a resolução de processos ou reavaliação do risco. Essa queda reflete tanto a redução das provisões existentes quanto da reversão de valores previamente provisionados. No entanto, a provisão para contingências ambientais ainda apresenta valor relevante, exigindo monitoramento contínuo pela Companhia.

1.2.2. Indicadores Econômicos

Os números a seguir refletem os resultados econômicos e financeiros que a Companhia tem obtido, permitindo a sustentação dos programas de investimentos e criando as condições necessárias para alcançar a universalização conforme previsto pelo marco legal do saneamento.

Indicadores Econômicos R\$	2025 (c)	2024 (d)	Var.% (c/d)
Receita Operacional Líquida	1.255.128	1.169.220	7,3%
Lucro Bruto	524.513	441.996	18,7%
Lucro Operacional	63.723	38.517	65,4%
Lucro Líquido	102.688	50.543	103,2%
% Margem Operacional	5,08	3,29	1,8 p.p.
% Margem Líquida	8,18	4,32	3,9 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	0,06	0,03	0,0 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	1,01	1,36	(0,35) p.p.

1.2.2.1. Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresentou variação positiva relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando ganho líquido de R\$ 40,5 milhões, em comparação a R\$ 13,1 milhões apurado no exercício anterior, representando crescimento de 209,0%.

As receitas financeiras somaram R\$ 100,0 milhões em 2025 (R\$ 53,1 milhões em 2024), registrando aumento de 88,3%. Esse aumento reflete, sobretudo, o avanço das variações monetárias ativas e dos rendimentos de resgates judiciais, além do reconhecimento de juros e

acréscimos sobre os créditos tributários, atualizados pela SELIC, os quais contribuíram de forma relevante para a ampliação do resultado financeiro no período analisado.

Por outro lado, as despesas financeiras totalizaram R\$ 59,4 milhões em 2025, ante R\$ 40,0 milhões em 2024, representando acréscimo de 48,6%. A variação decorre, principalmente, do reconhecimento de provisão para passivo regulatório no montante de R\$ 36,4 milhões, parcialmente compensado pela redução das despesas com juros e taxas de financiamentos, refletindo a diminuição do endividamento médio e melhoria na estrutura da dívida.

Resultado Financeiro R\$	2025 (c)	2024(d)	Var.% (c/d)
Receitas Financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	19.147	30.486	(37,2)
Descontos obtidos	131	114	14,9
Juros ativos obtidos	1.207	1.161	4,0
Variações monetárias ativas	29.503	21.120	39,7
Juros e acréscimos com créditos tributários	49.363	-	-
Rendimentos de resgate judicial	732	280	161,4
Totais das Receitas Financeiras	100.083	53.161	88,3
Despesas Financeiras			
Juros e taxas de financiamentos	(14.477)	(33.288)	(56,5)
Juros e multas extras de financiamentos	(5.169)	(4.540)	13,9
Provisão passivo regulatório	(38.418)	-	-
Custos de transação	(776)	- 1.820	(57,4)
Juros sobre precatórios	(655)	(379)	72,8
Totais das Despesas Financeiras	(59.495)	(40.027)	48,6
Resultado Financeiro	40.588	13.134	209,0

No encerramento do exercício de 2025, os ativos totais da Companhia atingiram R\$ 4.425.812 (R\$ 4.285.717 em 31/12/2024), enquanto as dívidas totais ao final de dezembro de 2025 eram de R\$ 1.649.336 (R\$ 1.560.326 em 31/12/2024).

Do montante da dívida total, R\$ 333.555 (R\$ 401.065 em 31/12/2024) referem-se a empréstimos, financiamentos e debêntures, apresentando redução de 16,83% em relação ao exercício de 2024.

	Referência	DEZ/25	DEZ/24	Var.
Patrimônio Líquido	R\$	2.776.476	2.725.391	1,9
Valor Patrimonial da Ação	R\$	1,00	1,00	-
Endividamento Total	%	37,27%	36,41%	2,4 p.p.
Liquidez Corrente	R\$	1,52	1,63	(6,8)
Liquidez Seca	R\$	1,39	1,48	(5,7)

1.2.2.2. EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no exercício de 2025, que reflete o resultado operacional da Companhia, totalizou R\$ 194.314, registrando um aumento em relação aos R\$ 32.844 de 2024. Como consequência, a margem EBITDA passou de 13,81% para 15,48%.

Adicionalmente, a geração de caixa operacional ao final do exercício de 2025 atingiu R\$ 340.846, superior aos R\$ 207.840 registrados no exercício anterior. Esse desempenho representa um crescimento de 63,99%, evidenciando o avanço significativo na capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de suas atividades operacionais, reforçando a sustentabilidade financeira do negócio.

EBITDA R\$	4T25 (a)	4T24 (b)	Var.% (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var.% (c/d)
Lucro Líquido	7.222	4.729	52,72	102.688	50.543	103,17
(+) Tributos sobre o Lucro	(3.621)	(3.435)	5,41	1.623	1.108	46,48
(+) Resultado Financeiro	(9.085)	(6.670)	36,21	(40.588)	(13.134)	209,03
(+) Depreciações e amortizações	33.431	31.223	7,07	130.591	122.953	6,21
EBITDA	27.947	25.847	8,12	194.314	161.470	20,34
%EBITDA	8,35%	7,90%	0,45 % p.p.	15,48%	13,81%	1,67 % p.p.

1.2.2.3. Investimentos

No 4º trimestre de 2025, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 72,2 milhões, representando redução de 35,68% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do exercício, os investimentos somaram R\$ 294.7 milhões, queda de 23,43% frente aos R\$ 384,9 milhões investidos em 2024. A maior parte do capital para as obras concluídas foi viabilizada através de recursos de convênios e recursos de empréstimos.

Investimentos	4T25 (a)	4T24 (b)	Var. % (a/b)	2025 (c)	2024 (d)	Var. % (c/d)
Água	15.454	38.100	(59,44)	70.408	130.820	(46,18)
Esgoto	54.767	68.071	(19,54)	212.872	245.882	(13,43)
Outros Investimentos	2.039	5.094	(59,97)	11.486	8.282	38,69
Totais	72.260	111.264	(35,06)	294.766	384.984	(23,43)

Os investimentos no segmento de água atingiram R\$ 15,4 milhões no 4T25, redução de 59,44% em comparação ao 4T24. No acumulado de 2025, totalizaram R\$ 70,4 milhões, representando retração de 46,18% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, da conclusão de obras estruturantes em 2024 e do redirecionamento do cronograma físico-financeiro de novos projetos. No exercício de 2025, destaca-se, entre as principais realizações, a entrega parcial da adutora Apodi/Mossoró, empreendimento relevante para o reforço do sistema de abastecimento hídrico da região atendida.

No segmento de esgoto, os investimentos somaram R\$ 54,7 milhões no trimestre, com redução de 19,54%, e R\$ 212,8 milhões no acumulado anual, representando queda de 13,43% em relação a 2024. Apesar da retração, o volume investido manteve-se concentrado na ampliação e melhoria dos sistemas de coleta e tratamento, em consonância com as metas de

expansão da cobertura dos serviços. Dentre as principais ações realizadas no período, destacam-se as entregas parciais do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Parelhas e Caicó, que contribuíram para o avanço da infraestrutura de saneamento nessas localidades.

Os outros investimentos totalizaram R\$ 2,0 milhões no 4T25, redução de 59,97% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e R\$ 11,4 milhões no acumulado de 2025, crescimento de 38,69%. Embora em menor escala financeira, esses investimentos possuem relevância estratégica, pois fortalecem a capilaridade do sistema, ampliando o acesso dos usuários e contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Destacam-se, no período, as ligações intradomiciliares no sistema de esgotamento sanitário no município de Mossoró, as extensões de redes de água e adutoras em diversos municípios, bem como as extensões de redes de esgotos em outras localidades atendidas pela Companhia.

De forma geral, a redução do volume total investido em 2025 está associada ao encerramento de ciclos relevantes de obras no exercício anterior e à reprogramação de parte dos investimentos para exercícios subsequentes, sem prejuízo à continuidade dos projetos estratégicos da Companhia.

1.2.2.4. Endividamento

A dívida bruta passou de R\$ 401.065 milhões em dezembro de 2024 para R\$ 333.555 milhões em dezembro de 2025, representando uma redução de R\$ 67.510 milhões. A dívida líquida passou de R\$ 219.455 milhões em dezembro de 2024 para R\$ 196.775 milhões em dezembro de 2025.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 1,01x no 4T25 (1,36x no 4T24). O grau de endividamento ficou em 37,27% no fechamento do 4T25 (36,41% no 4T24).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Taxa de Juros	Indexador	Vencimento	31/12/2025	%
CCB - Santander	2,97% a.a. + CDI	CDI	2027	18.571	5,6%
Debêntures - 1ª Emissão - Santander	4% a.a.	CDI	2028	298.387	88,4%
CCB - BNB	2,76% a 11,90%	IPCA	2048	20.811	6,2%
Subtotal				377.769	100,2%
(-) Custos de transação				(4.214)	(0,2%)
Total				333.555	100,0%

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Período	Saldo devedor (R\$)	%
2026	158.708	47,58%
2027	143.051	42,89%
2028	11.954	3,58%
2029	1.001	0,30%
Acima de 2029	18.841	5,65%
Total	333.555	100,00%

1.3. Regulação

Em 26 de março de 2025, foram assinadas as resoluções que tratam do reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do estado do RN, conforme descrito a seguir:

(i) Municípios do interior, exceto Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de caráter estadual, aprovou o reajuste tarifário por meio da Resolução nº 2.0003.03, aplicando um índice de 6%.

(ii) Município de Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Mossoró (AGRM), de caráter municipal, aprovou a Resolução nº 2.0007.00, também aplicando reajuste de 6%.

Ambas as resoluções entraram em vigor a partir de 1ª de abril de 2025, e os impactos nas tarifas praticadas pela Companhia passaram a ocorrer 30 dias após essa data, ou seja, a partir de 1º de maio de 2025.

(iii) Em relação ao município de Natal, o pedido de reajuste foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CONSAB), e formalizado pela Resolução nº 01/2025 da ARSBAN, datada de 29 de maio de 2025, autorizando o percentual de 8,91% para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O reflexo nas tarifas ocorreu 30 dias após a entrada em vigor da referida resolução.

1.4. Agenda ASG – Ambiental, Social e de Governança

Foi instituída na Companhia uma Comissão Interna, de caráter temporário, com o objetivo de garantir um *disclosure* completo e transparente das oportunidades e dos riscos financeiros, relacionados à adaptação às mudanças climáticas e à segurança hídrica. O mesmo grupo deverá propor estratégias para aderência às novas exigências de reporte de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e mudanças climáticas, de acordo com as disposições dos IFRS S1 e S2.

1.5. Demonstrações Contábeis

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN

Balanço Patrimonial - Ativo

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	502.778	459.964
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	167.403	214.714
Contas a receber (Nota 5)	193.200	156.128
Estoques para operação (Nota 6)	42.554	44.084
Tributos a recuperar (Nota 7)	72.857	14.878
Adiantamentos	2.092	2.275
Depósitos judiciais (Nota 8)	24.662	27.685
Outros ativos circulantes	10	200
Não circulante	3.923.034	3.825.753
Contas a receber (Nota 5)	86.164	93.292
Créditos fiscais (Nota 9.1)	18.473	44.313
Créditos de acionistas	20.140	16.591
Ativo financeiro (Nota 10)	431.448	411.482
Imobilizado (Nota 11)	987.716	997.015
Intangível (Nota 12)	2.363.625	2.233.307
Direito de uso arrendamento mercantil (Nota 13)	15.468	29.753
Total do ativo	4.425.812	4.285.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN

Balanco Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	330.618	281.851
Fornecedores de bens e serviços <i>(Nota 14)</i>	49.309	32.972
Empréstimos, financiamentos e debêntures <i>(Nota 15)</i>	158.708	135.497
Arrendamento mercantil <i>(Nota 16)</i>	13.209	16.141
Obrigações tributárias <i>(Nota 17)</i>	21.645	22.975
Obrigações sociais <i>(Nota 18)</i>	62.048	51.233
Benefícios pós-emprego e acordos judiciais <i>(Nota 19)</i>	1.195	9.868
Parcelamento de tributos <i>(Nota 20)</i>	1.224	1.909
Compromisso contrato de concessão <i>(Nota 21)</i>	1.050	1.050
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar <i>(Nota 22)</i>	22.230	10.206
Não circulante	1.318.718	1.278.475
Empréstimos, financiamentos e debêntures <i>(Nota 15)</i>	174.847	265.568
Arrendamento mercantil <i>(Nota 16)</i>	3.152	13.778
Benefícios pós-emprego e acordos judiciais <i>(Nota 19)</i>	20.554	84
Parcelamento de tributos <i>(Nota 20)</i>	248	1.138
Provisões para contingências <i>(Nota 23)</i>	42.443	49.642
Receita diferida (subvenção governamental) <i>(Nota 24)</i>	920.579	858.630
Tributos diferidos <i>(Nota 9.2)</i>	85.512	89.635
Passivo regulatório <i>(Nota 25)</i>	71.383	-
Total do Passivo	1.649.336	1.560.326
Patrimônio Líquido <i>(Nota 26)</i>	2.776.476	2.725.391
Capital social	1.727.566	1.459.109
Reservas de capital	50.363	50.363
Reservas de lucros	133.868	309.566
Lucros/(prejuízos) acumulados	-	-
Outros resultados abrangentes	864.679	906.353
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.425.812	4.285.717

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN
Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida dos serviços prestados <i>(Nota 27)</i>	1.255.128	1.169.220
Custo dos serviços prestados <i>(Nota 28)</i>	(730.615)	(727.224)
	524.513	441.996
Lucro bruto		
Despesas administrativas <i>(Nota 29)</i>	(338.283)	(271.785)
Despesas comerciais <i>(Nota 30)</i>	(132.144)	(126.025)
Provisões/reversões para contingências <i>(Nota 31)</i>	7.199	(10.563)
Despesas Tributárias <i>(Nota 32)</i>	(8.874)	(5.020)
Outras receitas operacionais <i>(Nota 33)</i>	11.312	9.914
	63.723	38.517
Lucro/ (prejuízo) antes do resultado financeiro		
Receitas financeiras <i>(Nota 34)</i>	100.083	53.161
Despesas financeiras <i>(Nota 35)</i>	(59.495)	(40.027)
	104.311	51.651
Lucro/ (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		
Imposto de renda e Contribuição Social <i>(Nota 36)</i>	(1.623)	(1.108)
	102.688	50.543
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício		
Lucro Líquido por ação do capital social no fim do exercício <i>(em unidades de R\$) (Nota 26.4.1)</i>	0,0594	0,0346

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(em milhares de reais)*

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro Líquido	102.688	50.543
Realização do custo atribuído <i>(com efeito no resultado)</i>	41.674	45.763
Acréscimo ou redução por ajustes de exercícios anteriores	-	(2.263)
Resultado abrangente total com efeito no resultado	144.362	94.043
Ajuste da diferença temporária passiva – AAP <i>(sem efeito no resultado)</i>	-	65.382
Resultado abrangente total	144.362	159.425

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros				Lucros/(Prejuízos) acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos			
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.408.750	50.363	9.197	216.526	50.359	7.292	-	886.734	2.629.221
Aumento de capital – AGO/AGE de 29/04/2024 <i>(Nota 26.1)</i>	50.359	-	-	-	(50.359)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.527	-	-	-	(2.527)	-	-
Reserva de expansão	-	-	-	44.715	-	-	(44.715)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	9.479	-	(9.479)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	29.385	(29.385)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(7.292)	-	-	(7.292)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	50.543	-	50.543
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(10.200)	-	(10.200)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	(19.619)	19.619	-
Tributo diferido s/ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	65.382	-	-

Acréscimo ou redução por ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(2.263)	-	-	-	(2.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.459.109	50.363	11.724	261.241	(7.216)	29.385	-	906.353	2.725.391
Aumento de Capital – AGO/AGE de 29/04/2025 (Nota 26.1)	268.457	-	-	(261.241)	(7.216)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	5.134	-	-	-	(5.134)	-	-
Reserva de expansão	-	-	-	88.703	-	-	(88.703)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	8.681	-	(8.681)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	19.626	(19.626)	-	-
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	(29.385)	-	-	(29.385)
Resultado do Período	-	-	-	-	-	-	102.688	-	102.688
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(22.218)	-	(22.218)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	41.674	(41.674)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.727.566	50.363	16.858	88.703	8.681	19.626	-	864.679	2.776.476

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Período Antes do IRPJ/CSLL	104.311	51.651
Ajustes:		
Depreciação e amortização	130.591	122.953
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	54.025	61.750
Provisão/reversão para Contingências	(7.199)	10.563
(-) Lucro na venda de imobilizado	(968)	(1.035)
Juros e variações monetárias	71.557	63.185
<u>(Aumento)/Diminuição dos ativos:</u>		
Contas a receber e demais recebíveis	(83.969)	(78.505)
Estoques	1.530	8.059
Tributos a recuperar	(57.979)	(1.789)
Adiantamentos concedidos	183	(163)
Depósitos judiciais	3.023	264
Outros ativos	22.482	(17.166)
<u>Aumento/(Diminuição) dos passivos:</u>		
Fornecedores	16.337	4.075
Obrigações tributárias	(1.329)	(2.531)
Passivo regulatório	71.383	-
Outras obrigações	18.491	(12.363)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	342.469	208.948
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(1.623)	(1.108)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	340.846	207.840
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	2.200	1.737
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(254.293)	(391.960)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	(252.093)	(390.223)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(154.617)	(94.650)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(2.094)	(1.899)
Amortizações de arrendamentos financeiros	(21.805)	(18.840)
Ingresso de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	20.082	35.093
Receitas diferidas	61.949	87.613
Pagamentos de dividendos e JCP	(39.579)	(16.460)
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	(136.064)	(9.143)
Redução líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(47.311)	(191.526)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	167.403	214.714
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	214.714	406.240
Redução líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(47.311)	(191.526)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(em milhares de reais)*

	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS	1.270.791	1.223.727
Prestação de serviços de água e esgoto	1.313.504	1.275.562
Outras receitas	11.312	9.915
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(54.025)	(61.750)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(621.259)	(599.354)
Custo dos serviços prestados	(429.880)	(452.501)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(191.379)	(146.853)
VALOR ADICIONADO BRUTO	649.532	624.373
Depreciação e amortização	(130.591)	(122.953)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	518.941	501.420
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	100.083	53.161
Receitas financeiras	100.083	53.161
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	619.024	554.581
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	360.937	326.679
Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	360.937	326.679
Impostos, taxas e contribuições	68.873	112.470
Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	68.873	112.470
Remuneração de capitais de terceiros	86.526	64.889
Juros e atualização monetária	59.495	40.027
Aluguéis	27.032	24.862
Remuneração de capitais próprios	102.688	50.543
Reservas de lucros	102.688	50.543
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	619.024	554.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município do Natal, estado do Rio Grande do Norte, foi constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978.

Atuando na captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos no Estado do Rio Grande do Norte, a CAERN é uma empresa de economia mista, enquadrada no regime jurídico de direito privado brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

2.1. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias, salvo disposição em contrário.

2.2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

A emissão destas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi autorizada pela Administração em 13 de fevereiro de 2026.

2.2.2. Continuidade Operacional

A administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e tem realizado todo seu planejamento e ações com a finalidade de possibilitar a continuidade dos seus negócios. Portanto, as Demonstrações

Contábeis foram elaboradas considerando que a Companhia está em continuidade e continuará em operação no futuro previsível.

2.2.3. Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo, exceto quando de outra forma indicado, conforme demonstrado nas notas explicativas.

2.2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.5. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras em consonância com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são continuamente revistas e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisados e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplica as práticas contábeis de forma consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. As políticas contábeis significativas adotadas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações contábeis, são descritas a seguir.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” representa a disponibilidade da empresa, no qual incluem o caixa, os depósitos bancários, e as aplicações financeiras de curto prazo. Além de valores que possam ser convertidos em dinheiro, sem riscos e sem mudanças significativas de valores. As contas são dispostas em ordem decrescente, obedecendo o grau de liquidez e tem finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa sem risco relevante de mudança significativa de valor.

Uma aplicação financeira tem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo

de aquisição, acrescidas de rendimentos obtidos com as taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras, apropriadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

3.2. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, saldo de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber, à título de indenização, dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

3.2.1. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Considera-se como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço, sendo estes classificados no ativo não circulante.

Os principais empréstimos e recebíveis da Companhia são compostos por caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e adiantamentos e convênios.

3.3. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Ao ser reconhecido, são registrados pelos valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, plano de incentivo a aposentadoria e garantias contratuais de fornecedores.

3.4. Instrumentos Financeiros

3.4.1 Gestão de riscos

A Companhia está exposta a incertezas financeiras, porém administradas ou amenizadas de forma a não impactar, consideravelmente, os resultados de suas operações.

3.4.1.1 Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o mercado da Companhia refere-se à captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos para 153 municípios no Estado do Rio Grande do Norte. Os lucros da Companhia dependem da manutenção dos contratos nos municípios em que opera, na média os contratos têm prazo de duração de 28 anos, considerando a ampliação da vigência das Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II). Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antecipada, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN) e pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Mossoró (AGRM), de caráter municipal, e pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande (ARSEP), de caráter estadual.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). Os riscos relacionados aos clientes são amenizados pois a sua composição contempla uma base diversificada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Rio Grande do Norte. Considerando o tipo de negócio, a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento se ocorrer a inadimplência, mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: incertezas de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Risco de Liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.

3.4.1.2 Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, com a finalidade de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com isso, a empresa pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de debêntures.

Para manter a liquidez e a capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida financeira/EBITDA. A Dívida líquida financeira significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures, menos o caixa e equivalentes de caixa.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	333.555	401.065
(-) Caixa e equivalentes de Caixa (recursos próprios)	(136.780)	(181.610)
(=) Dívida Líquida	196.775	219.455
EBITDA (janeiro a dezembro)	192.214	161.470
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,01	1,36
Relação Dívida Líquida/Patrimônio	0,07	0,08

3.4.1.3 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício do ano de 2025 da Companhia, conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVOS		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	117.687	166.761
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)	-	-
Depósitos vinculados	30.623	33.104
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	19.093	14.849

Contas a Receber de Clientes, líquido	211.673	249.420
Ativos Financeiros Contratuais	431.448	411.482
Outras Contas a Receber	26.764	30.160
Totais	837.288	905.776
PASSIVOS		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)	-	-
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	349.917	430.983
Fornecedores	49.309	30.791
Outras Contas a Pagar	8.615	2.181
Totais	407.841	463.955

(i) Em 31/12/2025 a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.4.2 Compensação de instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a Receber

3.5.1. Contas a Receber de Clientes

Refere-se aos valores a receber dos usuários pela prestação, por parte da Companhia, do serviço de fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, acrescidos das receitas provenientes dos serviços prestados e não faturados, até a data do balanço, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final do mês, tomando como referência o consumo médio de cada cliente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas das perdas de créditos esperadas, estimadas por meio de dados históricos

segmentados por categorias de consumo e idade de vencimento e, que são constituídas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

As contas a receber são classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de recebimento (vencimento) for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas no ativo não circulante. Ainda, cabe relatar que os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos, quando cabível, são ajustados a valor presente.

3.5.2. Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. A constituição destas perdas é fundamentada na análise dos créditos e dos riscos envolvidos em cada operação da Companhia. A análise é realizada com base em dados objetivos das “contas a receber”, histórico de recebimentos e pelas expectativas de perdas futuras.

A Administração, além de reconhecer as perdas incorridas assim que atingem 180 dias de atraso, também constitui perdas esperadas complementares para os créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na estimativa de perda de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), levando em consideração todo o histórico de perdas passadas, o prazo decorrido por tipo de cliente e o valor da fatura para prever o risco de não realização das contas em aberto, conforme prevê o CPC 48.

3.5.3. Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. As contas parceladas de clientes particulares são atualizadas a juros de 1% ao mês e foram trazidas a valor presente pela mesma taxa de juros.

3.5.4. Contas a Receber do Poder Concedente das Concessões

De acordo com a Lei 11.445/07, os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada mediante remuneração pela cobrança dos serviços prestados por meio da instituição de tarifas.

Contudo, a CAERN realizou vários investimentos, no setor de saneamento, em municípios que não possui contratos de prestação de serviço vigente. Tal situação, enseja na necessidade de reconhecimento das contas a receber (ativo financeiro) perante os entes municipais detentores das concessões, conforme preceitua o ICPC 01 e o OCPC 05, haja vista a existência do direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos

realizados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados na tarifa estipulada.

Os referidos valores são reconhecidos no ativo não circulante, em virtude de a Companhia não possuir contrato de concessão vigente, porém mantém a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário por prazo indeterminado, desaguando na necessidade de reconhecimento do ativo financeiro relativo à parcela dos investimentos que não foram recebidos na tarifa até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

3.6. Estoques de Materiais

Os estoques são ativos mantidos para o consumo e a manutenção dos sistemas de águas e esgotos e são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo do estoque compreende o preço de compra do material, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente vinculados à aquisição de materiais e à prestação de serviços.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante. A constituição das perdas de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos é realizada quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7. Ativos Intangíveis

A Companhia registra os bens patrimoniais decorrentes de Contratos de Concessão no ativo intangível pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o direito de uso, conforme prevê a interpretação ICPC-01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (Marco Regulatório do Setor), e os amortiza pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro da parcela não amortizada.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar de forma pretendida pela Companhia. O valor do ativo intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Dessa forma, os encargos financeiros capitalizados serão depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do ativo intangível aos quais foram incorporados.

Cessa-se a amortização do ativo intangível quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Além disso, no mínimo anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, e sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

3.7.1. Contratos de Concessão

Em relação aos contratos de concessão a Companhia mantém, atualmente, contratos de concessão com 48 (quarenta e oito) municípios, com vigência até 2051, prazo estabelecido com a criação da microrregião e com objetivo de garantir a universalização dos serviços. Esses municípios são responsáveis por subsidiar os demais municípios devido à sua capacidade de geração de fluxo de caixa para a Companhia.

Nesse contexto, a CAERN atualmente presta serviços a 105 municípios, dois deles encontram-se com a situação ainda indefinida. O município de Serrinha dos Pintos solicitou a regularização da prestação do serviço pelo modelo de prestação direta, porém aguarda a manifestação do colegiado da microrregião. Por outro lado, o município de Upanema manifestou o desejo de não manter os serviços com a CAERN por prestação direta. Assim, até que o colegiado da microrregião defina a situação destes municípios, a Companhia irá continuar a prestação direta do serviço, em razão da obrigação de manter os serviços essenciais em operação.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores das obras em andamento, ou seja, não se reconheceu o valor das obras em andamento como Ativos de contrato, conforme preceitua o CPC 47, devido os recursos financeiros serem advindos de contratos de repasses firmados entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a União Federal, sendo a CAERN apenas um interveniente executor. Ademais, o poder concedente autorizou que a concessionária realize aporte financeiro com recursos onerosos, visando dar funcionalidade aos empreendimentos objeto de subvenção governamental, de maneira que será garantido ao concessionário a devida remuneração do capital por meio da tarifa ou a devida indenização, caso seja a situação.

Diante deste cenário, verifica-se a necessidade de aplicação do CPC 07 e o reconhecimento das subvenções governamentais oriundas desse contrato, haja vista esse procedimento ser mais específico e por isso prevalecer sobre o reconhecimento do Ativo de contrato.

3.7.2. Licenças de Software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos de aquisição e demais custos incorridos para que elas estejam prontas para serem utilizadas. As amortizações são registradas com base em sua vida útil estimada de cinco anos e os gastos associados à sua manutenção quando incorridos são reconhecidos no resultado do período, de acordo com o regime de competência.

3.7.3. Arrendamento

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menor, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.8. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam por serem bens de uso geral, edificações da Companhia e redes adutoras que atendem a mais de um município, não sendo considerado como vinculada a nenhuma concessão.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Inclui-se no custo histórico os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios de vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que possam ser mensurados com segurança e a vida útil for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Adutoras	30 a 60 anos
Benfeitorias	20 a 67 anos

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas líquidas” na demonstração do resultado. Além disso, anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

3.9. Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

O imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, refletindo as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Mesmo não existindo qualquer indicativo de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos por meio da geração de fluxos de caixa futuros. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida.

3.10. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado. As contas a pagar são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data do balanço. Caso o pagamento ocorra em período superior a 12 meses após a data do balanço, então são apresentados no passivo não circulante.

3.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações incorridos e, posteriormente são mensurados pelo custo amortizado. A parcela dos empréstimos e financiamentos que a empresa tem que liquidar em até 12 meses após a data do balanço é classificada no passivo circulante e, as

demais obrigações correspondentes aos empréstimos e financiamentos são classificadas no passivo não circulante.

Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do empréstimo e financiamento. A diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que ocorra uma saída necessária de recursos para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido tecnicamente estimado com segurança.

Quando existe uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

No caso das provisões jurídicas, a Companhia realiza a classificação das ações em prováveis, possíveis e remotas, tomando como referência as premissas estipuladas pelo CPC 25 e o entendimento jurisprudencial prevalecente no momento de encerramento do exercício social.

3.13. Tributos incidentes na atividade da Companhia

3.13.1. Impostos sobre o lucro

A Companhia goza do benefício fiscal da Imunidade recíproca, lastreada no Art. 150, VI, a §2º da CF/88, obtida por meio do processo Judicial 0003804-05.2009.4.05.8400, transitado em julgado em 19/12/2024, por isso não existe apuração e recolhimento do imposto de renda pessoa jurídica. Já apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é mensurada com base no lucro tributável, sendo aplicável a alíquota de 9%, de maneira a constituir o valor corrente e a diferença temporária com base na alíquota efetiva de sua realização.

3.13.2. Tributos sobre a venda

A Companhia atualmente realiza a apuração e recolhimento do PIS e da COFINS com base no regime cumulativo, por meio da aplicação das alíquotas, respectivamente, de 0,65% e 3,00%, tal situação foi obtida como consequência do processo Judicial 0003804-05.2009.4.05.8400, transitado em julgado em 19 de dezembro de 2024.

3.14. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A Companhia possui algumas obrigações de benefícios de curto prazo aos empregados, sendo estas reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago, caso exista uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do serviço que foi prestado pelo empregado, além de a obrigação ser possível de ser estimada de forma confiável.

3.14.1. Obrigações de Aposentadoria

A Companhia oferece aos seus empregados um plano de previdência complementar chamado de CAERN PREV, com o intuito de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS). Dessa forma, a Companhia realiza contribuições fixa e mensais ao plano CAERN PREV, cuja administração é realizada pela Instituição Financeira do Banco do Brasil Previdência. As contribuições para o CAERN PREV realizadas pela Companhia ocorrem de forma obrigatória e contratual, aos empregados que aderiram ao plano, sendo essas contribuições reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado do exercício durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

Em cumprimento ao CPC 33, a contabilização do CAERN PREV é realizada pelo valor efetivamente participado no exercício social.

3.14.2. Participação nos Resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas objetivas estipuladas pela diretoria e divulgadas aos colaboradores, conforme preceitua o manual de participação nos resultados e a Lei 10.101/2000 e suas alterações.

3.15. Subvenções e Assistências Governamentais

As subvenções e assistências governamentais são contabilizadas como receitas diferidas, no passivo não circulante, desde que haja razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e de que o recurso será, de fato, recebido. Uma vez cumpridas as condições predeterminadas, tanto os bens construídos com os recursos recebidos quanto a subvenção correspondente têm seus processos de depreciação/amortização iniciados, gerando, respectivamente, despesas e receitas calculadas em bases sistemáticas e racionais ao longo do período necessário, que serão compensadas em confronto na demonstração do resultado do exercício, conforme preceitua o CPC 07.

3.16. Capital Social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

3.17. Reconhecimento da Receita

3.17.1. Receita de Serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da companhia. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas com observância ao regime de competência e apresentadas líquidas dos tributos, abatimentos e descontos.

Em consonância com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, a receita de fornecimento de água e esgotamento sanitário inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica mensal e as receitas não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado da data de medição da última leitura até o final do período contábil. Para as receitas provenientes dos municípios permissionários que não pagam costumeiramente a fatura, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

3.17.2. Receita de Construção

A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

3.18. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita com juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. Por sua vez, as despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.19. Distribuição de Lucros

O Estatuto social da Companhia estipula uma distribuição de dividendos mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido ajustado. Alinhada a legislação societária, a distribuição

de lucros na Companhia é realizada por meio de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e pelo pagamento de dividendos.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados diretamente à conta de lucros acumulados, sem afetar o resultado do exercício conforme a Deliberação CVM nº 683/2012, de 30 de agosto de 2012 e ICPC 08. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

A legislação fiscal permite que a Companhia proceda ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.21. Novas Normas, Alterações e Interpretações em Vigor para Exercícios Iniciados em ou após 01 de janeiro de 2025

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais têm sua adoção prevista para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis conforme segue:

Alteração da norma IAS 21

Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e especifica como uma entidade determina a taxa de conversão quando

uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2025. A Companhia não visualizou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 18

Cria critérios para os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

Emissão da norma IFRS 19

Adota requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações contábeis consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7

Elucida aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

Emissão das normas IFRS S1 e IFRS S2 (ISSB)

Estabelece padrões globais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade (ESG). São obrigatórias no Brasil a partir de 1/01/2026 (Resolução CVM nº 193/2023 – CBPS 01 e CBPS 02). A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

Alterações à IAS 37

Aprimora critérios para reconhecimento de provisões com vigência estimada para 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

Emissão da norma IFRS 18

Substitui IAS 1 e estabelece requerimentos para apresentação e divulgação, introduzindo subtotais obrigatórios na Demonstração do Resultado e regras para medidas de desempenho gerencial (CPC 51). Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em ou após 1/01/2027, com dados

comparativos de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma, inclusive quanto à apresentação de receitas reguladas e não reguladas.

Projeto IFRS 20

Norma em fase final de elaboração no IASB, que trata do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios. Esta norma é altamente relevante para a Companhia considerando que atua em setor regulado, e sua vigência é estimada para exercícios iniciando em ou após 1/01/2029. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma e seu endosso pelo CPC.

Melhorias anuais nas normas IFRS

Trata de alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “*de facto agent*” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bens Numerários – Caixa (i)¹	103	140
Depósito bancários (ii)	25.101	25.869
Livres em conta corrente ¹	19.590	15.309
Vinculados em conta corrente ²	5.511	10.560
Aplicações financeiras (iii)	142.799	189.305
Recursos próprios ¹	117.687	166.761
Recursos vinculados ²	25.112	22.544
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios	(600)	(600)
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios ¹	(600)	(600)
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	167.403	214.714
 ¹ Total de Caixa e Equivalentes de Recursos Próprios	 136.780	 181.610
² Total de Caixa e Equivalentes de Recursos Vinculados	30.623	33.104

As informações fornecidas indicam a situação das disponibilidades da Companhia, mostrando uma redução de R\$ 47.311 entre 31 de dezembro de 2025 e o 31 de dezembro de 2024. A seguir, uma análise detalhada desses valores:

4.2. Movimentação das Disponibilidades

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	214.714	406.240
Ingressos de recursos	-	-
Redução de recursos	(47.311)	(191.526)
Saldo final	<u>167.403</u>	<u>214.714</u>

A composição das disponibilidades em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

- i. Os bens numerários representam R\$ 103.
- ii. Os depósitos bancários representam R\$ 25.101, sendo R\$ 19.590 recursos de livre movimentação e R\$ 5.511 de recursos vinculados. Dos R\$ 5.511 de recursos vinculados, R\$ 4.996 são das garantias contratuais depositadas pelos fornecedores que prestam serviços à Companhia, R\$ 515 são referentes à aplicação dos recursos em obras de saneamento, ou seja, são recursos com destinação específica obtidos mediante convênio. Em 17 de janeiro de 2025, foram liberados os valores depositados a título de reinvestimento no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no montante de R\$ 10.009.913,56 (dez milhões, nove mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e seis centavos). Essa liberação ocorreu em razão do reconhecimento da imunidade tributária da CAERN, que, por não apresentar valores devidos a título de Imposto de Renda, deixou de se enquadrar no escopo do Benefício Fiscal do Reinvestimento.
- iii. As aplicações financeiras representam R\$ 142.799, sendo R\$ 25.112 recursos vinculados e R\$ 117.687 refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso. Dos recursos vinculados, R\$ 12.280 refere-se aos valores destinados particularmente a obras de expansão da CAERN, devendo ser aplicado exclusivamente para esse fim, R\$ 717 são das aplicações dos convênios do Sesi e Senai e R\$ 12.115 são das garantias contratuais, entre eles o valor de R\$ 1.550 do contrato nº 22.01488 da Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda.

É importante observar que os valores indicados nos registros de caixa e equivalentes de caixa dizem respeito apenas aos recursos diretamente administrados pela Companhia. Os valores remanescentes das contas de recursos vinculados são transitórios e foram transferidos para a CAERN para pagamento aos fornecedores das obras associadas a essas contas vinculadas.

A Companhia opta por aplicar seus próprios recursos, provenientes de suas atividades, em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos de renda fixa, cuja remuneração média está substancialmente atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média das aplicações financeiras foi de 94,00% do CDI.

Vale ressaltar que os ativos financeiros da empresa apresentam características de curto prazo, alta liquidez e baixo risco de variação de valor. Além disso, todos os investimentos são realizados em moeda nacional. A CAERN não identificou perdas nos valores recuperáveis de seus ativos financeiros.

4.3. Movimentação das Aplicações Financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	189.305	391.734
Novas aplicações	1.371.366	1.214.325
Rendimentos	19.953	30.486
Resgates	(1.437.825)	(1.447.240)
Saldo final	142.799	189.305

Os ativos financeiros possuem características de curto prazo, de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e são constituídos somente com valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5.CONTAS RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

5.1. Contas a receber

	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recebíveis dos serviços de água e esgoto (i)	580.872	-	580.872	533.299	-	533.299
Parcelamentos de conta de água e esgoto (ii)	33.066	74.456	107.522	32.320	77.147	109.467
Financiamentos de serviços	4.032	48	4.080	3.288	59	3.347
Consumo Não Faturado	27.655	-	27.655	19.406	-	19.406
Valores a receber de Parte Relacionada (iv)	102.045	58.255	160.300	72.581	62.870	135.451
Outras contas a receber	5.475	22	5.497	1.864	36	1.900
(-) Ajuste a Valor Presente – AVP (iii)	(2.430)	(46.617)	(49.047)	(1.995)	(46.820)	(48.815)
(-) Pagamentos em duplicidade	(78)	-	(78)	(97)	-	(97)
(-) Outros Valores	(3.904)	-	(3.904)	(3.190)	-	(3.190)
Total antes da PECLD	746.733	86.164	832.897	657.476	93.292	750.768
(-) Perda Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa (PECLD) (v)	(553.533)	-	(553.533)	(501.348)	-	(501.348)
Total após a PECLD	193.200	86.164	279.364	156.128	93.292	249.420
Total do Contas a Receber	193.200	86.164	279.364	156.128	93.292	249.420

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituída quando existe evidências objetivas de que a Companhia não receberá todos os valores apresentados no Contas a Receber nos prazos originais das contas registradas. A Companhia segue as diretrizes do CPC 47 e 48 em relação à sua carteira de clientes e possui uma política de cobrança dos clientes inadimplentes, através da inscrição do nome dos devedores no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e realização de cobranças por meio judicial. É relevante destacar que os saldos de contas a receber de clientes com mais de 12 meses (não circulante), relacionados a parcelamentos, são ajustados a valor presente. Além disso, para parcelamentos de faturas em atraso, é efetuado o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP), o qual é reconhecido posteriormente como uma redução do ativo no grupo contas a receber. Essas práticas visam assegurar uma avaliação precisa da saúde financeira da empresa.

Do montante de R\$ 279.364 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte:

- (i) Os recebíveis dos serviços de água e esgoto de partes relacionadas foram reconhecidos separadamente, permitindo aos usuários a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nos totais das contas a receber da empresa;
- (ii) Em 12 de dezembro de 2022 e 15 de setembro de 2023 a CAERN negociou os débitos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. O primeiro acordo abrangeu os débitos da Secretaria Estadual de Saúde Pública e dos demais órgãos estaduais de janeiro de 2018 a dezembro de 2020, exceto a Secretaria de Educação. O segundo acordo incluiu os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais de janeiro de 2021 a junho de 2023, além dos débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. O Estado e as secretarias assumiram o compromisso de adimplir as parcelas futuras. Contudo, qualquer inadimplência será compensada pelo Estado do Rio Grande do Norte no segundo trimestre de cada ano, por meio de um ajuste relacionado aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), interrompendo assim o prazo de prescrição;
- (iii) A Companhia conduz transações comerciais com várias partes relacionadas, notadamente o Estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura de Mossoró, conforme demonstrado na nota 39 das demonstrações financeiras;
- (iv) As faturas de parcelamentos de Clientes são ajustadas ao valor presente, por conta redutora de ativo, usando a taxa de juros intrínseca ao contrato, em que esta é definida de acordo com a campanha de parcelamento ofertada ao cliente. Em sua maioria, coincide com o IPCA;
- (v) A variação nas perdas refere-se ao registro de estimativas adicionais de perdas para os créditos a vencer e vencidos em menos de 180 (cento e oitenta) dias para clientes com faturas

incluídas na provisão de crédito de liquidação duvidosa, levando em consideração todo o histórico de perdas anteriores, o tempo decorrido por tipo de cliente e o valor da fatura para estimar o risco de não pagamento das contas em aberto.

Os vencimentos dos recebíveis são como seguem:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	95.150	69.382
Vencidos até 30 dias	57.261	40.616
Vencidos de 31 a 60 dias	28.206	22.231
Vencidos de 61 a 90 dias	17.792	13.054
Vencidos de 91 a 120 dias	14.237	10.476
Vencidos de 121 a 180 dias	24.661	16.627
Vencidos de acima de 180 dias (vi)	595.590	578.382
Total Contas a Receber	832.897	750.768

(vi) Até o fim do exercício de 2025, foram baixados R\$ 22.783 em débitos prescritos de recebíveis de clientes com vencimento superior a 180 dias. Em 2024 foram baixados R\$ 273.108 dos débitos que estavam prescritos.

Adicionalmente, em 03/02/2022, foi expedido o precatório nº 2021.84.00.001.201364 em favor da Companhia. Esse precatório envolve uma ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, referentes a faturas atrasadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A Companhia espera receber um montante futuro de R\$ 7.972. Foi requerido ao juízo a liberação dos valores depositados por meio do processo 03210347.000181/2022-26, entretanto, o pedido foi indeferido. O setor jurídico da Companhia opôs embargos de declaração, os quais foram devidamente contrarrazoados pela UFRN, estando, no entanto, aguardando julgamento.

5.2. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD

A PECLD apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	(501.348)	(715.559)
Constituição	(115.860)	(193.346)
Reversão	40.892	134.449

Baixas Prescritos (i)	22.783	273.108
Saldo Final	(553.533)	(501.348)

(i) Conforme já mencionado no item (vi), até o fim do exercício de 2025, foi realizada a baixa de R\$ 22.783 referentes a débitos prescritos de recebíveis de clientes com vencimento superior a 180 dias.

A Companhia adota as seguintes regras para estimativa de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD):

5.2.1. Conforme a Lei nº 9.430/1996:

a) Para perdas incorridas:

- (i) Clientes com títulos vencidos há mais de 180 dias e com valor até R\$ 15.000;
- (ii) Clientes com títulos vencidos há mais de 1 ano e com valor maior que R\$ 15.001 e menores que R\$100.000, desde que mantida a cobrança administrativa;

5.2.2. Conforme o CPC 47 e CPC 48:

a) Para perdas esperadas:

- (i) Total de faturas, vencidas até 180 dias ou vincendas, dos clientes que por meio da utilização de uma matriz de risco que segmenta os saldos por categoria de consumo e idade de vencimento, visando refletir a expectativa de não recuperação dos créditos.

5.2.3. Parcelamento Partes Relacionadas

- a) Em dezembro de 2022, foi estabelecido um parcelamento entre a Companhia e o Governo do Estado, compreendendo o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020;
- b) Em setembro de 2023, outro parcelamento foi acordado entre as partes, envolvendo os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais de janeiro de 2021 a junho de 2023, além dos débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. Nesse contexto, a Companhia considera os eventos e garantias oferecidos para determinar a recuperabilidade dos ativos, acompanhando o histórico de atrasos associado ao contrato para o reconhecimento da PECLD.

6. ESTOQUES

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais em trânsito (i)	29	248
Estoques de materiais - uso e consumo (ii)	5.177	4.843

Estoques de materiais - operação e manutenção (iii)	42.677	47.911
Estoque materiais – obsoletos (iv)	50	61
(-) Perda Estimada (v)	(5.379)	(8.979)
Total dos Estoques	42.554	44.084

O saldo total dos estoques apresentou redução de R\$ 1.530, passando de R\$ 44.084 em 31/12/2024 para R\$ 42.554 em 31/12/2025. As principais variações foram:

- (i) A redução no estoque em trânsito de R\$ 219, deve-se principalmente ao movimento de materiais de operação e manutenção entre diferentes locais. Os materiais são recebidos na filial da administração central e posteriormente distribuídos para os almoxarifados das regionais;
- (ii) A Companhia registrou um aumento de R\$ 334 nos estoques de materiais de uso e consumo, refletindo recomposição de itens destinados às atividades administrativas e operacionais de apoio;
- (iii) Redução de R\$ 5.234 nos estoques de materiais de operação e manutenção, sinalizando consumo desses materiais nas atividades operacionais ao longo do exercício;
- (iv) O estoque de materiais inservíveis é composto por itens que perderam sua utilidade operacional, sendo reclassificados para alienação, conforme normas internas de gestão patrimonial. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 61, foi integralmente alienado por meio do leilão realizado em 23 de maio de 2025. Já o montante registrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 50, refere-se a novos materiais classificados como inservíveis ao longo do exercício, os quais serão destinados a leilões futuros;
- (v) Até o final do exercício de 2025, a Companhia adota política de constituição de provisão para perdas em conformidade com as normas contábeis vigentes, considerando o histórico de perdas apurado nos inventários dos exercícios anteriores, bem como a identificação de itens com baixa rotatividade ou obsolescência, conforme as disposições do art. 303 do Decreto nº 9.580/2018. Além disso, mantém uma política de realização de vendas dos materiais inservíveis. Em 31 de dezembro de 2025, foi registrada a reversão de R\$ 3.600 em provisões anteriormente constituídas, em razão de revisão realizada pela auditoria interna, que identificou a desnecessidade de manutenção da provisão para determinados itens;
- (vi) Os estoques da Companhia não foram dados como garantia para passivos.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia reconhece o crédito tributário quando acredita possuir embasamento jurídico e técnico suficiente para afirmar seu direito, assim como quantificar de maneira confiável o valor a ser compensado ou restituído.

Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Programa de Integração Social (Pis) – Lei 10.637/02	-	1.011
Cont. Financ. Segur. Social (Cofins) – Lei 10.833/03	-	2.758
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	1.170	6.423
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	5.585	4.513
Créditos Tributários Judiciais	65.902	-
Outros Tributos a recuperar	200	173
	72.857	14.878
<u>Não-Circulante</u>		
Créditos Tributários Judiciais	-	-
	-	-
Total dos Tributos a Recuperar	72.857	14.878

7.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar

O saldo negativo, constante dentro das contas sintéticas de Imposto de Renda e de CSLL a Recuperar, ocorre quando a empresa antecipou (pagou) um valor de IRPJ e/ou CSLL ao longo do ano, maior do que o valor realmente devido na apuração do período. Esse valor permanece como crédito para ser compensado no período seguinte ao da apuração, após a confirmação da transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

7.2. Créditos Tributários Judiciais

Os créditos tributários judiciais se devem em razão da obtenção da Imunidade recíproca do Art. 150, VI, a §2º da CF/88 através do processo Judicial 0003804-05.2009.4.05.8400. Com isso, em consonância com o Parecer Jurídico - Escritório Patrono da causa (DE ROSA) - os efeitos do direito creditório da Sentença retroagem ao ano de 2004, requerendo o processo de levantamento de crédito dos seguintes tributos: IR e os acréscimos legais (considerados indevidos por ser considerado indébito), PIS e COFINS (mudança do regime não cumulativo para cumulativo), IOF (considerado indevido pelo efeito da imunidade tributária).

TRIBUTOS	ORIGINAL	SELIC	TOTAL
PIS	R\$ 43.835.609,38	R\$ 24.672.095,09	R\$ 68.507.704,47
COFINS	R\$ 205.062.782,13	R\$ 114.326.710,24	R\$ 319.389.492,37
IRPJ	R\$ 4.123.480,20	R\$ 35.320.379,89	R\$ 99.443.860,09
ACRÉSCIMOS LEGAIS IRPJ	R\$ 4.483.514,49	R\$ 4.512.922,81	R\$ 8.996.437,30
IOF	R\$ 4.223.882,32	R\$ 1.466.104,37	R\$ 5.689.986,69
	R\$ 321.729.268,52	R\$ 180.298.212,40	R\$ 502.027.480,92

*Valores em reais e atualizados até 05/2025.

No caso do imposto de renda, os valores de apuração do crédito foram obtidos a partir da transmissão da Declaração acessória anual chamada de DIPJ - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, posteriormente, substituída pelo ECF - Escrituração Contábil Fiscal. Em relação aos referidos valores, o setor contábil não enfrentou dificuldade para obter o valor originário considerado indevido, haja vista que ele já foi objeto inclusive de homologação por parte da Receita Federal, sendo por isso considerado um valor considerado incontroverso, inclusive os encargos de atualização incidentes sobre o referido valor. Perfazendo todos os critérios de reconhecimento de um ativo para fins de reflexos nas Demonstrações Contábeis, na forma do que dispõe o CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Diante o exposto, foram reconhecidos apenas os valores relativos ao IRPJ e aos acréscimos legais sobre o IRPJ, totalizando o montante inicial de R\$ 108.440.297,40 (cento e oito milhões, quatrocentos e quarenta mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), os quais passaram a ser objeto de compensação a partir da competência maio/2025.

7.3. Outros tributos a recuperar

Os outros tributos a recuperar referem-se a pagamentos de tributos realizados a maior, onde o referido crédito tributário em favor do contribuinte poderá ser restituído e/ou compensado, atualizado pela SELIC, com novos débitos.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais		
Questões Judiciais Trabalhistas (i)	7.281	10.280
Questões Judiciais Cíveis (i)	6.011	6.011
Questões Judiciais Ambientais (ii)	8.500	8.500

Questões Judiciais Tributárias (i)	2.870	2.894
Total dos depósitos judiciais	24.662	27.685

Os Depósitos judiciais representam ativos da Companhia, contendo quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios associados. O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2025 teve uma variação de R\$ 3.023 em relação ao período anterior.

Do montante de R\$ 24.662 registrado no grupo dos depósitos judiciais, destacam-se os seguintes pontos:

- (i) As variações nos litígios trabalhistas, no montante de R\$ 2.999 e nos litígios tributários de R\$ 24 decorreram do levantamento de depósitos judiciais;
- (ii) O valor registrado nos litígios ambientais, de R\$ 8.500, resultou da celebração de um acordo judicial no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, envolvendo a CAERN, o IDEMA e o Ministério Público do Estado do RN. Nesse acordo, foi depositada em juízo, em 28/06/2023, uma caução no valor de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os valores depositados estão previstos para liberação parcial, em intervalos semestrais, mediante a comprovação do progresso das obras pela CAERN. No momento, a Companhia já informou, por meio de petição, o cumprimento parcial das obras e aguarda decisão judicial sobre a liberação dos recursos no valor de R\$ 3.360.192,96 (três milhões, trezentos e sessenta mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). No entanto, desde 30/10/2023, a Companhia e o Ministério Público aguardam manifestação do juízo acerca dos requerimentos apresentados, sem previsão para a liberação dos recursos financeiros depositados.

Adicionalmente, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, relacionada ao direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais que promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinou a sujeição da CAERN ao regime de precatórios, com a perspectiva de liberação dos recursos financeiros depositados em contas judiciais.

9. CRÉDITOS FISCAIS

A composição dos créditos fiscais é a seguinte:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total
Prejuízo fiscal					23.942	5.985	-	5.985
PECLD	74.192	-	6.677	6.677	47.110	6.664	4.239	10.903
AVP	49.310	-	4.438	4.438	44.997	8.724	4.050	12.774
Arrendamento Mercantil	893	-	80	80	166	16	15	31
Provisões	80.861	-	7.278	7.278	53.892	9.770	4.850	14.620
Total dos Créditos Fiscais	205.256	-	18.473	18.473	170.107	31.159	13.155	44.313

9.1. Ativo Fiscal Diferido

Embasado pelo pronunciamento técnico CPC 32 que trata dos tributos sobre o lucro, a Companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias — que são as diferenças que podem impactar na apuração da contribuição social decorrentes de diferenças entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial, resultando na constituição de um crédito tributário.

Com relação a diferença temporária advinda do imposto de renda, registra-se que a baixa foi realizada, uma vez que o crédito tributário relativo à imunidade tributária, foi reconhecido pela Receita Federal do Brasil.

Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa são decorrentes do resultado tributável negativo da base de cálculo do lucro real (regime tributário da CAERN), na apuração de IRPJ e da CSLL respectivamente. O prejuízo fiscal é o oposto do lucro real, ou seja, após apurado o lucro líquido do período de apuração e feitos os ajustes de adições e exclusões permitidos pela legislação tributária, o resultado é negativo. Após constituídos esses saldos do prejuízo fiscal (IRPJ) e da base de cálculo negativa (CSLL), é permitido pela legislação a compensação deles com os lucros fiscais de períodos futuros, limitados a 30% desses lucros até que os saldos sejam totalmente consumidos. Vale lembrar que não há prescrição para estes créditos. Além da compensação no período corrente, deve-se registrar os ativos fiscais diferidos (compensações futuras), no intuito de apresentar uma informação contábil mais fidedigna, de acordo com a expectativa de lucros tributáveis futuros.

Em relação as demais contas, consideradas como diferenças temporárias dedutíveis, ou seja, que resultarão em valores a serem deduzidos no cálculo do resultado tributável de períodos futuros, serão apresentadas as projeções de realização no quadro a seguir, com base nos lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios.

Estimativa de realização futura da CSLL diferido

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
PECLD	995	1.065	1.137	1.212	1.285	984	6.677
AVP	661	708	756	805	854	654	4.438
Arrendamento mercantil	12	13	14	15	15	12	80
Provisões	1.084	1.160	1.239	1.321	1.400	1.073	7.278
TOTAL	2.752	2.945	3.145	3.353	3.555	2.723	18.473

9.2. Passivo Fiscal Diferido

A resolução do CFC nº 1.189/09 que aprova a NBC TG 32 cita que o passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Nesse contexto, no ano calendário de 2019, a Companhia adotou as normas de contabilidade internacional em sua plenitude, em conformidade com o CPC 37 (R1), de maneira que houve o reconhecimento do custo atribuído para os bens pertencentes ao patrimônio da Concessionária, ensejando na constituição de um ajuste de avaliação patrimonial com reflexo majoritariamente positivo, de maneira a espelhar o valor justo dos bens, por isso, conseqüentemente, foi originado um passivo fiscal diferido, prontamente registrado de maneira tempestiva para atender a norma contábil vigente.

Em decorrência deste ato, a Companhia vem realizando no resultado o valor do passivo fiscal diferido de forma concomitante com a depreciação dos bens objeto do ajuste de avaliação de patrimonial.

O procedimento descrito acima, foi aplicado para os passivos advindos do imposto de renda e da contribuição social.

Ante o exposto, demonstra-se abaixo a realização do segundo trimestre de 2025 e a perspectiva de realização do passivo fiscal diferido para os exercícios futuros:

Realização do passivo fiscal diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)

Diferença temporária	CSLL	Total
Saldo em 31/12/2024	89.635	89.635
(-) Realização	(3.103)	(3.103)

Saldo em 31/12/2025

85.512

85.512

Estimativa de realização futura do passivo fiscal diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)

Anos	CSLL	TOTAL
2025-2029	31.751	31.751
2030-2039	31.750	31.750
2040-2049	15.565	15.565
2050-2059	5.199	5.199
2060-2069	1.102	1.102
2070-2079	127	127
2080-2089	18	18
2090-2093	2	2
TOTAL	85.512	85.512

10.ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro é um direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa do valor total dos ativos e/ou investimentos operacionais construídos e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionado à concessão, referentes aos créditos a receber do Poder Concedente no término da prestação de serviço, decorrentes da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

A Companhia mantém, atualmente, contratos de concessão com 48 (quarenta e oito) municípios, com vigência até 2051, prazo estabelecido com a criação da microrregião e com o objetivo de garantir a universalização dos serviços. Esses municípios são responsáveis por subsidiar os demais municípios devido à sua capacidade de geração de fluxo de caixa para a Companhia.

Em outubro de 2025, foi oficializada a adesão do município de Upanema ao modelo de prestação direta dos serviços públicos, por meio da Resolução nº 10, de 28 de outubro de 2025, aprovada pelo Colegiado Microrregional Central-Oeste (MRAE-I).

O município de Serrinha dos Pintos manifestou interesse na regularização da prestação dos serviços no modelo de prestação direta, encontrando-se o respectivo processo pendente. Assim, até que haja decisão formal sobre a matéria, a Companhia mantém a prestação direta dos serviços, em observância ao princípio da continuidade e à garantia da prestação dos serviços públicos essenciais.

Nesse contexto, a CAERN presta serviços a 105 (cento e cinco) municípios no modelo de prestação direta consolidado por meio das Resoluções nº 3 e 4 das Microrregiões.

10.1. Durante o exercício financeiro de 2025, o Ativo Financeiro evoluiu da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	411.482	401.503
Constituição	20.250	12.183
Reversão	(284)	(2.204)
Saldo contábil líquido	431.447	411.482

No exercício de 2025, a Companhia apresentou saldo de R\$ 431.447.967,70 (quatrocentos e trinta e um milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), registrado na rubrica de ativo financeiro a receber do Poder Concedente.

10.2. A movimentação do Ativo Financeiro em cada município, no exercício de 2025, foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2025		
Municípios	Saldo Contábil Líquido	Constituição	Reversão	Saldo Contábil Líquido
Água Nova	24	14	-	38
Almino Afonso	144	1	-	145
Alto do Rodrigues	412	-	-	412
Areia Branca	1.906	6	-	1.912
Arês	383	-	-	383
Campo Grande	336	3	-	339
Baia Formosa	1.685	170	-	1.855
Baraúna	834	45	-	879
Barcelona	173	-	-	173
Bento Fernandes	85	14	-	99
Caiçara do Norte	110	-	-	110
Caiçara do Rio do Vento	389	40	-	429
Campo redondo	624	-	-	624
Canguaretama	6.683	206	-	6.889
Cerro Cora	897	49	-	946
Coronel Joao Pessoa	137	-	-	

				137
Currais Novos	5.934	2	-	5.936
Doutor Severiano	2.626	-	-	2.626
Encanto	402	8	-	410
Espírito Santo	582	-	-	582
Extremoz	1	-	-	1
Felipe Guerra	128	1	-	129
Fernando Pedroza	37	-	-	37
Francisco Dantas	97	-	-	97
Frutuoso Gomes	363	-	-	363
Goianinha	3.759	-	-	3.759
Governador Dix-Sept Rosado	247	-	-	247
Grossos	212	1	-	213
Guamaré	155	32	-	187
Ielmo Marinho	48	-	-	48
Ipanguaçu	150	-	-	150
Itaú	221	1	-	222
Jaçanã	142	-	-	142
Jandaíra	144	77	-	221
Japi	195	-	-	195
Jardim do Seridó	924	-	-	924
Joao Câmara	1.779	4	-	1.783
Joao Dias	30	-	-	30
Jose da Penha	1.655	-	-	1.655
Jucurutu	1.752	-	-	1.752
Jundiá	251	-	-	251
Lagoa D'anta	72	-	-	72
Lagoa de Pedras	44	-	-	44
Lagoa de Velhos	121	6	-	127
Lagoa Nova	429	-	-	429
Lagoa Salgada	116	-	-	116
Lajes	974	75	-	1.049
Macaíba	13.650	88	-	13.738
Marcelino Vieira	1.551	1	-	

				1.552
Messias Targino	86	103	-	189
Montanhas	180	-	-	180
Monte Alegre	1.238	-	(5)	1.233
Nisia Floresta	4.028	77	-	4.105
Nova cruz	8.594	-	-	8.594
Olho D'agua dos Borges	20	1	-	21
Ouro Branco	608	-	-	608
Paraná	353	-	-	353
Paraú	72	53	-	125
Parelhas	3.538	8.464	-	12.002
Passa e Fica	51	-	-	51
Patu	460	1	-	461
Pedra Grande	223	9	-	232
Pedro Avelino	784	-	-	784
Pedro Velho	2.058	3	-	2.061
Pilões	176	-	-	176
Poco Branco	226	5	-	231
Portalegre	902	-	(3)	899
Pureza	179	5	-	184
Rafael Fernandes	124	22	-	146
Rafael Godeiro	164	-	-	164
Riacho da Cruz	227	-	-	227
Riacho de Santana	180	1	-	181
Rodolfo Fernandes	122	-	-	122
Ruy Barbosa	327	17	-	344
Santa Maria	276	-	-	276
Santana do Matos	603	-	-	603
Santana do Seridó	1.430	-	-	1.430
Santo Antônio	606	-	-	606
São Bento do Norte	20	-	-	20
São Francisco do Oeste	57	13	-	70
São Gonçalo do Amarante	1.093	-	-	1.093
São Joao do Sabugi	225	-	-	

				225
São Jose de Mipibu	4.044	-	-	4.044
São Miguel	341	15	-	356
São Miguel do Gostoso	2	341	-	343
São Pedro	101	-	-	101
São Rafael	1.434	9	-	1.443
São Tome	549	-	-	549
São Vicente	180	-	-	180
Senador Eloi de souza	359	-	-	359
Senador Georgino Avelino	226	-	-	226
Serra de São Bento	586	1	-	587
Serrinha	199	-	-	199
Serrinha dos Pintos	1.656	5	(115)	1.546
Severiano Melo	245	-	-	245
Sítio novo	181	-	-	181
Taboleiro grande	33	-	-	33
Taipu	395	3	-	398
Tibau	458	-	-	458
Timbaúba dos Batistas	388	8	-	396
Touros	169	-	-	169
Triunfo Potiguar	434	-	-	434
Umarizal	1.082	-	-	1.082
Upanema	1.390	33	(160)	1.263
Várzea	259	-	-	259
Venha-ver	152	-	-	152
Vera Cruz	712	-	-	712
Viçosa	179	2	-	181
Vila Flor	260	129	-	389
Acari	2.386	-	-	2.386
Assu	4.088	674	-	4.762
Afonso Bezerra	592	-	-	592
Antônio Martins	483	19	-	502
Angicos	381	5	-	386

Apodi	3.444	2	-	3.446
Bodó	80	-	-	80
Bom Jesus	471	-	-	471
Boa Saúde	741	-	-	741
Coronel Ezequiel	199	-	-	199
Caicó	17.268	5.041	-	22.309
Carnaubais	467	-	-	467
Caraúbas	1.557	4	-	1.561
Carnaúba dos Dantas	464	-	-	464
Cruzeta	257	-	-	257
Equador	166	1	-	167
Florânia	1.735	11	-	1.746
Ipueira	111	-	-	111
Janduís	201	1	-	202
Jardim de Angicos	102	-	-	102
Jardim de Piranhas	2.624	1.130	-	3.754
Lajes Pintadas	308	-	-	308
Luís Gomes	578	31	-	609
Lucrécia	536	-	-	536
Macau	2.529	66	-	2.595
Monte das Gameleiras	167	-	-	167
Mossoró	46.458	2.328	-	48.786
Martins	350	2	-	352
Natal	178.224	329	-	178.553
Pedra Preta	34	1	-	35
Passagem	26	-	-	26
Pendências	1.664	113	-	1.777
Porto do Mangue	167	-	-	167
Pau dos Ferros	5.896	41	-	5.937
Parazinho	295	-	-	295
Parnamirim	24.204	251	(1)	24.454
Riachuelo	499	7	-	506
São Jose do Campestre	912	-	-	912

Serra Caiada	391	-	-	391
São Jose do Seridó	830	-	-	830
São Paulo do Potengi	1.267	29	-	1.296
São Bento do Trairí	571	-	-	571
São Fernando	81	-	-	81
Serra do Mel	297	-	-	297
Tangará	754	-	-	754
Tenente Laurentino Cruz	944	-	-	944
Tenente Ananias	342	-	-	342
Tibau do Sul	6.484	-	-	6.484
Total do Ativo Financeiro	411.482	20.250	(284)	431.448

11. IMOBILIZADO

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27, os bens que compõem o ativo imobilizado são bens tangíveis, mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos que se espera utilizar por mais de um período. O Imobilizado da CAERN é composto, em sua maioria, pelas edificações e bens de uso geral pertencentes às unidades administrativas e sistemas adutores que se estendem por todo o Estado do Rio Grande do Norte.

O imobilizado está assim distribuído:

	31/12/2025			31/12/2024
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido
Terrenos	49.402	-	49.402	49.402
Edificações	17.030	(6.956)	10.074	10.265
Veículos	1.700	(1.289)	411	344
Móveis e utensílios	2.237	(942)	1.295	486
Equipamentos de informática	4.612	(1.588)	3.024	455
Máquinas e equipamentos	7.596	(3.689)	3.907	3.421
Benfeitorias	3.605	(2.024)	1.581	1.611
Sistema Adutor	1.201.506	(442.830)	758.676	754.678
Obras em Andamento	159.346	-	159.346	176.353
Total do Imobilizado	1.447.034	(459.318)	987.716	997.015

11.1. Sistema adutor - imobilizado

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Barragens	308	308
Poços	6.941	7.002
Redes Adutoras	1.085.912	1.042.960
Estações Elevatórias / Recalque	56.879	84.423
Estação de Tratamento de Água	20.696	20.591
Outros Bens do Sistema de Água	2.441	2.393
Reservatórios	26.324	26.085
Booster	1.833	1.834
Redes de distribuição	172	78
Tot	1.201.506	1.185.674

11.2. Realização do sistema adutor - imobilizado

DESCRIÇÃO/DEPRECIAÇÃO/REALIZAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
AAP		
Barragens	(129)	(112)
Poços	(2.289)	(1.993)
Redes Adutoras	(395.577)	(386.830)
Estações Elevatórias / Recalque	(37.042)	(35.906)
Estação de Tratamento de Água	(1.933)	(1.139)
Outros Bens do Sistema de Água	(193)	(126)
Reservatórios	(5.436)	(4.789)
Booster	(224)	(99)
Redes de distribuição	(7)	(2)
TOTAL	(442.830)	(430.996)
Custo Líquido	758.676	754.678

A movimentação do imobilizado referente ao exercício de 2025 foi a seguinte:

	Saldo Contábil líquido 31/12/2024	Aquisições	Alienações/ Baixas	(-) Perda Estimada	Transferência	Depreciação	Realização do APP	Saldo contábil líquido 31/12/2025
Terrenos	49.402	-	-	-	-	-	-	49.402
Edificações	10.265	-	-	-	65	(82)	(174)	10.074
Veículos	344	-	(1)	-	88	(103)	83	411
Móveis e utensílios	486	-	(5)	-	937	(101)	(22)	1.295
Equipamentos de informática	455	-	-	-	2.951	(370)	(12)	3.024
Máquinas e equipamentos	3.421	-	(413)	-	1.272	(495)	122	3.907
Benfeitorias	1.611	-	-	-	87	(47)	(70)	1.581
Adutoras	754.678	-	(370)	(26.998)	51.168	(17.797)	(2.005)	758.676
Obras em Andamento	176.353	29.325	-	-	(46.332)	-	-	159.346
Total do Imobilizado	997.015	29.325	(789)	(26.998)	10.236	(18.995)	(2.078)	987.716

O Imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção menos as despesas de depreciação e perdas ao valor recuperável, quando houver, totalizando, assim, o valor líquido contábil. Compõe ainda o valor do imobilizado outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em totais condições de funcionamento, incluindo os juros provenientes de financiamentos incorridos desde a data da aquisição até a data de entrada do bem em funcionamento.

Os terrenos não são depreciados por terem vida útil ilimitada.

O método de depreciação utilizado é o método linear, que consiste na variação uniforme durante a vida útil do bem. Em relação a vida útil, informamos que a política da Companhia é realizar a revisão a cada encerramento do exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. Os principais grupos de bens do ativo imobilizado estão detalhados na tabela abaixo:

	Anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Aduadoras	30 a 60 anos
Benfeitorias	20 a 67 anos

Os custos subsequentes quando provável que gerem futuros benefícios econômicos e a vida útil for superior a 12 (doze) meses são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, atendendo ao Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O teste de recuperabilidade (impairment) é aplicado pela Companhia aos bens do imobilizado, sendo realizado, no mínimo, anualmente, com data-base em setembro de 2025, ou sempre que houver indícios de que o valor contábil de um ativo, ou grupo de ativos, possa não ser recuperável.

Os resultados do teste indicaram que os valores contábeis dos ativos avaliados não excedem seus respectivos valores recuperáveis, não sendo necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Assim, não foram identificadas evidências de deterioração que

justificassem ajustes nos registros contábeis do imobilizado, mantendo-se inalterados os valores contabilizados.

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com saldo de R\$ 159.346.381,06 registrado em obras em andamento do ativo imobilizado, referente a investimentos em projetos ainda em execução, que serão incorporados ao patrimônio após sua conclusão.

Em maio de 2025, foi realizado leilão de bens inservíveis, abrangendo, entre outros, móveis, máquinas, equipamentos integrantes dos grupos do ativo imobilizado e intangível. Tal operação resultou em uma redução do ativo imobilizado no valor de R\$ 775.494,12 (setecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e doze centavos).

As baixas dos bens alienados foram reconhecidas na rubrica de alienações/baixas, observando-se o regime de competência e considerando a receita efetivamente auferida com a operação.

No exercício de 2025, registrou-se, ainda, a conclusão parcial da obra do sistema adutor de Santa Cruz do Apodi/Mossoró, o que resultou em um acréscimo no ativo imobilizado no montante de R\$ 49.963.584,72 (quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Por fim, destaca-se que a Companhia adota política de constituição de perdas estimadas em conformidade com as normas contábeis vigentes, com foco na apuração de responsabilidades nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens do ativo imobilizado.

12. INTANGÍVEL

A Companhia reconhece como Ativos Intangíveis os bens ligados a atividade de concessão de prestação de serviço e prestação direta do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios em que a Companhia celebrou termo de prestação direta do serviço, em consonância com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a autorização do colegiado da microrregião, e fundamento no CPC00 na aplicação do princípio contábil da essência sobre a forma.

A Companhia dispõe de contrato de concessão vigente com 48 (quarenta e oito) municípios, distribuídos nas Microrregiões Litoral-Seridó, com a participação de 29 municípios, e Central-Oeste, com a participação de 19 municípios, além de 104 (cento e cinco) termos de prestação direta até o ano de 2051.

A amortização do ativo intangível inicia quando o ativo estiver instalado e em condições totais de uso pela Companhia e cessa quando o ativo estiver totalmente consumido ou no momento da sua baixa, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão.

O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, deve ser apropriado de forma sistemática ao

longo da sua vida útil. O método utilizado para a amortização dos intangíveis é o método linear, com base na vida útil do bem. Em relação a vida útil, informo que a política da Companhia é realizar a revisão a cada encerramento do exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. O Ativo Intangível está dividido em grupos de bens, e a vida útil está demonstrada no detalhamento a seguir:

	Anos
BARRAGENS	30 a 60 anos
POCOS	60 anos
OUTROS BENS DO SISTEMA DE ÁGUA	10 anos
RESERVATORIOS	20 a 60 anos
BOOSTER	10 anos
REDES DE DISTRIBUICAO	30 a 80 anos
REDES ADUTORAS	30 a 80 anos
ESTACOES ELEVATORIAS / RECALQUE	25 anos
ESTACOES TRATAMENTO DE ÁGUA	60 a 67 anos
RAMAIS	5 anos
REDES COLETORAS	30 a 80 anos
ESTACOES ELEVATORIAS	25 anos
ESTACOES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE)	60 a 67 anos
ARRENDAMENTO FINANCEIRO	5 a 13 anos
DIREITO DE USO DA CONCESSAO	25 anos
HIDRÔMETROS	5 anos
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10 anos
BENS DE USO GERAL	5 a 20 anos
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	10 anos
SOFTWARE	5 anos

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para todos os ativos intangíveis, conforme estabelecido pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O teste é realizado, no mínimo, anualmente, na data base de setembro de 2025. Sua finalidade é identificar indícios de perdas estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo, ou grupo de ativos, possa não ser recuperável.

Os resultados do teste evidenciaram que não há necessidade de ajustes nos valores registrados, pois o valor contábil dos ativos foi considerado recuperável. Assim, não foram

identificadas evidências de perda ou deterioração que justificassem qualquer alteração nos registros contábeis do intangível, permanecendo os valores inalterados.

As licenças de software adquiridas são registradas com base no custo de aquisição acrescidos dos custos necessários para que estejam prontos para utilização, e têm como vida útil uma média de 5 anos, porém, caso fique claro no contrato de aquisição que será utilizado por mais ou menos tempo, a vida útil e consequentemente a taxa de amortização serão alteradas.

Os valores residuais dos ativos intangíveis são reconhecidos como ativo financeiro, após deduzidas suas respectivas amortizações acumuladas projetadas até a data do fim da concessão, com base em sua vida útil.

A transferência dos bens de obras em andamento para bens em operação ocorre após a formalização do Termo de Encerramento pela comissão de recebimento de obras criada para este fim, comprovando a funcionalidade do empreendimento e consolidando as informações necessárias para a escrituração contábil e patrimonial.

No exercício de 2025, foram parcialmente concluídas diversas obras, entre as quais se destacam o Sistema de Esgotamento Sanitário de Caicó, o Sistema de Esgotamento Sanitário de Parelhas, bem como a conclusão integral do Sistema de Abastecimento de Água de Jardim de Piranhas e o Sistema de Esgotamento Sanitário de Mossoró (Ligações intradomiciliares).

Além disso, foram finalizados investimentos voltados à execução de redes, ampliando a cobertura e a eficiência dos serviços prestados, o que resultou em um acréscimo no ativo intangível no montante de R\$ 82.011.119,36 (oitenta e dois milhões, onze mil, cento e dezenove reais e trinta e seis centavos).

A Companhia adota a política de constituição de perda estimada, conforme preceitua as normas contábeis vigentes, com viés voltado para apuração de responsabilidade nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens.

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com um saldo de R\$ 1.204.895.561,88 (um bilhão, duzentos e quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos) registrado nas contas de obras em andamento do ativo intangível. Esse valor corresponde aos investimentos realizados em projetos ainda em execução.

Em maio de 2025, a Companhia realizou leilão de bens inservíveis dos grupos de hidrômetros, móveis, máquinas, equipamentos e outros ativos do imobilizado e intangível, resultando em redução do ativo intangível no montante de R\$ 104.958,09. As baixas foram registradas como alienações/baixas, pelo regime de competência, conforme a receita efetivamente auferida.

Sendo assim, o ativo intangível está assim distribuído:

	31/12/2025			31/12/2024	
	Custo Corrigido	Amortizaçã o acumulada	Transferência para Ativo Financeiro	Custo Líquido	Custo Líquido
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	774.892	(61.375)	(3.989)	709.528	745.730
Sistemas de abastecimento de esgoto sanitário	403.808	(23.031)	(14.851)	365.926	337.239
Bens de uso geral	47.417	(6.138)	(1.126)	40.153	41.218
	1.226.117	(90.544)	(19.966)	1.115.607	1.124.187
Em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	64.688	-	-	64.688	69.245
Investimentos Capitalizáveis - SAA	16.832	-	-	16.832	9.597
Estoque para obras - SAA	2.470	-	-	2.470	1.972
Sistemas de abastecimento de esgoto	1.035.419	-	-	1.035.419	927.534
Investimentos Capitalizáveis - SES	75.661	-	-	75.661	38.780
Estoque para obras - SES	5.392	-	-	5.392	5.944
Bens de uso geral	4.327	-	-	4.327	4.041
Investimentos Capitalizáveis - BUG	107	-	-	107	14
	1.204.896	-	-	1.204.896	1.057.127
Reserva Técnica					
Bens em reserva técnica	12.812	-	-	12.812	20.517
Direito de Concessão de Uso					
Município de Parnamirim	31.476	(1.166)	-	30.310	31.476
Total do Intangível	2.475.301	(91.710)	(19.966)	2.363.625	2.233.307

As mutações ocorridas no intangível referente ao exercício de 2025, foram as seguintes:

	Saldo Contábil	Aquisições/				Realização do Ajuste de	Transferência para		Saldo Contábil
	Líquido em 31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas/Alienações	Perda Estimada	Avaliação Patrimonial - AAP	Ativo Financeiro	Amortização	Líquido em 31/12/2025
Sistemas de abastecimento de água	745.730	-	29.177	(15)	-	(29.574)	(3.989)	(31.801)	709.528
Sistemas de esgoto sanitário	337.239	-	66.605	(35)	-	(12.943)	(14.851)	(10.088)	365.926
Bens de uso geral	41.218	-	6.265	(66)	-	(1.442)	(1.126)	(4.696)	40.153
Obras em andamento sistema de abastecimento de água	69.245	7.388	(11.945)	-	-	-	-	-	64.688
Investimentos Capitalizáveis - SAA	9.597	9.387	(2.152)	-	-	-	-	-	16.832
Estoque para obras - SAA	1.972	28	470	-	-	-	-	-	2.470
Obras em andamento sistema de esgoto sanitário	927.534	165.239	(57.354)	-	-	-	-	-	1.035.419

Investimentos Capitalizáveis - SES	38.780	43.092	(6.211)	-	-	-	-	-	75.661
Estoque para obras - SES	5.944	81	(633)	-	-	-	-	-	5.392
Obras em andamento bens de uso geral	4.041	2.557	(2.271)	-	-	-	-	-	4.327
Investimentos Capitalizáveis - BUG	14	93	-	-	-	-	-	-	107
Reserva Técnica	20.517	10.640	(18.345)	-	-	-	-	-	12.812
Direito de Concessão de Uso	31.476	-	-	-	-	-	-	(1.166)	30.310
Total do Intangível	2.233.307	238.505	3.606	(116)	-	(43.959)	(19.966)	(47.751)	2.363.625

13. DIREITO DE USO ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia aplica os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 e reconhece como direito de uso de arrendamento mercantil, os contratos em que são transmitidos o direito de usar o ativo por um período determinado, mediante pagamento.

O direito de uso de arrendamento mercantil da Companhia está assim distribuído:

Arrendamento Mercantil	31/12/2025			31/12/2024
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido
Direito de uso de veículos	58.884	(50.107)	8.777	18.941
Direito de uso de máquinas e equipamentos	30.140	(28.321)	1.819	4.163
Direito de uso de bens imóveis	29.270	(24.398)	4.872	6.649
Total do arrendamento	118.294	(102.826)	15.468	29.753

14. FORNECEDORES

Nesse grupamento de contas contábeis estão registradas as obrigações da companhia devidas em virtude da aquisição de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, bem como as obrigações oriundas da execução de obras de engenharia, sendo estas realizadas com recursos próprios ou com recursos vinculados.

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Fornecedores	40.694	30.791
Recursos Próprios	29.153	18.989
Recursos Vinculados	11.541	11.802
Outras contas a pagar (iii)	8.615	2.181
Total no Curto Prazo	49.309	32.972
Total de Fornecedores e outras contas a pagar	49.309	32.972

Entende-se como **fornecedores de recursos próprios**, as obrigações a pagar decorrentes de bens ou serviços já recebidos, cujos pagamentos não possuem fonte de recurso previamente vinculada, conforme indicado na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa.

Já os **fornecedores de recursos vinculados** correspondem às obrigações a pagar decorrentes da execução de obras e serviços de engenharia realizados por empreiteiros, cujos pagamentos estão garantidos por recursos financeiros mantidos em contas bancárias vinculadas. Tais recursos possuem destinação específica e não integram a disponibilidade financeira livre da entidade, devendo ser

utilizados exclusivamente para a quitação das medições e faturas relacionadas às respectivas obras, conforme também descrito na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa, onde a CAERN figura como Interviente Executor nos contratos de repasse.

O grupo de outras contas a pagar inclui:

- (i) Depósito para garantia contratual, referentes à exigência de garantias destinadas a assegurar a execução contratual nos processos licitatórios. As modalidades utilizadas pela Companhia são caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária;
- (ii) Depósitos não identificados, correspondente a valores creditados em contas bancárias que ainda não puderam ser devidamente identificados;
- (iii) Em decorrência do êxito obtido no Processo nº 00038-04-2009.04-05-8400, que tratou do reconhecimento da imunidade recíproca relativa ao Imposto de Renda, a Companhia reconheceu obrigação contratual com o escritório de advocacia De Rosa, Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados, no montante de R\$ 10.517, correspondente à parcela dos honorários de êxito vinculada ao crédito tributário já homologado pela Receita Federal. O valor total de honorários previsto no contrato é de R\$ 50.203, sendo que a diferença de R\$ 39.686 ainda não foi registrada contabilmente por se referir a valores controversos, que permanecem em discussão administrativa junto à Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2025, do total dos honorários já reconhecidos (R\$ 10.517), permanece em aberto o valor de R\$ 6.187, integralmente registrado no passivo circulante.

Ao final do exercício de 2025, a conta **Fornecedores e Outras Contas a Pagar** acumulou o saldo de R\$ 49.309, representando um aumento de R\$ 16.337 em relação ao saldo de R\$ 32.972 registrado em 2024. Esse acréscimo decorre, principalmente, do reconhecimento da obrigação junto ao escritório DE ROSA mencionado no item (iii), bem como da constituição de obrigação a pagar da CAERN no valor de R\$ 3.336, referente à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCCE, em razão da ausência de repasse pela ECEL – Eletron Comercializadora de Energia Ltda.

14.1. Capital circulante líquido com recursos vinculados

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos Vinculados	30.623	33.104
(-) Fornecedores - Recursos Vinculados	(11.541)	(11.802)
(=) Capital Circulante Líquido Vinculado	19.082	21.302

O Capital Circulante Líquido com Recursos Vinculados demonstra a diferença entre os recursos vinculados (Bancos e Aplicações Financeiras – Recursos Vinculados) e os Fornecedores – Recursos Vinculados, com intuito de evidenciar a liquidez da empresa e sua capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo junto aos fornecedores.

Os recursos do Capital Circulante Líquido com Recursos Vinculados são destinados ao pagamento das obrigações relacionadas às obras de saneamento especificadas nos contratos de repasse, nos quais a Companhia atua como Interveniente Executor, garantindo o cumprimento de obrigações contratuais com os fornecedores.

A partir do demonstrativo exibido, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía em recursos vinculados o montante de R\$ 30.623 referente à recursos para a execução de obras de saneamento. Após dedução dos compromissos já firmados, a quantia disponível era de R\$ 19.082, o que representa uma redução de R\$ 2.220 na disponibilidade financeira em comparação com os R\$ 21.302 líquidos disponíveis em 31 de dezembro de 2024.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1. Composição dos saldos

Descrição	Banco	Taxa de Juros	Indexador	Moeda	Principal	Contratação	Vencimento	Capit. Juros	Carência	31/12/2025	31/12/2024
CCB (a)	Santander	2,97% a.a.	CDI	R\$	60.000	2023	2027	Mensal	6 meses	18.571	35.714
Debêntures - 1ª Emissão (b)	Santander	4% a.a.	CDI	R\$	370.000	2023	2028	Mensal	24 meses	298.387	370.000
		2,76% a 11,90%									
CCB (c)	BNB	a.a.	IPCA	R\$	327.000	2024	2048	Mensal	96 meses	20.811	-
Subtotal										377.769	405.714
(-) Custos de transação										(4.214)	(4.649)
Total										333.555	401.065
Empréstimos e financiamentos										38.387	34.830
Debêntures										295.168	366.235
Circulante										158.708	135.497
Não Circulante										174.847	265.568

a) CCB – Banco Santander

Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia captou o montante de R\$ 60 milhões junto ao Banco Santander, na modalidade CCB, destinado à renovação da frota de veículos pesados e capital de giro. Para concretização da operação, foi firmado um Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios para pactuar a cessão dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Arrecadação nº 22.01986 firmado entre a Companhia e o Banco na data de 9 de setembro de 2022, dando como garantia o fluxo de recebíveis equivalente a 2,5 parcelas de principal mais juros remuneratórios mensais, acrescido dos demais encargos previstos na Célula, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas naquele mês, sendo, após a liquidação, liberada a garantia para a Companhia.

(b) Debêntures – Banco Santander

Com a finalidade de financiar a conclusão das obras em andamento, para garantir o cumprimento das metas universais do Saneamento até 2033, a Companhia, em 19 de janeiro de 2023, por meio do coordenador líder – Banco Santander (Brasil) S.A., sob regime de firme colocação do valor total da emissão, em série única, realizou a 1ª emissão de debêntures simples e, portanto, não conversíveis em ações pela emissora, sendo emitidas 370.000 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando um montante captado de R\$ 370 milhões.

O vencimento das debêntures ocorrerá ao final de 5 anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 19 de janeiro de 2028, ressalvadas as hipóteses de resgate ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, conforme previstas na escritura de emissão.

Os pagamentos das parcelas do serviço da dívida serão feitos mediante aporte do valor devido na conta de liquidação da operação, utilizando-se dos procedimentos adotados pela Bolsa de Valores do Brasil - B3. Ocorrendo impontualidade no pagamento, de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% sobre o valor inadimplido e juros moratórios à razão de 1% ao mês calculados *pro rata temporis*.

A Caern poderá, ao seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade, mas não parcialmente, das debêntures, a partir do 24º mês, a contar da data de emissão, ou seja, a partir de 19 de janeiro de 2025.

No contrato, a Caern deu como garantia os recebíveis decorrentes dos serviços prestados pela Companhia em municípios com contrato de concessão, desde que estejam livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus (exceto pela Cessão Fiduciária). O valor garantido corresponde a 130% da próxima prestação do serviço da dívida.

Em 16 de janeiro de 2025, foi assinada a prorrogação do prazo para o início do pagamento do principal da 1ª emissão de Debêntures da CAERN, estabelecendo a 1ª parcela com vencimento em

19 de julho de 2025. Como contrapartida à alteração contratual, a Companhia efetuou o pagamento de um prêmio único de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) aos debenturistas.

Até o 4º trimestre de 2025, foram pagos, referentes às debêntures, R\$ 123.399.718,65 (cento e vinte três milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos), montante que engloba principal, juros e atualização monetária.

(c) CCB – Banco do Nordeste do Brasil

Em 16 de setembro de 2024, a Companhia contratou R\$ 327 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil, destinado ao financiamento de obras. A referida operação trata-se de uma ação estratégica para universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, até 2033, em conformidade com o Marco Legal do Saneamento, garantindo que 99% da população tenha acesso à água tratada, e 90% à coleta e tratamento de esgoto.

Termos da operação:

(i.1) Vencimento e forma de pagamento: 240 parcelas mensais, com a última prevista para 15 de outubro de 2048;

(i.2) Carência: 8 anos, com início do pagamento em 15 de novembro de 2028.

Estrutura de taxas e juros:

(ii.1) Montante de R\$ 30.214.138: juros básicos fixo de 2,7582% a.a.;

(ii.2) Montante de R\$ 297.237.335: juros básicos fixo de 3,3711% a.a.;

(ii.3) Correção Monetária: variação do IPCA/IBGE, calculada a partir do início do contrato;

(ii.4) Infraestrutura em Municípios não prioritários: juros pré-fixados de 9,28% a.a. e pós-fixados de 2,62% a.a. mais IPCA/IBGE;

(ii.5) Infraestrutura em Municípios prioritários: juros pré-fixados de 8,78% a.a. e pós-fixados de 2,14% a.a. mais IPCA/IBGE.

Para concretização da operação, o Banco do Nordeste requereu da Companhia as seguintes garantias: na fase pré-operacional, a apresentação de fiança bancária em favor do Banco, garantindo 100% do saldo devedor. Na fase operacional, a cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis), a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, o penhor de ações da SPE, a cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização/concessão, a cessão fiduciária dos direitos e créditos dos contratos do projeto, se houver, e aval/fiança corporativa, garantindo no mínimo 100% do saldo devedor.

A liberação do financiamento será realizada em diversas parcelas, condicionada à contrapartida da Companhia. Assim, o passivo referente a esse financiamento será registrado gradualmente, à medida que cada parcela for recebida. Até o momento não houve recebimento da contrapartida do financiamento. Segue abaixo a previsão das liberações dos recursos:

Data	Recursos Próprios	Recursos Financiados	Total	%
2024	6.799	26.994	33.793	8,25
2025	46.476	185.905	232.381	56,77
2026	28.006	112.025	140.031	34,21
2027	597	2.389	2.986	0,73
2028	35	138	173	0,04
Total	81.913	327.451	409.364	100

Em 12 de fevereiro de 2025, foi formalizado o Contrato de Prestação de Fiança, com validade de 365 dias. O valor afiançado foi de R\$ 27 milhões, exigido o pagamento de 1,70% sobre o valor total afiançado. O custo da fiança será pago em 12 parcelas mensais. Em abril de 2025, o BNB liberou o montante de R\$ 20 milhões.

15.2. Movimentação dos saldos

As mutações ocorridas no período de janeiro a dezembro de 2025 estão descritas abaixo:

Descrição	Saldos em 31/12/2024	Captações	Juros/Variação Monetária incorridos	Amortizações	Custos de Transação		Saldos em 31/12/2025
					A apropriar	Incorridos	
CCB - Santander	35.714	-	4.482	(21.625)	-	-	18.571
Debêntures - 1ª Emissão - Santander	370.000	-	61.478	(133.091)	-	-	298.387
CCB - BNB	-	20.478	1.141	(808)	-	-	20.811
Subtotal	405.714	20.478	67.101	(155.524)	-	-	337.769
(-) Custos de transação	(4.649)	-	-	-	(1.553)	1.988	(4.214)
Total	401.065	20.478	67.101	(155.524)	(1.553)	1.988	333.555

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Captações	Juros/Variação Monetária incurridos	Amortizações	Custos de Transação		Saldos em 31/12/2024
					A apropriar	Incurridos	
CCB - Santander	52.857	-	5.995	(23.138)	-	-	35.714
Debêntures - 1ª Emissão - Santander	370.000	-	-	-	-	-	370.000
Subtotal	422.857	-	5.995	(23.138)	-	-	414.285
(-) Custos de transação	(6.295)	-	-	-	-	1.646	(4.649)
Total	416.562	-	5.995	(23.138)	-	1.646	401.065

15.3. Composição dos saldos por vencimento

As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	Acima de 2029	Saldo em 31/12/2025
CCB - Santander	-	17.143	1.428	-	-	-	18.571
Debêntures - 1ª Emissão - Santander	-	143.226	143.226	11.935	-	-	298.387
CCB - BNB	-	332	-	171	1.024	19.284	20.811
Subtotal	-	160.701	144.654	12.106	1.024	19.284	337.769
(-) Custos de transação	-	(1.993)	(1.603)	(152)	(23)	(443)	(4.214)
Total	-	158.708	143.051	11.954	1.001	18.841	333.555
Descrição	2025	2026	2027	2028	2029	Acima de 2029	Saldo em 31/12/2024
CCB - Santander	17.143	17.143	1.428	-	-	-	35.714
Debêntures - 1ª Emissão - Santander	120.000	120.000	120.000	10.000	-	-	370.000
CCB - BNB	-	-	-	-	-	-	-

Subtotal	137.143	137.143	121.428	10.000	-	-	405.714
(-) Custos de transação	(1.571)	(1.571)	(1.391)	(115)	-	-	(4.649)
Total	135.572	135.572	120.037	9.885	-	-	401.065

15.4. Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants* Financeiros

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

<i>Covenants</i> de contratos da 1ª Emissão de Debêntures: índice limite	
Índice	Limite
Dívida líquida financeira / EBITDA	Igual ou inferior a 3,5

Para os contratos da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, e dos empréstimos e financiamentos mantidos no Santander e BNB, a Companhia, além de concluir os empreendimentos e garantir a sua funcionalidade, deve manter durante toda a vigência do contrato o índice limite, que será apurado trimestralmente, com base nos valores acumulados nos últimos 12 meses.

Caso a Companhia não conclua as obras ou descumpra os *covenants*, e se a situação não for regularizada em até 10 dias consecutivos a partir do descumprimento, o agente fiduciário/instituição financeira poderá solicitar o vencimento antecipado da dívida.

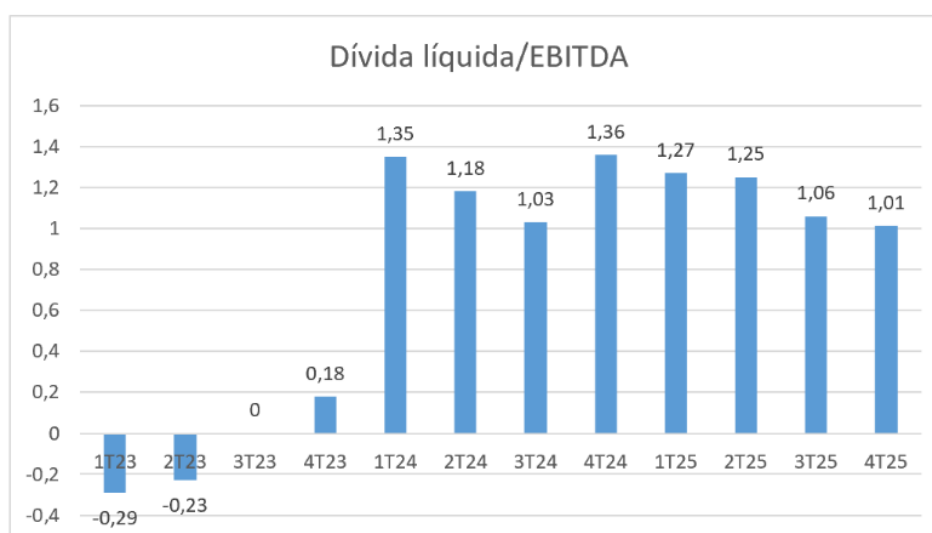
Em 31 de dezembro de 2025, a relação entre a dívida líquida/EBITDA foi de 1,01, enquanto em 31 de dezembro de 2024, esse índice era de 1,36. Vide abaixo detalhamento do cálculo do referido índice:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	333.555	401.065
(-) Caixa e equivalentes de caixa (recursos próprios)	(136.780)	(181.610)
(=) Dívida Líquida	196.775	219.455
EBITDA (últimos 12 meses)	194.314	161.470
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,01	1,36
Relação Dívida Líquida/EBITDA/Patrimônio Líquido	0,07	0,08

A carta fiança contratada como garantia ao financiamento do Banco do Nordeste, determina limites de indicadores financeiros através de cláusulas restritivas. No exercício de 2025 a Companhia apresentou índices dentro dos limites previstos na referida Carta, o que demonstra o cumprimento dos *covenants*, como demonstrado abaixo:

Índice	Limite	Valor atingido
Dívida líquida consolidada / EBITDA	Menor ou igual a 3,25	1,01
EBITDA / Despesas financeiras líquidas	Maior ou igual a 2,5	4,79

15.4.1. Evolução trimestral da Relação Dívida Líquida/EBITDA:



15.5. Capitalização dos encargos financeiros

Os custos dos empréstimos capitalizados ao longo do período correspondem aos encargos financeiros relacionados aos financiamentos destinados aos investimentos da Companhia. A capitalização desses custos segue critérios contábeis específicos, incluindo a aplicação de uma taxa de capitalização que determina o montante elegível para incorporação ao ativo.

A Companhia realiza a capitalização dos encargos de empréstimos diretamente atribuíveis à produção de ativos qualificáveis, como obras em andamento, com fundamento na NBC TG 20 (R1) – Custos de Empréstimos, baseada no CPC 20 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Essa norma estabelece que os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo desse ativo.

A CAERN, no decorrer do exercício de 2025, apropriou encargos de empréstimos ao saldo de obras em andamento do imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 7.513.395,57 e R\$ 60.169.932,18, respectivamente. Esses valores foram incorporados aos ativos como parte do custo das obras, conforme previsto na norma contábil.

No exercício de 2025, o valor acumulado de encargos financeiros registrados pela Companhia totalizou R\$ 106.205.751,69 (cento e seis milhões, duzentos e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos), dos quais 63,73% foram capitalizados, correspondendo ao montante de R\$ 67.683.327,75 (sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte sete reais e setenta e cinco centavos). Os 36,27% restantes, no valor de R\$ 38.522.423,94 (trinta e oito milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos), não foram capitalizados.

A seguir, é apresentado o demonstrativo da movimentação dos encargos capitalizados e não capitalizados até dezembro de 2025:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	(+) Adições	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado	2.278.209,25	5.235.186,32	7.513.395,57
Intangível	17.052.054,27	43.117.877,91	60.169.932,18
Não Apropriado	36.960.564,52	1.561.859,42	38.522.423,94
Total	56.290.828,04	49.914.923,65	106.205.751,69

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os valores registrados em arrendamentos representam o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas, reflexo da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos possuem vencimento até novembro de 2030, com amortizações e juros pagos mensalmente. A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 18,13% a.a. para locação de veículos, bens imóveis e equipamentos.

As mutações ocorridas no período de janeiro a dezembro de 2025 referente aos arrendamentos, com seus respectivos vencimentos e saldos devedores estão descritos abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	(+) Adições	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2025
<u>CIRCULANTE</u>						
Arrend Mercantil - Direito de Uso	16.141	(501)	(21.093)	4.015	14.647	13.209
	16.141	(501)	(21.093)	4.015	14.647	13.209
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Arrend Mercantil - Direito de Uso	13.778	4.021	-	-	(14.647)	3.152
	13.778	4.021	-	-	(14.647)	3.152
Total	29.919	3.520	(21.093)	4.015	-	16.361

16.1. Composição por vencimento dos arrendamentos

As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de arrendamentos vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

	2026	2027	2028	2029	2030	Saldo em 31/12/2025
Descrição						
Arrendamentos	13.209	1.214	950	834	154	16.361
Total programado por ano	13.209	1.214	950	834	154	16.361

Os saldos devedores por vencimento, em 31/12/2025, está demonstrado a seguir:

	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	31/12/2025 Valor Presente dos Pagamentos Futuros	31/12/2024 Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamentos				
Até um ano	16.768	(3.559)	13.209	16.141
Mais de um ano e menos que dois anos	3.727	(2.513)	1.214	11.437
Mais de dois anos e menos de três anos	3.302	(2.352)	950	974
Mais de três anos e menos de cinco anos	5.299	(4.311)	988	1.367
	29.096	(12.735)	16.361	29.919

Ao analisar os dados relativos ao arrendamento, observa-se uma redução entre os saldos acumulados em diferentes períodos. No período de janeiro a dezembro de 2025, o saldo acumulado foi de R\$ 16.361, enquanto no exercício de 2024, o saldo acumulado foi de R\$ 29.919. Esta diferença resultou em variação de R\$ 13.558. A principal causa desta variação foi a amortização de alguns contratos de arrendamento.

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições a recolher		
PIS Cumulativo	677	597
COFINS Cumulativo	3.125	2.756
Taxa de Licença Estadual	5	1
Taxa de Lixo a Pagar	133	11
Taxa de Fiscalização a Pagar	8.374	8.671
CSLL a Pagar - Estimativa	-	1.211
PIS Diferido	115	251
COFINS Diferido	532	1.160
	12.961	14.658
Tributos retidos a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	6.232	5.302

Imposto sobre Serviços (ISS) Retido na Fonte	511	805
INSS Retido na Fonte	1.376	1.597
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	565	613
	8.684	8.317
Total das Obrigações Tributárias	21.645	22.975

17.1. PIS e COFINS

O regime de tributação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) foi alterado a partir do mês 12/2024 para a forma de apuração pelo regime cumulativo. A alteração ocorreu como consequência da ação judicial em que a Companhia obteve a declaração de que possui imunidade tributária na forma do art. 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal. No caso da CAERN totalizaram, no exercício de 2025, o PIS e o COFINS Cumulativo acumularam o saldo somado de R\$ 3.802, enquanto no exercício de 2024 acumulou o montante de R\$ 3.353.

17.2. Taxa de Licença Estadual

A Taxa de Licença Estadual é um tributo estadual relacionado aos veículos da Companhia.

17.3. Taxa de Lixo a Pagar

A Taxa de Lixo, tecnicamente denominada Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, constitui tributo municipal destinado ao custeio dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Seu cálculo considera, entre outros critérios, a metragem do imóvel, a natureza da utilização e a localização, sendo usualmente cobrada conjuntamente com o IPTU, podendo variar conforme a demanda e a abrangência dos serviços prestados.

No exercício de 2025, foi lançado o valor de R\$ 132, o qual é objeto de ação judicial que visa à revisão do montante cobrado a título da referida taxa. Considerando que o referido processo ainda não foi definitivamente julgado e que a exigibilidade do crédito relativo ao exercício de 2025 encontra-se suspensa por decisão judicial, entende-se, por medida de cautela e com o objetivo de resguardar os interesses da CAERN, pela manutenção da suspensão da cobrança da Taxa de Lixo até o trânsito em julgado da demanda.

17.4. Taxa de Fiscalização a Pagar

Refere-se aos pagamentos à ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – ARSEP/RN), que corresponde a um percentual de 1,5% sobre o faturamento líquido anual da concessionária (CAERN) junto ao município fiscalizado. Adicionalmente os pagamentos à AGRM

(Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Mossoró), que condiz a um percentual de 1,5% sobre o faturamento líquido mensal. Por último os pagamentos referentes à ASBAN (Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal) que é referente a 2% sobre a arrecadação de receita líquida mensal.

Essas taxas (Taxa de Fiscalização de Serviço Público – TFSP) são referentes aos municípios do RN (ARSEP) e, de forma individualizada, Mossoró (AGRM) e Natal (ASBAN). As referidas taxas no exercício de 2025 contabilizaram um montante de R\$ 8.374.

17.5. CSLL a Pagar - Estimativa

No regime de tributação pelo Lucro Real, alternativamente à apuração trimestral, a pessoa jurídica pode optar pelo pagamento mensal dos tributos por estimativa, com opção de apurar o Lucro Real no decorrer do ano, mediante levantamento de balanços ou balancetes periódicos, com base nos quais poderá reduzir ou suspender os pagamentos mensais dos tributos.

17.6. PIS e COFINS Diferidos

Conforme previsto no art. 7º da Lei nº 9.718/98, nos casos de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, o pagamento das contribuições para PIS e COFINS poderá ser diferido, pelo contratado, até a data do recebimento do preço.

17.7. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

O valor da conta corresponde a soma do Imposto de Renda Retido sobre os serviços tomados de terceiros com o Imposto de Renda Retido sobre a folha de pagamento, sendo as alíquotas de IRRF sobre serviços tomados de 1% ou 1,5%, dependendo do serviço contratado, totalizando no exercício de 2025 o valor de R\$ 6.069, referente ao IRRF Folha e R\$ 163 o IRRF de terceiros, enquanto o valor contabilizado no exercício de 2024 foi de R\$ 5.302, somando IRRF Terceiros e Folha.

17.8. Impostos Sobre Serviços - ISS retido sobre Serviços Tomados

O ISS (Imposto Sobre Serviços) é um tributo que incide sobre a prestação de serviços, sendo de competência dos municípios e do Distrito Federal e disciplinado pela Lei Complementar nº 116, de 2003. Em alguns casos a legislação atribui a responsabilidade do pagamento do referente tributo ao tomador do serviço, sendo esse obrigado a reter e recolher aos cofres públicos o valor do tributo. A Companhia, na condição de substituta tributária, reteve sobre os serviços tomados de terceiros e deixou o valor em aberto de ISS referente ao exercício de 2025 o valor de R\$ 511, enquanto o ano exercício de 2024 o valor foi de R\$ 805.

17.9. INSS Retido na Fonte

Esta conta contábil se refere ao INSS retido sobre os serviços tomados de terceiros, onde as alíquotas são em regra geral 11%, e 3,5% para os serviços que enquadram na desoneração da folha e que as empresas fizeram a opção por ela. O valor do INSS retido na fonte no exercício de 2025 foi de R\$ 1.376, enquanto no exercício de 2024 o valor totalizado foi R\$ 1.597.

17.10. Contribuições Sociais Retidas na Fonte

Corresponde à soma dos tributos PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte sobre os serviços tomados de terceiros, sendo as alíquotas de 0,65%, 3% e 1%, respectivamente, totalizando no exercício de 2025 o valor de R\$ 565, enquanto no exercício de 2024 o valor totalizado foi R\$ 612.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Salários a pagar dos funcionários	11.063	9.980
Participação no lucro e resultado (PLR)	17.410	8.501
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	6.006	5.330
Contribuição Sindical	-	15
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.976	1.741
Sesi / Senai / Sebrae	31	28
Consignações a recolher	3.175	2.107
	39.661	27.702
Provisões de Férias e 13º Salário	22.387	23.531
Total das Obrigações Sociais	62.048	51.233

18.1. Salários a pagar dos funcionários

Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados, e baixados conforme o pagamento até a data do balanço, sua escrituração é realizada pelo regime de competência de acordo com a data do fato gerador.

A partir de maio de 2025, foi aplicado reajuste de 6,09% sobre os salários constantes da tabela salarial, correspondente a variação do INPC entre maio de 2024 e abril de 2025, acrescido de 0,77% a título de ganho real. O reajuste foi estabelecido conforme Acordo Coletivo de Trabalho vigente para o período de 2024 a 2026.

18.1.1. Participação no lucro e resultado (PLR)

Em relação ao exercício de 2025, a Companhia realizou o provisionamento no passivo circulante do valor de R\$ 17.409 (R\$ 8.501 em 2024), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida em resolução do Conselho de Administração, em observância ao que preceitua a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. O valor da PLR pode ser utilizado para deduzir a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, visto que é considerada uma despesa operacional. A PLR referente ao ano de 2024 foi paga em abril/2025, restando um saldo em aberto de 2022 no valor de R\$ 1.

A partir do valor utilizado como JCP de R\$ 41.844 (Nota explicativa 22.2), foi calculado o Lucro líquido que serviu de base para o cálculo da participação no lucro e resultado, apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido antes do CSLL e IR	121.720	60.150
(-) CSLL antes do PLR	(3.190)	(1.873)
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ e PLR	118.530	58.277
(-) IRPJ antes do PLR	-	-
(=) Lucro Líquido antes do PLR	118.530	58.277
PLR (Lucro Líquido)	17.409	8.500

	31/12/2025	31/12/2024
Conciliação do Lucro Líquido Antes do IR e CSLL		
Lucro Líquido antes da PLR, da CSLL e IR (a)	121.720	60.150
(-) PLR	(17.409)	(8.500)
(=) Lucro Líquido antes da CSLL e IR	104.311	51.652

18.2. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A partir de janeiro de 2024, passaram a valer as novas faixas de contribuição do INSS para os colaboradores. Conforme a reforma da previdência aprovada em 2019, o cálculo agora é progressivo, com as alíquotas aplicadas de acordo com cada faixa salarial. O saldo do INSS a pagar refere-se ao mês de dezembro de 2025 com vencimento para janeiro de 2026.

18.3. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

O FGTS foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de proteger o trabalhador sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em caso de demissão sem justa causa. O depósito corresponde a 8% do salário pago, sendo efetuado mensalmente pela Companhia. O saldo do FGTS a pagar refere-se ao mês de dezembro de 2025, com vencimento para janeiro de 2026.

18.4. Consignações a Recolher

É composta por operações de créditos e pensão alimentícia. A Operação de crédito por ocasião da rescisão do Contrato Individual de Trabalho, firmado entre a CAERN e o Empregado contemplado neste acordo, fica a primeira autorizada a efetuar, no respectivo recibo rescisório, o desconto do saldo devedor do empregado, até o limite permitido em Lei, originário de operação de crédito ou assemelhados, realizada mediante consignação em folha de pagamento, com instituições comerciais e financeiras ou entidades de previdência privada, nas quais tenha interveniência da CAERN ou do sindicato sob qualquer forma.

18.5. Férias e Encargos

O saldo é composto por provisões de férias e 13º salário e provisões de INSS sobre Férias e FGTS sobre Férias e 13º salário.

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E ACORDOS JUDICIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Acordos Judiciais	-	5.159
Benefícios pós-emprego	1.195	4.709
	1.195	9.868
<u>Não-Circulante</u>		
Acordos Judiciais	20.490	-
Benefícios pós-emprego	64	84
	20.554	84
Total	21.749	9.952

Em 31/12/2025, os acordos judiciais e os benefícios pós-emprego apresentam o saldo de R\$ 21.749 variação de R\$ 11.797 em relação a 2024 que apresentou o valor de R\$ 9.952.

19.1. Acordos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Precatórios a pagar (i)	-	5.081

RPV a pagar (ii)	-	78
	-	5.159
<u>Não-Circulante</u>		
Precatórios a pagar (i)	20.490	-
	20.490	-
Total dos Acordos Judiciais	20.490	5.159

Do montante de R\$ 20.490 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte:

- (i) O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, relacionada ao direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais que promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinou a sujeição da CAERN ao regime de precatórios, com a perspectiva de liberação dos recursos financeiros depositados em contas judiciais. Em observância à **Resolução CNJ nº 303/2019**, que unificou o pagamento dos precatórios do Estado do RN em lista cronológica única, a CAERN passou a integrar a ordem geral do ente devedor. Em decorrência desse enquadramento, os valores de precatórios foram reclassificados do passivo de curto para o longo prazo, considerando a previsão de quitação até 30/12/2035. O montante registrado, de R\$ 20.490, contempla precatórios trabalhistas e cíveis, dos exercícios de 2024 e 2025. A composição é formada por R\$ 19.487 de principal, sendo 23 ações cíveis, que totalizam R\$ 15.925, e 52 ações trabalhistas, no valor de R\$ 3.562. Os precatórios estão sendo atualizados pela taxa SELIC, conforme critérios legais aplicáveis, tendo a atualização monetária acumulada até o encerramento do exercício de 2025 no valor de R\$ 1.003.
- (ii) Os RPVs (Requisitórios de Pequeno Valor) referem-se aos pagamentos pelo Poder Judiciário para liquidação de quantias devidas após uma condenação judicial definitiva, limitados a 20 (vinte) salários-mínimos conforme determina a Lei estadual nº 10.166/17. Não há saldo de RPVs a pagar registrado para o exercício de 2026.

19.2 Benefícios pós-emprego

	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios pós-emprego – Passivo circulante	1.195	4.709

Benefícios pós-emprego – Passivo não circulante	64	84
Total	1.259	4.793

A Companhia segue procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19) e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativo Contingente (IAS 37), referentes aos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Esses benefícios são destinados ao desligamento de empregados após a efetivação da rescisão do contrato de trabalho.

Para os empregados que solicitem demissão ou recebam aviso prévio, a Companhia oferece um prêmio com duas opções:

1. Opção: O prêmio é pago em 28 (vinte e oito) parcelas mensais iguais e sucessivas, por cada ano de serviço efetivamente prestado à Companhia, limitado a 35 anos.
2. Opção: O prêmio é pago no valor equivalente a 3 (três) pisos salariais vigentes por cada ano de serviço prestado à Companhia, também limitado a 35 anos. Esse prêmio é dividido em duas partes: 50% (cinquenta por cento) são pagos no ato da rescisão contratual e os outros 50% (cinquenta por cento) são pagos em 15 (quinze) parcelas iguais e sucessivas.

Em 17 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da CAERN aprovou o novo Plano de Desligamento Assistido (PDA). Inicialmente, 30 colaboradores manifestaram interesse em aderir ao plano, o que representaria um custo total de R\$ 4.250. No entanto, apenas 24 adesões foram efetivadas, totalizando R\$ 3.960. Diante disso, foi realizada a reversão, na contabilidade, dos valores provisionados correspondentes às adesões não confirmadas.

Dos 24 colaboradores que efetivamente aderiram ao plano, 22 (vinte e dois) optaram pelo recebimento integral do valor à vista, correspondendo a R\$ 3.660. Os 2 (dois) restantes escolheram receber 50% (cinquenta por cento) do valor à vista e o restante parcelado em 6 (seis) parcelas mensais e iguais, com pagamentos a cada 30 dias, totalizando R\$ 300.

Até dezembro de 2025, foram pagos R\$ 3.810 no total, distribuídos entre 19 colaboradores, restando um saldo de R\$ 750 a ser liquidado nos períodos seguintes.

19.2.1. Plano de Previdência Complementar – CAERN PREV

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), na qualidade de entidade patrocinadora, mantém obrigações atuariais relativas a benefícios pós-emprego concedidos aos seus colaboradores. A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de tais obrigações no encerramento do exercício de 2025 foram realizados em estrita observância ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, correlacionado à norma internacional IAS 19, e à Resolução CVM nº 110/22.

A gestão e a administração dos recursos garantidores, bem como o pagamento dos benefícios, são operacionalizadas pela **BB PREVIDÊNCIA – Fundo de Pensão Banco do Brasil**. A governança do plano assegura a segregação patrimonial e a aplicação dos recursos conforme as diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

a) Descrição detalhada do plano CAERN PREV CD

O Plano de Benefícios CAERN PREV CD, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2005.0002-56, possui as seguintes características regulamentares:

- **Modalidade:** Estruturado predominantemente como Contribuição Definida (CD). No entanto, por força normativa, subsistem obrigações classificadas como Benefício Definido (BD) para o grupo de assistidos em gozo de renda vitalícia.
- **Coberturas:** O plano oferece proteção previdenciária para eventos de Aposentadoria Programada, Invalidez e Pensão por falecimento.
- **Regulamentação:** O texto regulamentar vigente foi ratificado pela Portaria Previc nº 1.213, de 23 de dezembro de 2025.
- **Gestão de Riscos:** As coberturas de risco (invalidez e morte) para participantes ativos são, por faculdade regulamentar, transferidas a uma seguradora terceira, mitigando a volatilidade biométrica direta no fundo.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

As obrigações foram mensuradas com base em premissas que refletem as melhores expectativas de mercado e estudos de aderência demográfica. A Taxa Real de Juros foi obtida por meio de interpolação financeira de títulos públicos (NTN-B), utilizando-se a *duration* do passivo como referência.

Premissa / Hipótese	Parâmetro Adotado (2025)
Taxa Real Anual de Juros (Desconto)	7,38%
Taxa de Inflação Projetada	4,17%
Taxa Nominal de Juros (Expectativa de Retorno)	11,85%
Crescimento Real de Salários	2,70%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic (Segregada por sexo)
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA - 1927
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado (PUC)
Índice de Atualização	INPC

c) Conciliação do Valor Justo dos Ativos e da Obrigação de Benefício Definido (BD)

Para fins de balanço consolidado, apresenta-se a posição financeira total do plano e a segregação técnica da parcela de Benefício Definido (BD).

Descrição do Status Financeiro	Valor Total do Plano (R\$)	Parcela BD (R\$)
Valor Justo dos Ativos do Plano	107.316.920	38.150.986
Valor Presente da Obrigação (VPO)	(99.716.708)	(30.550.773)
Superávit Técnico Apurado	7.600.212	7.600.212

A Obrigação de Benefício Definido (VPO) de **R\$ 30.550.773,89** (trinta milhões, quinhentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos), refere-se exclusivamente a benefícios já concedidos, sendo composta por **R\$ 24.026.924,40** (vinte e quatro milhões, vinte e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos) em Aposentadorias e **R\$ 6.523.849,49** (seis milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos) em Pensões.

d) Justificativa Técnica do Ajuste do Teto do Ativo (*Asset Ceiling*)

Em conformidade com os itens 64 e 65 do CPC 33 (R1), a CAERN avaliou a recuperabilidade do superávit apurado. Segundo o item 65(c) da referida norma, um ativo líquido de benefício definido só deve ser reconhecido se houver benefícios econômicos futuros disponíveis para a entidade na forma de restituição em dinheiro ou redução de contribuições futuras.

Embora exista um superávit sob a ótica contábil do CPC 33, a avaliação atuarial local (critérios PREVIC/CNPC) classifica o plano como deficitário e inexistente de Fundo Previdencial de Revisão de Plano. Consequentemente, a Administração concluiu pela indisponibilidade de benefícios econômicos futuros, aplicando um ajuste de Teto do Ativo (*Asset Ceiling*) no valor integral de **(R\$ 7.600.212,11 – sete milhões, seiscentos mil, duzentos mil e doze reais e onze centavos)**, resultando em um ativo líquido reconhecido de **R\$ 0,00** no balanço patrimonial.

e) Análise de Sensibilidade das Premissas Significativas

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade do valor presente da obrigação bruta (VPO) diante de variações marginais nas premissas de taxa de desconto e longevidade:

Cenário de Sensibilidade	Valor da Obrigação (R\$)	Impacto Absoluto (R\$)	Impacto % na VPO
Base (Premissas Atuais)	30.550.773	-	-
Taxa de Juros (+0,50% p.a.)	29.614.019	(936.754)	(3,07%)

Taxa de Juros (-0,50% p.a.)	31.550.569	999.795	3,27%
Mortalidade (Idade +1 ano)	29.576.015	(974.758)	(3,19%)
Mortalidade (Idade -1 ano)	31.502.301	951.527	3,11%

f) Fluxo de Pagamentos de Benefícios Esperados

A maturidade do passivo atuarial é refletida na projeção de desembolsos futuros para a parcela BD. A *duration* calculada de **7,18 anos** foi o parâmetro determinante para a seleção da Taxa Real de Juros de 7,377% através da curva de rendimentos das NTN-Bs.

Temporalidade	Fluxo Nominal Projetado (R\$)
Até 1 ano	3.530.417
De 1 a 2 anos	3.410.738
De 2 a 5 anos	9.447.083
Superior a 5 anos	40.434.212
Total Nominal do Fluxo BD	56.822.450

O montante de R\$ 40,4 milhões para períodos superiores a 5 anos reflete a natureza de longo prazo das rendas vitalícias dos assistidos atuais.

g) Considerações sobre Solvência, Risco e Variância

No exercício de 2025, observou-se uma redução material de **24,88%** no Valor da Obrigação Atuarial (VPO) em comparação ao exercício de 2024. Este decréscimo foi impulsionado primordialmente por uma alteração regulamentar estratégica: a transferência do "risco a conceder" para uma seguradora terceira, o que removeu do passivo direto do plano as provisões matemáticas de benefícios não programados, somada ao fluxo regular de pagamentos de benefícios do período.

O plano mantém uma posição de solvência econômica robusta (24,88% sobre a obrigação). As análises de risco de crédito e Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) sobre a carteira de investimentos indicam que não há exposições materiais que comprometam a liquidez necessária para honrar o fluxo de benefícios projetado. Portanto, reafirma-se a inexistência de passivos contingentes ou obrigações adicionais a serem provisionadas pela CAERN no presente exercício.

20. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Amortizações	(-) Compensações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2025
CIRCULANTE						
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	42	(63)	-	-	63	42
Parcelamento Municipal	1.867	(1.870)	-	335	850	1.182
	1.909	(1.933)	-	335	913	1.224
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	288	-	-	23	(63)	248
Parcelamento Municipal	850	-	-	-	(850)	-
	1.138	-	-	23	(913)	248
Total do Parcelamento de Tributos	3.047	(1.933)	-	358	-	1.472

20.1. Parcelamento MP 783/2017 PERT

A Companhia, em outubro de 2017 obteve deferimento do Parcelamento Especial de Regularização Tributária - PERT, os quais abrange os débitos de natureza tributária e não tributária, por meio da Medida Provisória nº 783/2017 posteriormente convertida na Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017.

Os valores dos débitos foram consolidados em 19 de outubro de 2017, na importância de R\$ 572.255, sendo parcelados em 148 (cento e quarenta e oito) parcelas. As 3 (três) primeiras parcelas foram na ordem de R\$ 21.138. As demais parcelas restantes, no total de 145 (cento e quarenta e cinco), foram fixadas em R\$ 3.509, atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, acumulada mensalmente a partir da data do deferimento. A previsão de liquidação é janeiro de 2030.

20.2. Parcelamento Municipal - Natal

Refere-se aos parcelamentos das dívidas tributárias firmadas junto a Prefeitura Municipal de Natal.

No segundo semestre de 2022, com intuito de regularizar a situação dos débitos referentes à cobrança de taxas de limpeza e contribuição de iluminação pública (COSIP) junto Fazenda Municipal de Natal, a Companhia realizou o levantamento do montante da dívida, configurando-se na ordem de R\$ 13.655.008. Nos moldes do Decreto nº 12.419/2021, o valor da dívida se converteu na importância de R\$ 6.897.674.

Após proposta de parcelamento apresentada pela Secretaria Municipal de Tributação de Natal (SEMUT) à Companhia, atrelada a autorização pelo Conselho de Administração da CAERN, o valor da dívida, na ordem de R\$ 6.897.674, foi parcelada em 48 (quarenta e oito) parcelas, acompanhada dos descontos concedidos pela SEMUT – desconto nos juros integrantes do montante do crédito tributário consolidado e dos juros futuros integrantes as parcelas.

A primeira parcela do parcelamento ocorreu em outubro de 2022, cujo valor na ordem de R\$ 689.767, foi equivalente a 10% (dez por cento) da dívida. As demais parcelas, 47 (quarenta e sete) parcelas restantes, foram fixadas em R\$ 132.083, com atualização monetária realizada anualmente, cuja liquidação tem previsão de ocorrência em setembro de 2026.

21. COMPROMISSO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

A CAERN firmou com a Prefeitura de Parnamirim o Convênio nº 18.00007, com o objetivo de estabelecer a cooperação financeira que possibilitasse o repasse de recursos para adimplemento dos valores dos investimentos previstos no Contrato de Programa nº 18.001 que tem como objeto a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, com vigência prorrogada até 2051, amparada pelo Decreto Estadual 30.939/2021.

Os recursos repassados pela CAERN viabilizarão o cumprimento das obrigações das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário conveniada pelos termos de compromisso nº 190.501-58/2006 (FGTS) e nº424.400-04/2014 (OGU).

O cronograma de desembolso financeiro definido no I Termo Aditivo ao contrato de Convênio nº 18.00007, foi redefinido em dezembro de 2023 com a assinatura do II Termo Aditivo, no qual foi viabilizado a antecipação do cronograma dos repasses financeiros. O III Termo Aditivo, assinado em dezembro de 2024, teve como objetivo ajustar o cronograma de desembolso financeiro e estabelecer a previsão do início de faturamento após a emissão da Licença de Operação pelo órgão ambiental.

Até o final do exercício de 2024, foi realizado um desembolso total de R\$ 37.950.000,00 (trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais). Não foram realizados desembolsos no exercício 2025, permanecendo o saldo devedor no montante de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

CONVÊNIO 18.00007 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM - RN								
<u>ANO</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>TOTAL</u>
Programado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	11.000	1.050	39.000
Realizado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	11.000	-	37.950
							Total em 31/12/2025	1.050

O pagamento não foi realizado no exercício de 2025 em razão do atraso na execução da obra, o que impossibilitou a realização dos testes no emissário final. Em decorrência desse atraso, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Município de Parnamirim, o Município de Macaíba e a CAERN, no qual foi reafirmado o compromisso da Prefeitura de Parnamirim quanto à conclusão das instalações do Sistema de Esgotamento Sanitário, incluindo o emissário final.

O compromisso financeiro assumido no âmbito do contrato de convênio foi reconhecido contabilmente como ativo intangível, conforme previsto no instrumento contratual firmado, tendo sua amortização iniciada em 01/12/2019, pelo método linear, ao longo da vigência do respectivo contrato de programa.

As mutações ocorridas no período, relativas aos compromissos decorrentes dos contratos de concessão da Companhia, estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	(-) Adições	(-) Amortizações	(+) Juros/ Var.Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2025
<u>Circulante</u>						
Compromissos Contrato de Concessão						

Contrato de Concessão - Parnamirim	1.050	-	-	-	-	1.050
<u>Não-Circulante</u>						
Compromissos Contrato de Concessão						
Contrato de Concessão - Parnamirim	-	-	-	-	-	-
Total do Compromisso Contrato de Concessão						
	1.050	-	-	-	-	1.050

22. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

22.1. Juros sobre capital próprio (JCP)

Conforme art. 112 do Estatuto da Companhia, os dividendos devem ser apropriados, no mínimo, em 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, podendo a eles serem imputados, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Instrução Normativa 1700 da Receita Federal e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), a título de dividendos, estipulados pela Lei 9.249/95 e regulamentados pela IN 1700 da RFB, sendo seu valor máximo calculado na forma desta IN art. 75 § 2º e § 3º que impõe que o valor máximo do JCP não poderá ultrapassar 50% do lucro líquido (usado para fins de cálculo da JCP), sendo este lucro apurado após dedução da Contribuição Social e antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica. Então, após a apuração do Juros Capital Próprio, ainda de acordo com a IN 1700 da RFB, ele será deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para a apuração de um novo Lucro Líquido.

22.1.1. Limite mínimo e máximo de JCP

Em consonância com a legislação vigente, a Companhia realizou o cálculo do limite mínimo e máximo do JCP, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido antes do CSLL e IR	104.311	51.651
(-) CSLL	(1.623)	(1.108)
(=) Lucro Líquido Antes do IRPJ e JCP	102.688	50.543
(-) IRPJ	-	-
(=) Lucro Líquido	102.688	50.543
(-) Reserva Legal	(5.134)	(2.527)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(8.681)	(8.216)

(=) Lucro Líquido Ajustado	88.873	40.800
JCP a distribuir (limite mínimo)	22.218	10.200
JCP a distribuir (limite máximo)	158.791	109.724

22.2. Distribuição de Dividendos

Considerando a continuidade da Companhia e atendendo o exposto no estatuto da CAERN e na lei 9.580/2018, Art. 355 § 3º, a administração decidiu atribuir neste exercício o valor de R\$ 41.844 para distribuir a título de JCP. O montante equivale ao valor do lucro líquido ajustado do exercício de 2025 (Nota 21.1.1), distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos Obrigatórios (JCP Mínimo)	22.218	10.200
Dividendos Adicionais Propostos	19.626	29.385
(=) Total a Distribuir	41.844	39.585

22.3. Saldo dos Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial JCP e dividendos a pagar	10.207	9.175
(+) Destinação de lucros para JCP e Dividendos	22.218	10.200
(+) Aprovação pela AGE dos Dividendos Adicionais Propostos para distribuição	29.385	7.291
(-) Pagamentos JCP e Dividendos	(39.580)	(16.459)
(=) Saldo Final JCP e Dividendos a pagar	22.230	10.207

Verifica-se que no ano calendário de 2025, a Companhia promoveu a distribuição de dividendos por meio do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, tendo esta metodologia atendido ao que preceitua a legislação societária vigente.

A variação observada no saldo de Juros sobre Capital Próprio (JCP) decorre do pagamento referente ao exercício de 2024, realizado no segundo trimestre de 2025.

Do montante de dividendos apurado no referido exercício, no valor de R\$ 39.585, foram distribuídos R\$ 38.483 ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, R\$ 1.065 à FUNFIRN, R\$ 25 à União Federal e o valor remanescente aos demais acionistas.

O saldo de R\$ 22.230 está composto por: (i) R\$ 12 relativos a valores de exercícios anteriores, correspondentes à parcela de Juros sobre Capital Próprio acumulada desde 2021, destinada a acionistas minoritários que ainda não efetuaram o respectivo recebimento; e (ii) R\$ 22.218 referentes ao saldo dos dividendos mínimos obrigatórios, classificados como JCP mínimo.

22.4. Distribuição de Dividendos por ações

Segundo o estatuto social da CAERN, em seu art. 7º inciso II, as ações preferenciais têm direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias. Portanto, segue os valores das ações ordinárias e preferenciais.

Divisão Ações Preferenciais e Ordinárias (JCP):

	Quantidade de ações		Total a ser distribuído (em unidade de R\$)		Valor unitário a pagar por ação (em unidade de R\$)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ações Ordinárias	1.727.411.348	1.458.952.031	41.840	39.580	0,024224	0,027129
Ações Preferenciais	156.909	156.909	4	5	0,025495	0,031866
Total	1.727.568.257	1.459.108.940	41.844	38.585		

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia provisiona para contingências quando a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, identifica a probabilidade de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações. Atualmente, a Companhia está envolvida em algumas contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, nas quais é parte demandada.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativo Contingente, o procedimento adotado para classificar as causas judiciais contra a Companhia baseia-se no risco de perda, conforme opinado pela assessoria jurídica da empresa:

- São constituídas provisões e divulgadas em Notas Explicativas (NE), os casos em que um desfecho desfavorável para a Companhia é considerado provável;
- São divulgadas em Notas Explicativas as informações sobre casos em um desfecho desfavorável é considerado possível;
- Para casos em que o desfecho desfavorável é considerado remoto, as informações são divulgadas apenas nas Notas Explicativas (NE), quando a administração julgar relevante para o entendimento das demonstrações contábeis e financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 as provisões da Companhia são compostas da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Provisão para Demanda Judicial</u>		
Questões Trabalhistas	19.787	18.552
Questões Cíveis	17.022	25.169

Questões Ambientais	136	658
Questões Tributárias	5.498	5.263
	42.443	49.642
<u>Depósitos Judiciais</u>		
Depósitos Judiciais Ações Trabalhistas	(7.281)	(10.280)
Depósitos Judiciais Ações Cíveis	(6.011)	(6.011)
Depósitos Judiciais Ações Ambientais	(8.500)	(8.500)
Depósitos Judiciais Ações Tributárias	(2.870)	(2.894)
	(24.662)	(27.685)
Total Líquido	17.781	21.957

As provisões no exercício de 2025 apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Cor. Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
<u>NATUREZA</u>						
Questões Trabalhistas	18.552	1.850	(1.714)	1.099	-	19.787
Questões Cíveis	25.169	2.313	(11.753)	1.293	-	17.022
Questões Ambientais	658	259	(805)	24	-	136
Questões Tributárias	5.263	1	(225)	459	-	5.498
Total	49.642	4.423	(14.497)	2.875	-	42.443

Em 16 de setembro de 2022, uma revisão da norma de provisionamento e contingenciamento de ações judiciais foi realizada, resultando na implementação da norma DD.P.A.08.0001.01. Essa atualização estabeleceu novos critérios e procedimentos para identificar, mensurar e avaliar as provisões relacionadas a processos judiciais, visando controlar os riscos da companhia, em consonância com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativo Contingente.

Todos os processos judiciais da Companhia foram cadastrados no Sistema “Processo Ágil”, com a inclusão de correção monetária, visando à geração de relatórios gerenciais precisos. Essa medida, resultou em uma reclassificação dos processos judiciais e exigiu uma revisão completa do acervo processual existente no departamento jurídico.

No final do exercício de 2025, o saldo de Provisão para Demandas Judiciais totalizou R\$ 42.443, abrangendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Em comparação com o

exercício de 2024, que registrou um saldo de R\$ 49.642, houve uma redução de R\$ 7.199 ao longo do período.

Os Depósitos Judiciais atingiram um saldo de R\$ 24.662 no exercício de 2025. No entanto, esses valores poderão ser liberados em favor da CAERN devido à procedência do processo judicial nº 0083147-05.2018.1.00.0000. A diferença de R\$ 3.023 em relação ao exercício de 2024, quando o saldo foi de R\$ 27.685, é resultado de:

- (i) As variações nos litígios trabalhistas, no montante de R\$ 2.999 e nos litígios tributários de R\$ 24, decorreram do levantamento de depósitos judiciais;
- (ii) O valor registrado nos litígios ambientais, de R\$ 8.500, resultou da celebração de um acordo judicial no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, envolvendo a CAERN, o IDEMA e o Ministério Público do Estado do RN. Nesse acordo, foi depositada em juízo, em 28/06/2023, uma caução no valor de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os valores depositados estão previstos para liberação parcial, em intervalos semestrais, mediante a comprovação do progresso das obras pela CAERN. No momento, a Companhia já informou, por meio de petição, o cumprimento parcial das obras e aguarda decisão judicial sobre a liberação dos recursos no valor de R\$ 3.360.192,96 (três milhões, trezentos e sessenta mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). No entanto, desde 30/10/2023, a Companhia e o Ministério Público aguardam manifestação do juízo acerca dos requerimentos apresentados, sem previsão para a liberação dos recursos financeiros depositados.

Diante do exposto, ao término do exercício de 2025, o saldo líquido das provisões totalizou R\$ 17.781, após a comparação entre o saldo da provisão para demandas judiciais e o saldo dos depósitos judiciais.

23.1. Ações com risco de perda provável – Questões Trabalhistas

No final do exercício de 2025, a Companhia estava envolvida em 85 (oitenta e cinco) ações trabalhistas com risco de perda considerado provável, conforme avaliação da assessoria jurídica. Essas ações foram movidas por empregados, ex-empregados, contratados e terceirizados, abrangendo uma variedade de pedidos, como diferenças sobre horas extras, salários, intervalo intrajornada, rescisões, adicional de insalubridade e periculosidade, natureza salarial do vale-alimentação, e verbas relacionadas à responsabilidade subsidiária.

A composição dos principais processos trabalhistas é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Questões Trabalhistas		
SINDÁGUA - Sindicato (a)	11.567	11.133
Incorporação vale alimentação (b)	1.865	1.551
Demais processos (c)	6.355	5.868
Total dos processos trabalhistas	19.787	18.552

- a) Ação impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente, no Estado do Rio Grande do Norte - SINDÁGUA, sob o nº 0001120-03.2016.5.21.0004 contra a Companhia. Trata-se de ação coletiva proposta pelo sindicato, como representante da categoria, em que pleiteia a declaração da natureza salarial de benefício por ACT (vale alimentação). O processo está em andamento e foi encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho para análise de recurso. Com base na jurisprudência atual, o corpo jurídico da Companhia promoveu uma redução no valor da provisão, considerando que vários beneficiários estão incluídos no item “b”, conforme detalhado a seguir.
- b) A companhia possui 27 processos trabalhistas de cunho individual, em 31 de dezembro de 2025, onde os autores solicitam o reconhecimento do vale alimentação como de natureza salarial.
- c) Os demais processos trabalhistas são constituídos de demandas advindas de adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, horas extras e pagamento de férias em dobro, totalizando o quantitativo de 57 processos em 31 de dezembro de 2025.

23.2. Ações com risco de perda provável – Questões Cível/Juizado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em 956 (novecentas e cinquenta e seis) ações cíveis classificadas com risco de perda provável. Essas ações tramitam na justiça cível, no juizado especial e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON), sendo a maioria relacionada a pedidos de indenização por danos morais movidos por consumidores.

A seguir é apresentada a composição dos principais processos cíveis:

	31/12/2025	31/12/2024
Questões Cíveis		
Processos Administrativos (a)	1.926	1.729
Demais processos (b)	15.096	23.440
Total dos processos cíveis	17.022	25.169

a) Os processos administrativos, ao total de 5 (cinco) processos, foram classificados como processos cíveis, entre eles o processo nº 0802310-14.2021.8.20.5001 da M.M.B.Cosme - ME, no valor de R\$ 1.522 e o processo nº 0819465-64.2020.8.20.5001 da Cinte Telecom Comercio e Serviços LTDA, no valor de R\$ 393;

b) Os demais processos cíveis referem-se a demandas relacionadas a cobranças indevidas e indenizações por danos morais e materiais, totalizando 951 ações em 31 de dezembro de 2025. Entre essas ações, incluem-se processos movidos pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte, relativos à responsabilidade civil por dano ambiental, nos seguintes valores: R\$ 1.910 (processo nº 0006141-93.2011.8.20.0106), R\$ 966 (processo nº 0000006-35.2003.8.20.0142) e R\$ 875 (processo nº 0207272-85.2007.8.20.0001). Adicionalmente, consta o processo nº 0829315-45.2020.8.20.5001, ajuizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), no valor de R\$ 677. O processo nº 0116784-45.2011.8.20.0001 teve a provisão inicial para contingências, no montante de R\$ 9.376, reclassificado no exercício de 2025, em decorrência do trânsito em julgado ocorrido em 24/11/2025. No âmbito dos embargos à execução, foi apurado o valor principal da obrigação, o qual foi atualizado monetariamente pelo IPCA-e, conforme os critérios legais aplicáveis. Em razão da atualização monetária e dos acréscimos legais aplicáveis. Em razão da atualização monetária e dos acréscimos legais incidentes, o valor inicialmente provisionado resultou na emissão de precatório no montante de R\$ 13.260 acrescentado ao resultado da Companhia o montante de R\$ 3.884 do valor originalmente como precatório a pagar, classificado no passivo não circulante (longo prazo).

23.3. Ações com risco de perda provável – Questões Ambientais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em 2 (dois) processos ambientais classificados com risco de perda provável, entre eles o processo nº 0801077-94.2022.8.20.5144 do Ministério Público do Rio Grande do Norte – MPRN, no valor de R\$ 81.

A seguir é apresentada a composição dos processos ambientais:

	31/12/2025	31/12/2024
Questões Ambientais		
Processos Ambientais	136	658
Total dos processos Ambientais	136	658

23.4. Ações com risco de perda provável - Questões Tributárias

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, era parte em 25 (vinte e cinco) ações e procedimentos tributários classificados com risco de perda provável. A referida classificação foi

elaborada a partir da avaliação da assessoria jurídica, de entendimentos jurisprudenciais, bem como de soluções de consulta emitidas por órgãos fazendários.

Os processos de natureza tributária são referentes a questões ligadas, principalmente, à cobrança de impostos, onde a Companhia solicita o reconhecimento do direito à Imunidade Recíproca, ensejando no não pagamento dos impostos, bem como na cobrança de taxas de licenciamento e funcionamento.

A partir do exposto, a Companhia utilizou-se do referido precedente para fortalecer sua defesa perante as fazendas municipais, logrando êxito em várias delas. Além disso, formalizou-se vários processos administrativos solicitando o reconhecimento da Imunidade tributária.

A composição dos principais processos tributários é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Questões Tributárias		
COSERN (a)	4.958	4.528
Demais processos	540	735
Total dos processos tributários	5.498	5.263

Nos processos tributários estão contidas demandas onde a CAERN figura como substituto tributário do ISS, onde o município alega que o referido tributo não foi recolhido ao ente tributante, bem como ações relacionadas ao recolhimento de tributos federais.

A seguir é apresentada a composição dos principais processos tributários:

- a) Ação impetrada pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte, sob número 0802794-05.2016.8.20.5001 contra a Companhia. Nesta ação está sendo cobrado os valores do ICMS sobre a conta de energia emitida pelo consumo de energia realizado pela CAERN, relativo ao período de 01/2013 a 10/2014. Tal situação, ocorreu em virtude de a COSERN ter cometido um equívoco e não ter efetuado a emissão da conta de energia de forma correta, haja vista que ela não considerou na Base de Cálculo do ICMS o valor da subvenção governamental advinda da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Até o primeiro trimestre de 2024, a classificação da contingência era considerada de risco possível. Contudo, no segundo trimestre de 2024, em razão de novos entendimentos jurídicos, o risco passou a ser classificado como provável, o que resultou no reconhecimento da provisão correspondente nas demonstrações financeiras. A Companhia acompanha o processo com seus assessores jurídicos e mantém controles internos para avaliação contínua dos impactos financeiros decorrentes da ação.

23.5. Passivos Contingentes - Risco de Perda Possível/Remota

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão registradas no Balanço Patrimonial, pois envolvem risco de perda classificadas pelos representantes legais (advogados) como possível e remota.

Em 31 de dezembro de 2025, dentre os processos abertos, a CAERN possui 2.266 (duas mil, duzentas e sessenta e seis) ações classificadas com risco de perda possível. Dentre essas ações destacam-se as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivos Contingentes – Risco de Perda Possível		
Processo Cível (0801581-80.2024.8.20.5001) (a)	4.512	4.512
Processo Cível (0830476-56.2021.8.20.5001) (b)	4.230	4.230
Demais processos (c)	73.162	63.612
	81.904	72.354

a) A Empresa Construtora A. Gaspar S/A, por meio do processo nº 0801581-80.2024.8.20.5001, ingressou com uma ação contra a Caern acerca de obrigações contratuais;

b) A ECOCIL – Empresa de Construções Cíveis Ltda, por meio do processo nº 0830476-56.2021.8.20.5001, ingressou com uma ação contra a Caern acerca de obrigações contratuais;

c) Nos demais processos contingentes, classificados com risco de perda possível, são constituídos de demandas advindas de multas e sanções ambientais, de cobranças indevidas, indenizações por danos morais e materiais, como também demandas de cunho trabalhista, totalizando o quantitativo de 2.264 processos em 31 de dezembro de 2025.

Quanto às ações classificadas como de risco remoto, verifica-se que a Companhia é parte em 878 (oitocentas e setenta e oito) ações, distribuídas nas áreas trabalhistas, tributárias e cíveis. Dentre essas ações destacam-se as seguintes:

a) Desabastecimento de água nos municípios de Guimarães e Macau. Onde o pedido liminar nº 0801380-38.2022.8.20.5105, com valor de causa estimado em R\$ 20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil reais), requer que a CAERN e os municípios de Guimarães e Macau realizem, solidariamente, o abastecimento de água por meio de caminhões-pipa, sem cobrança de tarifas, para os usuários que ainda não possuem ramais ou rede de distribuição, até a conclusão da tubulação em toda a área urbana. Além disso, determina que a CAERN realize a construção da nova adutora, com a apresentação de relatórios mensais ao juízo até a finalização da obra. Por fim, exige que os municípios de Guimarães e Macau apresentem o

contrato de concessão de serviço público com a CAERN, bem como o Plano Municipal de Saneamento Básico, abrangendo toda a zona urbana.

c) Celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os valores depositados estão previstos para liberação parcial, em intervalos semestrais, mediante a comprovação do progresso das obras pela CAERN. No momento, a CAERN já informou o cumprimento parcial das obras por meio de petição e aguarda a decisão judicial sobre a liberação dos recursos no valor de R\$ 3.360.192,96 (três milhões, trezentos e sessenta mil, cento e noventa e dois reais e noventa e seis centavos). No entanto, desde 30/10/2023, a Companhia e o Ministério Público aguardam manifestação do juízo acerca dos requerimentos apresentados, sem previsão para a liberação dos recursos financeiros depositados.

23.6. Ativo Contingente

A Companhia possui ativos com expectativa de ganho considerada provável.

23.6.1. Inscrição de precatório da UFRN

Refere-se a obtenção favorável à CAERN, expedida em 03/02/2022, resultando na inscrição do precatório nº 2021.84.00.001.201364, referente à ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, relativos a faturas em atraso da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A Companhia espera um recebimento futuro de R\$ 7.972. Foi requerido ao juízo a liberação dos valores depositados por meio do processo 03210347.000181/2022-26, entretanto, o pedido foi indeferido. O setor jurídico da Companhia opôs embargos de declaração, os quais foram devidamente contrarrazoado pela UFRN, estando, no entanto, aguardando julgamento. Em 15 de maio de 2025, o juiz decidiu suspender o recurso interposto pela CAERN, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) profira decisão definitiva sobre o assunto e assim se encontra até a data final deste relatório.

23.6.2. Reconhecimento da Imunidade Tributária recíproca – período 2004 a 2024

O reconhecimento, pelo poder judiciário, da aplicabilidade da tese da Imunidade tributária recíproca à CAERN, por meio do trânsito em julgado, em 19/12/2024, do Mandado de Segurança nº 00038-04-2009.4-05-8400, através do proferimento de acórdão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do Recursos Extraordinário nº 858.893-RN.

Com essa decisão, a CAERN adquiriu o direito de requerer créditos tributários referentes ao período de 2004 a 2024, especificamente sobre o recolhimento de Imposto de Renda. Além disso, a

mudança no regime de apuração do PIS e da COFINS de não cumulativo para cumulativo também passa a ser aplicável, onde a Companhia espera um crédito futuro de R\$ 348.975.621,21 (trezentos e quarenta e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e um reais e vinte e um centavos).

23.6.3. Inconsistência em operação via PIX

A Companhia é parte requerente na Tutela Cautelar Antecedente nº 0801222-96.2025.8.20.5001, em trâmite perante a 17ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN, proposta em face de MercadoPago.com Representações Ltda., cujo objeto consiste no bloqueio e posterior recuperação de valores decorrentes de fraude eletrônica (PIX).

O valor atribuído à causa é de R\$ 3.494,58. O processo encontra-se em andamento e, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não houve decisão judicial definitiva que assegure, com grau de certeza suficiente, o ingresso dos recursos aos cofres da Companhia. Nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, eventual recuperação dos valores caracteriza-se, neste momento, como ativo contingente, não sendo, portanto, reconhecido contabilmente. A Companhia manterá o acompanhamento do processo judicial e procederá ao reconhecimento contábil somente quando o ingresso de benefícios econômicos se tornar praticamente certo.

24. RECEITA DIFERIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Diferida		
Receita Diferida da Subvenção Governamental	920.579	858.630
Total da Receita Diferida	920.579	858.630

24.1. Receita Diferida da Subvenção Governamental

Na rubrica subvenção governamental são reconhecidos os valores financeiros que foram repassados à Companhia pela União Federal (contratante) e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte (contratada), visando cumprir os contratos de repasse que foram firmados, onde a Companhia figura como interveniente executor, haja vista possuir o conhecimento técnico acerca da execução das obras de saneamento no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

Em obediência ao CPC 07 (subvenções governamentais), verifica-se que os repasses financeiros recebidos pela CAERN, advindos de repasses de verbas do OGU – Orçamento Geral da União e do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, são registrados por meio da contabilização da subvenção governamental, onde a referida rubrica será reconhecida no resultado da CAERN como receita concomitantemente a realização da despesa de amortização dos bens que foram construídos, conforme preceitua o item 17 do CPC 07.

O detalhamento das subvenções governamentais, recebidas pela CAERN, estão distribuídas nos empreendimentos abaixo:

RECURSOS FINANCEIROS DE SUBVENÇÕES RECEBIDOS POR OBRA				
Obra	31/12/2025			31/12/2024
	Subvenção acumulada	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
SES Parnamirim	130.067	-	130.067	129.916
SES Macaíba	2.484	-	2.484	2.484
SES Macaíba (Ampliação)	13.171	-	13.171	12.854
SES Macaíba - Bacia 3 e ETE	9.255	-	9.255	8.617
SES Redinha e Redinha Nova	9.507	-	9.507	9.507
SES Natal - Bacias E, F e K	55.469	-	55.469	55.364
SES Natal - Zona Sul	106.822	-	106.822	101.327
SES Natal - Zona Norte	293.008	-	293.008	240.521
SAA Caraubas	3.057	(111)	2.946	3.003
SAA Pendências-Macau-Guamaré-Baixa do Meio	14.400	-	14.400	14.400
SAA Jardim de Piranhas	5.037	-	5.037	5.015
SES Caicó - Bacias 5 e 6	30.520	(45)	30.475	27.208
SAA Parnamirim	16.382	-	16.382	16.382
SAA Mossoró, ETAs e EEAs	30.524	(1.620)	28.904	18.621
SAA Adutora Santa Cruz Apodi/Mossoró	77.098	(243)	76.855	81.453
SAA São José Seridó	3.582	-	3.582	3.582
SES Parelhas	10.815	(29)	10.786	10.814
SES Pium/Cotovelo/Pirangi	7.673	-	7.673	7.673
SES São Paulo do Potengi	4.765	-	4.765	4.765
SAA Portalegre	1.712	(28)	1.684	1.707
SAA São João do Sabugi	1.706	-	1.706	1.639
SAA Pendências	1.593	-	1.593	1.517
CEF SAA Assu C 6000002070	158	-	158	147
CEF CC 647090 4 SAA Governador Dix Sept Rosado	24	-	24	37
BBMTUR CAERN SETUR GOV RN C 100366	114	-	114	101
SAA Substituição da Rede de Natal	137	(116)	21	36
SAA Sub-Adutora Jiqui/Pirangi	1.285	(1.086)	199	334
SES Bacia Zona Sul de Natal - Bacia D	2.498	(2.112)	386	650
SAA Captação Adutora Rio Doce	599	(507)	92	156
SES Zona Sul Natal - Coletor Geral 3	3.476	(2.939)	537	904
SES Mossoró - Apodi	10.954	(10.954)	-	927
SAA Assu (Ampliação)	11.942	(1.594)	10.348	10.738
SES Natal - Bacias BS e CS	4.836	(3.892)	944	1.573
SES São José Mipibu	14.957	(1.233)	13.724	13.849
SAA Caicó (Zona Norte)	61.224	(16.810)	44.414	47.322
SAA Nova Parnamirim	10.936	(2.717)	8.219	8.645
SES Assú	13.475	(507)	12.968	13.211
Outros	1.943	(83)	1.860	1.631
Total da Subvenção	967.205	(46.626)	920.579	858.630

25. PASSIVO REGULATÓRIO

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Passivo Regulatório	-	-
	-	-
<u>Não-Circulante</u>		
Passivo Regulatório	71.383	-
	71.383	-
Total do Passivo Regulatório	71.383	-

Com o reconhecimento, pelo Poder Judiciário, da aplicabilidade da tese da imunidade tributária recíproca à CAERN, em 19 de dezembro de 2024, por meio do trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 00038-04-2009.4.05.8400, confirmado por acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito do Recurso Extraordinário nº 858.893-RN, a Companhia iniciou os trâmites necessários para usufruir do benefício do crédito tributário ao longo do tempo. Esse processo vem sendo conduzido em conformidade com a orientação do escritório patrono De Rosa, Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados.

De acordo com as premissas apresentadas pelo escritório, foi realizado o levantamento dos valores atualizados até maio de 2025, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	ORIGINAL	SELIC	TOTAL
PIS	43.836	24.672	68.508
COFINS	205.063	114.327	319.390
IRPJ	64.123	35.320	99.443
Acréscimos legais IRPJ	4.483	4.513	8.996
IOF	4.224	1.466	5.690
TOTAL	321.729	180.298	502.027

O montante total corresponde aos créditos tributários obtidos em todos os municípios onde a CAERN atua como prestadora de serviços. Atualmente, a Companhia realiza estudos para definir o método de rateio mais adequado à distribuição do referido crédito por município.

Na sequência, foi protocolado junto à Receita Federal o pedido de habilitação do crédito tributário, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021, etapa necessária para viabilizar a compensação, respeitado o limite legal. O pedido foi deferido em 7 de maio de 2025, data a partir da qual a CAERN passou a realizar compensações tributárias.

Do ponto de vista contábil, foi reconhecida, na competência de maio de 2025, uma provisão de passivo regulatório, referente a obrigação relativa aos reflexos regulatórios decorrentes do compartilhamento tarifário dos benefícios econômicos obtidos. A mensuração contemplou exclusivamente os valores de IRPJ e respectivos acréscimos legais, já homologados pela Receita Federal mediante a transmissão das obrigações acessórias. Depois foram deduzidos das despesas com honorários e da baixa de IRRF diferido, oriundo do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias – os quais não serão mais recuperados –, bem como acréscimos da atualização monetária pela taxa SELIC.

Os demais valores não foram reconhecidos contabilmente, por ainda se tratar de créditos controvertidos que dependem de chancela da Receita Federal, sendo, portanto, classificados como ativo contingente.

Ressalta-se que a CAERN é regulada por três agências (ARSBAN, ARSEP e AGRM), mas apenas a ARSBAN possui procedimento de revisão tarifária previsto na Resolução nº 2/2018, que permite a consideração da carga tributária na definição das tarifas cobradas ao consumidor. A expectativa da Companhia é que a ARSBAN destine 25% do benefício obtido à Concessionária, em linha com precedentes de outras companhias de saneamento e com a Norma Técnica nº 006/2025 da AGEPAR. Esse entendimento é reforçado pelo fato de que, em caso de insucesso judicial, todos os riscos, custos e honorários advocatícios seriam suportados exclusivamente pela Concessionária, sem repasses ao consumidor. Assim, com o êxito obtido, a Companhia deverá arcar com os desembolsos referentes aos honorários advocatícios, bem como instituir controles internos que viabilizem o aproveitamento integral do benefício tributário reconhecido.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social

O capital social é composto de ações ordinárias e preferenciais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Nos últimos dois anos estavam distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Ordinárias	1.727.411.348	99,99%	1.458.952.032	99,99%
Preferenciais	156.909	0,01%	156.909	0,01%
Total do Capital Social	1.727.568.257	100%	1.459.109.941	100,00%

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos onde o seu recebimento, por ação, deve ser no mínimo 10% maior que o atribuído as ações do tipo ordinária.

Atualmente, do total das ações ordinárias (com direito a voto), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 97,22% do total de ações. Dentre os demais acionistas que possuem

ações ordinárias, o que corresponde a 2,77%, destaca-se o Fundo Financeiro do Estado do Rio Grande do Norte – FUNFIRN (direito do Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN) que possui 2,69%, a União Federal com um total de 0,07% e os demais acionistas com 0,01% das ações, sendo estes formados por órgãos estaduais, municipais e pessoas físicas. Já as ações preferenciais (sem direito a voto) pertencem 100% à União Federal, correspondendo a um percentual de 0,01% do total das ações.

No dia 29 de abril de 2025, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, onde dentre os assuntos discutidos, destacou-se o aumento de capital, com emissão de novas ações ordinárias, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Dessa forma, houve o aumento de R\$ 268.457, sendo R\$7.216 advindo do saldo existente na reserva de incentivos fiscais, e R\$ 261.241 advindos da capitalização da reserva de expansão.

Nesta mesma assembleia houve a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Quanto ao pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) ao acionista majoritário, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, procedeu-se a um encontro de contas dos débitos e compromissos que mantidos com a Companhia. Do montante destinado, no valor de R\$ 38.483, foram compensados R\$ 26.144, relativos às obrigações em atraso oriundas das faturas de água e esgoto e de parcelamentos acordados, e o valor residual de R\$ 12.339 foi transferido dia 27 de junho de 2025 para o acionista majoritário.

26.2. Reserva de Capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada para: absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; resgate de partes beneficiárias; incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada, conforme descrito no art. 200 da Lei 6.404.

O saldo registrado em reserva de capital permaneceu inalterado em dezembro de 2025, sem variação em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024 (R\$ 50.363).

26.3. Reservas de Lucros

26.3.1. Reserva Legal

É constituída no percentual de 5% do lucro líquido do período, sendo limitada até o limite de 20% do capital social.

O saldo ao final deste exercício foi de R\$ 16.858 (R\$ 11.724 em 31/12/2024).

26.3.2. Reserva de Incentivos Fiscais

Trata-se de uma reserva criada para destinar a parcela do lucro líquido do período proveniente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, conforme estabelece o artigo 195-A da Lei 6.404/76. No entanto, em dia 29 de abril de 2025, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, na qual foi aprovada a incorporação do saldo das reservas de incentivos fiscais, no valor de R\$ 7.216, para aumento do capital social da Companhia.

Ao final de dezembro de 2025, o saldo das reservas de incentivos fiscais totalizou R\$ 8.681 (R\$ 7.217 em 31/12/2024).

26.3.3. Reserva de Expansão

O lucro remanescente, após constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, antes da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos, será destinado à reversa de expansão. Esses recursos serão aplicados em projetos de ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, em conformidade com os planos de investimentos da Companhia.

Desde o encerramento do exercício de 2020, a CAERN tem alocado parte do lucro do período para a reserva de expansão, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Os limites destinados a essa reserva foram definidos com base no plano de investimentos da Companhia no período de 2025 a 2029, conforme demonstrado abaixo:

<u>ANO</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>TOTAL</u>
Valor Limite	282.843	602.340	235.463	110.997	15.183	1.246.826
Reserva de Expansão	88.703	-	-	-	-	88.703

Para o ano-calendário de 2025, a administração propõe a destinação de R\$ 88.703 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos (R\$ 44.715 em 31/12/2024). Ressalta-se que a retenção do lucro tem como objetivo viabilizar as obras de universalização previstas na Lei 11.445/07.

Por fim, cabe destacar que essa proposta está sujeita à aprovação posterior da Assembleia dos Acionistas.

26.3.4. Lucros/Prejuízo por Ação

26.3.4.1. Básico e Diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	102.688	50.543
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	1.727.568	1.459.109
Prejuízo/Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,0594	0,0346

26.3.4.2. Dividendos Adicionais Propostos

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	102.688	50.543
(-) Constituição da Reserva Legal	(5.134)	(2.527)
(=) Lucro a distribuir:	97.554	48.016
(-) Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(8.681)	(9.479)
Realização custo atribuído	41.674	45.763
(-) JCP a distribuir	(22.218)	(10.200)
(-) Constituição da Reserva de Expansão	(88.703)	(44.715)
(=) Dividendos Adicionais Propostos	19.626	29.385

De acordo com o estatuto da Companhia está estabelecido que os acionistas terão direito a receber, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado (nota 22.1.1).

Em 29 de abril de 2025, o acionista majoritário deliberou pela aprovação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2024 e a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP). O pagamento do JCP será pago ocorreu no segundo trimestre de 2025.

No ano de 2025 foi estipulado que será distribuído um valor acima do limite mínimo permitido de Juros sobre Capital Próprio, conforme IN 1700 da RFB, a título de distribuição de lucros, na importância de R\$ 41.844, ultrapassando, assim, os Dividendos mínimos obrigatórios que foram calculados em R\$ 22.218.

Ademais, segundo a Interpretação Técnica – ICPC 08, a parcela que exceder ao previsto legal ou estatutariamente deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo “dividendo adicional proposto”, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Ao fim do exercício de 2025 houve um excedente de R\$ 19.626 mantido nesta conta.

26.4. Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes representam as alterações ocorridas no patrimônio líquido, em um determinado período, que não transitaram pela DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.

Ajustar o valor de um ativo consiste em adotar uma prática contábil amplamente difundida: o valor justo, devidamente suportado por laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada. A diferença entre o custo atribuído e o valor contábil original é demonstrada na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), conforme disposto no ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

O Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis. Essa conta registra a contrapartida das modificações de ativos a valor justo, que não transitaram pela DRE, ou seja, a realização dessa conta ocorre na mesma proporção das baixas, depreciações e amortizações dos bens registrados nos ativos imobilizados e intangíveis.

Ao final do exercício de 2025, o saldo da conta contábil Ajuste de Avaliação Patrimonial apresentou o montante de R\$ 864.678.935,20 (oitocentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

A movimentação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial da Companhia, referente ao exercício de 2025, foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2024	(+) Adições	(-) Amortizações	Saldo em 31/12/2025
Outros Resultados Abrangentes				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Imobilizado	69.497	-	(2.023)	67.474
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Intangível	836.856	-	(39.651)	797.205
Total	906.353		(41.674)	864.679

27. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água</u>		
Tarifa residencial	719.912	680.554
Tarifa comercial	77.732	64.724
Tarifa industrial	19.165	13.759
Órgãos públicos	59.744	55.205
	<u>876.553</u>	<u>814.242</u>
<u>Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água</u>		
Ligações	5.280	4.113
Religações e sanções	15.074	11.779
Ampliações	-	(1)
Outras receitas indiretas	4.475	3.672
	<u>24.829</u>	<u>19.563</u>
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	901.382	833.805
<u>Receitas diretas de serviços de esgotos</u>		
Tarifa residencial	132.196	124.564
Tarifa comercial	42.802	37.666
Tarifa industrial	19.016	17.242
Órgãos públicos	14.750	13.894
	<u>208.764</u>	<u>193.366</u>
<u>Receitas indiretas de serviços de esgotos</u>		
Ligações	387	279
	<u>387</u>	<u>279</u>
Total das receitas de serviços de esgotos	209.151	193.645
<u>Total do faturamento bruto de água e esgoto</u>	1.110.533	1.027.450
<u>Demais receitas</u>		
Receita de Construção (i)	202.971	248.112
<u>Total das receitas brutas</u>	1.313.504	1.275.562
<u>(-) Deduções de impostos sobre receitas</u>		
COFINS sobre receitas (ii)	(33.316)	(74.336)
PIS sobre receitas (ii)	(7.218)	(16.137)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(17.842)	(15.869)
	<u>(58.376)</u>	<u>(106.342)</u>
Total da receita líquida dos serviços prestados	1.255.128	1.169.220

A receita operacional líquida da Companhia, apresentada nesta nota explicativa, é obtida pela dedução dos tributos incidentes sobre a receita operacional bruta. Para a Companhia, esses tributos são: COFINS, PIS e a taxa de regulação sobre o faturamento. A receita operacional está segmentada em serviços de abastecimento de água e serviços de esgoto.

Do montante registrado no grupo, cabe destacar o seguinte:

- (i) A variação na receita de construção ocorreu pela redução da movimentação das obras em andamento, uma vez que o valor é calculado com base no progresso dessas obras.
- (ii) Na data de 19 de dezembro de 2024, foi emitida a certidão de trânsito em julgado referente ao processo judicial que discutia a imunidade tributária da CAERN. Como consequência da concessão da referida imunidade, houve a alteração do regime de apuração do PIS e da COFINS, que passou de Não Cumulativo para Cumulativo. A principal diferença entre os regimes consiste na forma de apropriação de créditos: no regime Não Cumulativo, era possível aproveitar créditos de PIS/COFINS sobre a contratação de bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços - como energia elétrica, aluguéis, máquinas e equipamentos, além de encargos de depreciação e amortização. Já no regime Cumulativo, essa apropriação de créditos não é permitida. Por outro lado, as alíquotas no regime Cumulativo são menores: 0,65% para o PIS e 3,0% para o COFINS, em comparação com 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS no regime Não Cumulativo. Essa alteração resultou em uma redução de 55% no valor total de PIS/COFINS incidente sobre receitas no exercício de 2025, quando comparado com o exercício anterior.

Em 26 de março de 2025, foram assinadas as resoluções que tratam do reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do Estado do Rio Grande do Norte, conforme segue:

- a) Municípios do interior, com exceção de Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de caráter estadual, aprovou o reajuste tarifário por meio da Resolução nº 2.0003.03, aplicando um índice de 6%.
- b) Município de Mossoró: A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Mossoró (AGRM), de caráter municipal, aprovou a Resolução nº 2.0007.00, também com aplicação de 6%.

Ambas as resoluções entraram em vigor a partir de 1º de abril de 2025, sendo previsto o reflexo nas tarifas praticadas pela Companhia a partir de 30 dias após a data de vigência, ou seja, a partir de 1º de maio de 2025.

- c) Em relação ao município de Natal, o pedido de reajuste foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CONSAB), e pela Resolução nº 01/2025 da

ARSBAN, datada de 29 de maio de 2025, sendo autorizado o percentual de 8,91% para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O reflexo nas tarifas ocorrerá 30 dias após a entrada em vigor da referida resolução.

28. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Sistema de abastecimento de água		
Custos com pessoal (i)	(136.060)	(121.695)
Custos com material (ii)	(11.412)	(17.579)
Serviços de terceiros (ii)	(19.751)	(28.575)
Energia elétrica (ii)	(126.035)	(112.656)
Custo com produto químico (ii)	(33.350)	(14.590)
Custos gerais	(2.416)	(3.366)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível (ii)	(82.399)	(77.163)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(578)	(938)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	(8)	(130)
	<u>(412.009)</u>	<u>(376.692)</u>
Sistema de esgoto sanitário		
Custos com pessoal (i)	(49.551)	(43.626)
Custos com material (ii)	(3.472)	(3.817)
Serviços de terceiros (ii)	(20.453)	(16.145)
Energia elétrica (ii)	(12.070)	(10.074)
Custo com produto químico (ii)	(2.454)	(1.352)
Custos gerais	(704)	(364)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível (ii)	(22.907)	(21.135)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(4.024)	(4.337)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	-	(1.570)
	<u>(115.635)</u>	<u>(102.420)</u>
Custo de Construção	(202.971)	(248.112)
Total dos custos dos serviços prestados	<u>(730.615)</u>	<u>(727.224)</u>

Os custos dos serviços prestados compreendem os custos com o serviço de fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção, operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros e demais serviços, bem como custo de construção.

Em relação à variação nos custos dos serviços prestados, é importante destacar que, conforme regulamentação recente, foi estabelecida a cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado do Rio Grande do Norte. Essa medida está em conformidade com o Decreto nº 33.286/2023, que determina as condições e os valores para a utilização da água bruta. A implementação dessa cobrança visa garantir o uso sustentável e o controle adequado dos recursos hídricos.

Em relação a variação nos custos dos serviços prestados do exercício de 2025 para 2024, cabe destacar os seguintes pontos:

- (i) A partir de janeiro de 2025, a Companhia passou a reconhecer a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos seus colaboradores com base em uma projeção anual, haja vista a estipulação prévia de indicadores de resultados. A seguir, apresenta-se a composição dos benefícios oferecidos aos trabalhadores no âmbito dos custos dos serviços prestados:

BENEFÍCIOS	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Assistência médica e social aos empregados	(471)	(442)
Formação profissional de empregados	(79)	(44)
Previdência privada	(1.160)	(443)
Vale transporte	(2.761)	(2.578)
Comissões, prêmios e outras gratificações	(1.642)	(1.682)
Participação em lucros ou resultados	(9.022)	(4.319)
Auxílio creche	(1.725)	(1.650)
Auxílio funeral	(234)	(168)
Auxílio baba	(9)	(15)
Prorrogação licença maternidade	(54)	(59)
Plano de demissão voluntária	760	(2.560)
Total dos Benefícios	<u>(16.397)</u>	<u>(13.960)</u>

- (ii) Em 19 de dezembro de 2024 foi emitida a certidão de trânsito em julgado referente ao processo judicial que reconheceu a imunidade tributária da CAERN. Como consequência, o regime de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS passou de Não Cumulativo para Cumulativo. No regime anterior, era permitido o aproveitamento de créditos sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços - como energia elétrica, aluguéis, máquinas e equipamentos, além de encargos de depreciação e amortização. Com a mudança para o regime Cumulativo, esses créditos deixaram de ser admitidos, ocasionando elevação nos custos da Companhia, ainda que as alíquotas aplicáveis sejam menores no novo regime.

29.DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição das despesas administrativas por natureza, é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de pessoal (i)	(141.849)	(129.430)
Despesas com material	(1.481)	(1.823)
Serviços de terceiros	(116.804)	(102.296)
Energia Elétrica	(1.853)	(1.470)
Despesas gerais	(63.382)	(24.129)
	(325.369)	(259.148)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(6.593)	(6.782)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento – CPC 06	(13.205)	(11.779)
	(19.798)	(18.561)
Ressarcimento das despesas (a)	6.884	5.924
Total das despesas administrativas	(338.283)	(271.785)
(a) Detalhamento do ressarcimento da despesa		
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapvida	6.013	5.367
Por uso/danos propriedade da empresa	24	13
Outros ressarcimentos	847	544
	6.884	5.924
Total das despesas administrativas		

As despesas administrativas representam gastos necessários para a gestão e operação da empresa, que não estão diretamente relacionados à sua atividade principal ou fim, mas são essenciais para sustentar as funções internas e estratégicas. Elas garantem o suporte necessário para o funcionamento da estrutura organizacional e ajudam a manter a empresa operando de forma eficiente.

Em relação aos benefícios oferecidos aos colaboradores da Companhia, no contexto das despesas administrativas, destacam-se:

BENEFÍCIOS	31/12/2025	31/12/2024
Assistência médica e social aos empregados	(12.293)	(13.863)
Formação profissional de empregados	(233)	(88)
Previdência privada	(1.195)	(866)
Vale transporte	(486)	(513)
Comissões, prêmios e outras gratificações	(1.348)	(1.003)
Participação em lucros ou resultados	(7.413)	(2.963)

Programa de alimentação do trabalhador (i)	(37.673)	(35.990)
Uniformes para empregados	(198)	(415)
Auxílio creche	(566)	(529)
Auxílio funeral	(38)	(46)
Auxílio baba	(20)	(16)
Prorrogação licença maternidade	(89)	(14)
Programa de saúde e qualidade de vida (ii)	(1.089)	(562)
Plano de demissão voluntária (iii)	45	(1.690)
Total dos Benefícios	(62.596)	(58.558)

Do montante de R\$ 65.430 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte:

- (i) Programa de alimentação do trabalhador: A partir de maio de 2025, os valores referentes ao programa de alimentação do trabalhador, incluindo os benefícios vale junino e vale natalino, foram reajustados em 3,92%. Esse percentual corresponde ao índice DIEESE, conforme acordo coletivo de trabalho vigente para o período de 2024 a 2026.
- (ii) Programa de saúde e qualidade de vida: Com o objetivo de promover a qualidade de vida, saúde e bem-estar dos colaboradores, a companhia aderiu ao Wellhub, plataforma que visa incentivar os colaboradores a manterem-se fisicamente ativos. Este programa contribui também para a redução dos custos com assistência médica e melhora o desempenho geral da equipe.
- (iii) Plano de demissão voluntária (PDV): As premissas utilizadas para mensuração da provisão relacionada ao PDV foram revisadas, especialmente no que se refere à expectativa de adesão e despesas associadas.

30. DESPESAS COMERCIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de pessoal	(32.242)	(30.620)
Despesas com material	(27)	(32)
Serviços de terceiros	(44.209)	(32.302)
Despesas gerais	(756)	(502)
	(77.234)	(63.456)
Depreciação e amortização	(885)	(819)
Ganhos (Perdas) na realização de créditos	(54.025)	(61.750)
Total das despesas comerciais	(132.144)	(126.025)

As despesas comerciais referem-se aos gastos nas atividades comerciais voltadas à geração de receitas, incluindo serviços relacionados à cobrança de clientes e outros custos pertinentes.

A seguir, apresenta-se a composição dos benefícios oferecidos aos trabalhadores no âmbito das despesas comerciais:

BENEFÍCIOS	31/12/2025	31/12/2024
Assistência médica e social aos empregados	(70)	(69)
Previdência privada	(179)	(93)
Vale transporte	(385)	(364)
Comissões, prêmios e outras gratificações	(201)	(1.000)
Participação em lucros ou resultados	(978)	(1.218)
Uniformes para empregados	(10)	(29)
Auxílio creche	(340)	(317)
Auxílio funeral	(49)	(46)
Auxílio babá	(4)	(1)
Prorrogação licença maternidade	(13)	(4)
Plano de demissão voluntária	(300)	-
Total dos Benefícios	(2.529)	(3.141)

31. PROVISÃO E REVERSÃO DE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões Ambientais	522	151
Provisões Cíveis	8.147	(4.495)
Provisões Trabalhistas	(1.235)	(1.307)
Provisões Tributárias	(235)	(4.912)
Total das provisões para contingências	7.199	(10.563)

32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

<u>Tributos Federais</u>	31/12/2025	31/12/2024
Programa de Integração Social (PIS)	(257)	(424)
Cont. Financ. Da Seguridade Social (COFINS)	(1.184)	(2.587)
IOF	-	(412)
	(1.441)	(3.423)
<u>Tributos Estaduais</u>		
ITCD	-	(12)

Taxa de Licenciamento de veículo	(76)	(44)
	(76)	(56)
<u>Tributos Municipais</u>		
ISS	(26)	-
IPTU e Taxa de Lixo	(141)	(8)
Taxa de Licença e Localização	(744)	(574)
Taxa de Limpeza Pública	(851)	(959)
Taxa de Fundos Municipais de Saneamento Básico	(5.595)	-
	(7.357)	(1.541)
Total das Despesas Tributárias	(8.874)	(5.020)

32.1. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

As contas contábeis em questão registram as despesas de PIS e COFINS incidentes sobre as demais receitas, como por exemplo receita de aluguel e receitas financeiras. Verificou-se que houve uma redução em comparação com ao mesmo período do exercício anterior. Tal redução decorreu da alteração do regime de apuração de não cumulativo para cumulativo, em virtude do reconhecimento da imunidade tributária, obtida por meio de decisão judicial, conforme detalhado na nota explicativa 27.

32.2. Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF

IOF é o imposto sobre operações financeiras, que demonstra o quanto desse tributo incidiu sobre as aplicações financeiras de recursos próprios. Quanto a ausência de despesa com IOF, justifica-se pela aplicação da imunidade tributária reconhecida judicialmente, com efeitos a partir da competência 12/2024.

32.3. Taxa de Licenciamento de Veículo

A taxa de licenciamento de veículos serve para cobrir os custos de emissão da documentação do veículo. Então, anualmente, esta taxa é cobrada pelo DETRAN/RN para que os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) dos automóveis da CAERN sejam atualizados.

32.4. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU

O IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano) é um imposto brasileiro com previsão na Constituição Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade, domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana.

O Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Recurso Extraordinário 858.893, reconheceu imunidade tributária à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte no que concerne ao pagamento de IPTU dos imóveis de sua propriedade. Então, desde a decisão do STF, a CAERN vem buscando, administrativamente, junto aos municípios a referida imunidade.

32.5. Taxa de lixo

A Taxa de Lixo, tecnicamente denominada Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, constitui tributo municipal destinado ao custeio dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Seu cálculo considera, entre outros critérios, a metragem do imóvel, a natureza da utilização e a localização, sendo usualmente cobrada conjuntamente com o IPTU, podendo variar conforme a demanda e a abrangência dos serviços prestados.

No exercício de 2025, foi lançado o valor de R\$ 132, o qual é objeto de ação judicial que visa à revisão do montante cobrado a título da referida taxa. Considerando que o referido processo ainda não foi definitivamente julgado e que a exigibilidade do crédito relativo ao exercício de 2025 encontra-se suspensa por decisão judicial, entende-se, por medida de cautela e com o objetivo de resguardar os interesses da CAERN, pela manutenção da suspensão da cobrança da Taxa de Lixo até o trânsito em julgado da demanda.

32.6. Taxa de Licença e Localização

A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento.

32.7. Taxa de Fundos Municipais de Saneamento Básico

A Taxa se refere ao Fundo Municipal de Saneamento Básico de Mossoró/RN incidente sobre a receita líquida da CAERN faturada para o referido município. Esta taxa teve sua criação fundamentada no art. 13 da Lei Federal nº 11.445/2007, que faculta aos municípios a criação de fundos com a finalidade de custear, conforme os respectivos planos de saneamento básico, bem como a importância dos fundos municipais de saneamento básico como instrumento de política pública, os quais devem ser reconhecidos e regulamentados pela AGRM.

O objetivo dos fundos municipais de saneamento básico é o aprimoramento dos serviços do setor, buscando a universalização do atendimento ao cidadão. A Resolução Normativa nº 002/2025 estabelece os critérios e condições para o reconhecimento tarifário e o repasse de parte da receita obtida dos prestadores regulados pela AGRM ao Fundo Municipal de Saneamento Básico de Mossoró - FMSB, sendo que o repasse a este fundo poderá ser reconhecido na tarifa dos municípios atendidos por prestador regulado pela AGRM.

33. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A composição de outras receitas operacionais liquidas, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Demais Receitas</u>		
Locação de imóveis	317	259
Resultado na venda de bens do imobilizado	1.100	1.066
Contribuições e doações de particulares	906	1.039
Subvenções investimentos amort. intangível	8.681	7.218
Ganhos em inventários	281	329
Outras Receitas	27	3
Total de outras receitas operacionais	11.312	9.914

34. RECEITAS FINANCEIRAS

A composição das receitas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	19.147	30.486
Descontos recebidos	131	114
Juros ativos obtidos	1.207	1.161
Receita financeira de clientes e variação monetária	29.503	21.120
Juros e acréscimos com créditos tributários (i)	49.363	-
Rendimento resgate judicial	732	280
Total das receitas financeiras	100.083	53.161

As receitas financeiras representam receitas de juros sobre aplicações financeiras, acréscimo por impontualidade, descontos obtidos e juros e acréscimos legais decorrentes de créditos tributários de IRPJ. É reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Do montante de R\$ 100.083 registrado até 31 de dezembro de 2025, cabe destacar o seguinte:

- (i) O aumento do saldo decorre principalmente pelo reconhecimento dos juros e acréscimos legais oriundos dos créditos tributários de IRPJ.

35. DESPESAS FINANCEIRAS

A composição das despesas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Despesas de financiamentos internos</u>		
Juros e taxas	(14.477)	(33.288)
Total das despesas de financiamentos internos	(14.477)	(33.288)
<u>Outras despesas financeiras</u>		
Juros extra financiamento	(5.056)	(4.540)
Multas extra financiamento	(113)	-
Provisão passivo regulatório (i)	(38.418)	-
Custos de transação	(776)	(1.820)
Juros sobre precatórios	(655)	(379)
	(45.018)	(6.739)
Total das despesas financeiras	(59.495)	(40.027)

As despesas financeiras representam gastos relacionados com a remuneração de terceiros, originadas da captação de recursos para viabilizar as atividades operacionais da Companhia. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Do montante de R\$ 59.495 registrado até 31 de dezembro de 2025, cabe destacar o seguinte:

- (i) O aumento do saldo decorre principalmente pelo reconhecimento da provisão do passivo regulatório, no montante de R\$ 38.418.

36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2025		31/12/2024	
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-	104.312	-	51.651
Alíquotas Vigentes de IRPJ e CSLL no Brasil	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Alíquotas Vigentes	-	(9.388)	-	(4.649)
(+) Efeitos Fiscais sobre Adições Permanentes	-	(18.308)	-	(22.355)
(-) Efeitos Fiscais sobre Exclusões Permanentes	-	26.073	-	25.894
(+) Incentivos Fiscais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total das Despesas	-	(1.623)	-	(1.108)
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.623)		(1.108)

Os encargos da contribuição social corrente são calculados com base na legislação tributária em vigor na data do balanço, sendo determinados com base no regime do lucro real.

Quanto ao Imposto de Renda, em dezembro de 2024, foi emitida a Certidão de trânsito em julgado relativa ao Processo nº 00038-04-2009.4-05-8400, referente ao reconhecimento de imunidade recíproca para o Imposto de Renda, conforme previsto no artigo 150, VI, “a”, §2º da Constituição Federal, consequentemente não houve apuração do IRPJ corrente e o reconhecimento do IRPJ diferido a partir do exercício de 2024.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. O lucro tributável é estimado a partir do lucro antes dos tributos extraído da demonstração do resultado e são excluídas/incluídas receitas e despesas incorridas com base na legislação do lucro real consideradas dedutíveis ou não tributáveis de forma permanente ou temporária.

As adições e exclusões temporárias são consideradas, na prática, como despesas dedutíveis e receitas tributáveis, mas apenas nos próximos períodos. Portanto, não devem afetar o cálculo da despesa com os tributos sobre o lucro contábil no período em que nascem ou que se extinguem.

Diferença temporária é a diferença entre o valor contábil de ativo ou passivo no balanço e sua base fiscal. As diferenças temporárias podem ser tanto:

Diferença temporária tributável, a qual é a diferença temporária que resulta em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de ativo ou passivo é recuperado ou liquidado; ou

Diferença temporária dedutível, a qual é a diferença temporária que resulta em valores que são dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de futuros períodos quando o valor contábil do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado.

Base fiscal de ativo ou passivo é o valor atribuído àquele ativo ou passivo para fins fiscais.

A realização da diferença temporária dos tributos diferidos passivos incidentes sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial, ocorre na proporcionalmente ao valor da realização desse novo valor, que vem a ocorrer à medida que esses bens forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, conforme preceitua o ICPC 10.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual a diferença temporária possa ser utilizada.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é constituído pela receita, deduzido dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão

apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

	31/12/2025			31/12/2024		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	876.553	208.764	1.085.317	814.242	193.366	1.007.608
Outras Receitas Operacionais	189.574	38.613	228.187	220.913	47.041	267.954
Total da Receita Operacional Bruta	1.066.127	247.377	1.363.504	1.035.155	240.407	1.275.562
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(32.900)	(7.634)	(40.534)	(73.422)	(17.052)	(90.473)
Taxa de Regulação sobre o faturamento	(14.482)	(3.360)	(17.842)	(12.878)	(2.991)	(15.869)
Receita Operacional Líquida	1.018.745	236.383	1.255.128	948.855	220.365	1.169.220
Custo	(576.754)	(153.861)	(730.615)	(578.042)	(149.182)	(727.224)
Lucro Bruto	441.991	82.522	524.513	370.813	71.182	441.996
Despesas Comerciais	(107.257)	(24.887)	(132.144)	(102.273)	(23.752)	(126.025)
Despesas Administrativas	(274.573)	(63.710)	(338.283)	(220.561)	(51.224)	(271.785)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.979	459	2.438	3.972	922	4.894
Resultado Financeiro	32.944	7.644	40.588	10.659	2.475	13.134
Provisões	5.843	1.356	7.199	(8.572)	(1.991)	(10.563)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	100.927	3.384	104.311	54.037	(2.386)	51.651
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.317)	(306)	(1.623)	(899)	(209)	(1.108)
Lucro Líquido do Exercício	99.610	3.078	102.688	53.138	(2.595)	50.543
Margem Operacional - Não auditado/Revisado	9,9%	1,4%	8,3%	5,7%	(1,1%)	4,4%
Margem Líquida - Não auditado/Revisado	9,8%	1,3%	8,2%	5,6%	(1,2%)	4,3%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício (i)	219.645	50.965	270.610	318.087	73.873	391.960
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	284.015	65.901	349.916	349.756	81.228	430.984
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.720.170	631.171	3.351.341	2.621.499	608.823	3.230.322
Depreciações e Amortizações do Exercício	(105.996)	(24.595)	(130.591)	(99.780)	(23.173)	(122.953)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (ii)	679.266	157.613	836.879	611.937	142.118	754.055
Total do Ativo	3.592.282	833.530	4.425.812	3.477.982	807.735	4.285.717
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.338.710	310.626	1.649.336	1.266.247	294.077	1.560.324

Quantidade de Economias - Não auditado/Revisado (iii)	884.779	268.806	1.171.585	869.583	281.242	1.150.825
Volume Milhares de m³Faturados - Não auditado/Revisado (iv)	143.776	50.207	193.983	129.491	48.999	178.490

Legendas:

- (i) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;
- (ii) Apresentados pelo valor bruto;
- (iii) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;
- (iv) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro para cobertura de danos contra incêndio, raio, explosão, roubo e furto, danos elétricos, responsabilidade civil além de outros danos nas instalações e/ou edificações de estruturas operacionais localizadas no município de Natal e Parnamirim, como também edificações de prédios sedes de Regionais e Almoxarifados localizados nos municípios de Assú, Caicó, Macaíba, Mossoró, Natal, Parnamirim e Pau dos Ferros. Os limites máximos de indenizações dos seguros contratados estão demonstrados a seguir:

Descrição	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização
LMI ÚNICO – 13 Locais	BB Seguros	13/02/2025 A 13/02/2026	30.000.000,00 (trinta milhões de reais)
Sede da Administração Central - Natal			
Almoxarifado Central- Natal			
Almoxarifado da Regional Agreste Trairi - Natal			
Sede da Regional Agreste Trairi - Natal			
Sede e Almoxarifado da Regional Alto Oeste-Pau dos Ferros			
Sede e Almoxarifado da Regional Mato Grande - Macaíba			
Sede e Almoxarifado da Regional Natal Sul - Natal			
Sede da Regional Oeste- Mossoró			
Almoxarifado da Regional Oeste - Mossoró			
Sede e Almoxarifado da Regional Seridó - Caicó			
Sede da Regional Sertão Central - Assú			
Almoxarifado da Regional Sertão Central - Assú			
Almoxarifado Cida- Parnamirim			
RC de Diretores e Administradores - D&O – Directors and Officers	Austral Seguradora	11/03/2025 a 11/03/2026	20.000.000,00 (vinte milhões de reais)
Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais	Sabemi	18/03/2025 A 18/03/2027	30.000,00 (trinta mil reais por morte acidental) e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais por invalidez Permanente por Acidente)
Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Ponta Negra Avenida Alfredo Dias,1, Ponta Negra, Natal-RN	Aliança do Brasil Seguros S/A	08/11/2025 A 08/11/2026	1.000.000,00 (um milhão de reais)

Abrigo de Válvulas – Adutora Jiqui, Avenida Ayrton Senna, Lagoa do Jiqui - Parnamirim	Aliança do Brasil Seguros S/A	08/11/2025 A 08/11/2026	175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)
---	-------------------------------------	----------------------------	--

A Companhia renovou o contrato com a Austral Seguradora S/A para cobertura securitária de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da CAERN (*D & O – Directors and Officers*). O contrato possui abrangência Nacional e Internacional, com um limite máximo de garantia de 20 milhões. A apólice tem vigência de 365 dias, com encerramento previsto para 11 de março de 2026.

A Companhia mantém um contrato de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, garantindo cobertura para empregados e diretores.

39. PARTES RELACIONADAS

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e seus órgãos, bem como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário advindas dos contratos de concessão/programa. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis à que seriam praticados com terceiros.

Em 31/12/2025, a CAERN manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- (i) Participação em contratos de repasse, em que a Companhia participou como Interveniente Executor nos contratos firmados entre a União Federal e o Governo do estado do Rio Grande do Norte;
- (ii) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e demais partes relacionadas, em termos e condições normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta nota;
- (iii) No dia 12 de dezembro de 2022, o Estado do Rio Grande do Norte firmou com a CAERN um contrato nº 911/2022 de negociação de débito com parcelamento e confissão de dívida, tendo como objeto o reconhecimento da dívida total de R\$ 47.561.177,91 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, cento e setenta e sete reais e noventa e um centavos), decorrentes de faturas de consumo de água e esgotos advindos o período compreendido entre o mês de janeiro do ano de 2018 e o mês de dezembro de 2020. Em 15 de setembro de 2023, foi firmado um novo acordo de parcelamento, no valor total de R\$ 71.034.856,44 (setenta e um milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), referente às faturas de consumo de água e esgoto da Secretária da Saúde e Demais Órgãos estaduais do período de janeiro de 2021 a junho de 2023, como também os débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. Cabe ressaltar, que as secretarias assumiram o compromisso de

adimplência das parcelas a vencer e em virtude da referida negociação, porém não exime o Estado do Rio Grande do Norte do pagamento regular das faturas emitidas pela CAERN em seu desfavor. Dessa forma, ficou garantido em contrato que o pagamento das faturas vincendas ou qualquer inadimplemento de alguma parcela do parcelamento, serão quitadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no mês de abril de cada ano, por meio de encontro de contas, relativo aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos que serão distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, diante disso o prazo de prescrição foi interrompido;

- (iv) A companhia em consonância com o CPC 48 constituiu perdas estimadas, inclusive para partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 5 (Contas a receber);
- (v) Dos R\$ 63.928 registrados no ativo circulante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e demais órgãos, R\$ 54.974 correspondem a valores a receber por serviços de água e esgoto, enquanto R\$ 8.953 referem-se a valores a receber dos parcelamentos firmados com a Companhia;
- (vi) Dos R\$ 73.030 registrados no ativo não circulante do Governo do Estado e demais, R\$ 14.775 são pagamentos de contrapartidas de convênio celebrados entre a União e Estado do Rio Grande do Norte, enquanto R\$ 58.255 referem-se a valores a receber dos parcelamentos firmados com a Companhia;
- (vii) Em 27 de junho de 2025, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) aos seus acionistas, inclusive ao acionista majoritário, Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Na ocasião, foi realizado um encontro de contas com o referido ente estatal, no montante de R\$ 26.144, correspondente a débitos em aberto relativos a parcelamentos e faturas de água e esgoto. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos passivos relacionados a juros sobre capital próprio totalizou R\$ 41.852, dos quais R\$ 41.801 referem-se ao acionista majoritário e a órgãos da administração estadual, e R\$ 39 dos demais acionistas, relativos ao exercício corrente. Adicionalmente, permanecia registrado saldo remanescente de R\$ 12, devido aos demais acionistas, referente a juros sobre capital próprio declarados nos exercícios de 2021 a 2024.

A seguir apresenta-se a composição dos impactos das operações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis da Companhia:

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Saldos ativos em 31/12/2025			Saldos ativos em 31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	63.928	73.030	116.924	72.581	74.097	146.678
Prefeitura de Mossoró	31.661	-	30.655	34.460	-	34.460
Outros	6.456	5.364	11.820	7.048	5.364	12.412
Total	102.045	78.394	159.399	114.089	79.461	193.550

	Saldos passivos em 31/12/2025			Saldos passivos em 31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	41.801	-	41.801	39.548	-	39.548
Prefeitura de Mossoró	1	-	1	1	-	1
Outros	50	-	50	46	-	46
Total	41.852	-	41.852	39.595	-	39.595

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Saldos em 31/12/2025					Saldos em 31/12/2024				
	Receitas de Serviços	Custos de Serviços	Despesas de Serviços	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras	Receitas de Serviços	Custos de Serviços	Despesas de Serviços	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras
Governo do Estado do RN e demais órgãos estaduais	62.143	(36.409)	(21.062)	5.716	(3.589)	66.858	(41.584)	(23.072)	3.040	(2.289)
Prefeitura de Mossoró	18.670	(10.868)	(6.854)	1.489	(885)	11.535	(7.174)	(3.980)	524	(395)
Outros	4.327	(2.519)	(1.589)	345	(205)	3.431	(2.134)	(1.184)	156	(117)
Total	85.141	(49.796)	(29.505)	7.550	(4.679)	81.824	(50.892)	(28.236)	3.720	(2.801)

No exercício de 2025, a Companhia pagou remuneração do pessoal-chave da administração no montante de R\$ 2.837 (R\$ 2.787 em 2024), que se refere aos benefícios a empregados de curto prazo. Além da remuneração, a Companhia teve uma despesa de R\$ 692 (R\$ 673 em 2024) a título de encargos sociais.

40. CRIAÇÃO DAS MICRORREGIÕES

A Lei Complementar nº 682, de 15 de julho de 2021 instituiu as microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste e o Litoral-Seridó do estado do Rio Grande do Norte. As estruturas foram criadas para assegurar os recursos da União para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. A microrregião terá natureza jurídica de autarquia governamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público.

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em todos os municípios integrantes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. A Administração acompanha a implantação do novo marco legal do saneamento e trabalha para diminuir as possíveis perdas na posição patrimonial e financeira da Companhia.

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o CPC 24 – Evento Subsequente que trata de eventos que ocorrem e após a data do balanço e antes da autorização da divulgação das demonstrações contábeis, são apresentados os principais eventos subsequentes ocorridos na Companhia.

Em 09 de janeiro de 2026, foi publicada a Instrução Normativa nº 1/2026 da ARSEP, que estabelece a metodologia para cálculo do preço médio de venda de água nos Sistemas Adutores Intermunicipais operados pela Companhia. A norma define que o preço será apurado com base na divisão do custo total regulatório (custos operacionais eficientes, tributos, remuneração do capital e quota de reintegração regulatória) pelo volume de água fornecido aos municípios atendidos. A Administração encontra-se avaliando os impactos regulatórios e econômico-financeiros decorrentes da referida regulamentação. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar, de forma conclusiva, eventuais efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Em 30 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da CAERN deliberou sobre a estruturação do Projeto de Parceria Público-Privada (PPP). O edital, destinada à gestão do esgotamento sanitário em 48 municípios do Estado do Rio Grande do Norte, tem publicação prevista até abril de 2026. A expectativa é que o projeto viabilize investimentos estimados em aproximadamente R\$ 3,9 bilhões, com vistas à ampliação da cobertura e à melhoria dos serviços de esgotamento sanitário nas localidades contempladas.

Em fevereiro de 2026, a Companhia obteve a devida autorização ambiental para o início da operação plena da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Jaguaribe, empreendimento estratégico para a ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário na Zona Norte do município de Natal. A entrada em operação da ETE Jaguaribe representa um dos maiores investimentos recentes em saneamento na região,

elevando o índice de cobertura de esgotamento sanitário de aproximadamente 3% para 95%. O projeto proporcionará benefícios diretos à população atendida, com impactos positivos na saúde pública, na qualidade ambiental e na preservação dos recursos hídricos locais.

Natal, 13 de fevereiro de 2025.

George Marcos de Aquino Freitas

Diretor Presidente (em substituição legal)

George Marcos de Aquino Freitas

Diretor de Planejamento e Finanças

Thiago de Souza Índio do Brasil

Diretor de Operação e Manutenção

Cristiano Pinheiro da Silva

Contador – CRC/RN – 008081/O-1

Gerente de Contabilidade

Juliana Maria Duarte Ubarana

Diretora Administrativa

Sérgio Eduardo Rodrigues da Silva

Diretor de Empreendimentos

José Guilherme de Andrade

Diretor Comercial e de Atendimento

Janaina de Andrade Rocha

Contadora – CRC/RN – 009615/O-3

Gerente de Ativos

Hirohito Akihito de Oliveira Araújo

Contador – CRC/RN – 010672/O-2

Coordenador da Unidade de Contabilidade
Tributária

Kelly Maria de Sousa Nascimento

Coordenadora da Unidade de Contabilidade
Societária



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Natal/RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Boards (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para as notas 7, 25, 34, 35 e 36, onde a Companhia obteve a imunidade tributária no exercício anterior, e para o período habilitou junto a Receita Federal o direito creditório de IRPJ, reconhecendo em seu ativo o resultado os valores com juros e atualizações, a serem compensados. Adicionalmente foi reconhecido uma obrigação relativa aos reflexos regulatórios decorrentes do compartilhamento tarifário dos benefícios econômicos obtidos. Para o período houve a baixa dos valores de IRPJ Diferidos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 20 de março de 2026.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8

Assinado digitalmente
por JOSÉ DIEGO BRAZ
DA SILVA:00758870454
Razão: Eu sou o autor
deste documento
Data: 2026.03.20
13:50:06-03'00'

José Diego Braz da Silva
Contador
CRC/RN 10575/O-9



Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

Em atendimento às atribuições de supervisão e assessoramento previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, art. 24, e no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, em reunião realizada em 24 de março de 2026, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e dos demais documentos técnicos disponibilizados pela Administração.

O Comitê registra que o Relatório da Administração não foi disponibilizado até a data da presente manifestação. Tal ausência constitui limitação no conjunto informacional ordinariamente necessário à apreciação completa da prestação de contas da Companhia, devendo ser formalmente consignada para os devidos fins de governança.

Não obstante a ausência acima registrada, e considerando os elementos efetivamente submetidos à apreciação deste Comitê, o CAE manifesta-se favoravelmente ao encaminhamento das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 ao Conselho de Administração, para deliberação na forma estatutária pertinente.

Fica, por fim, formalmente recomendado que a Administração aperfeiçoe o fluxo de disponibilização documental relativo ao processo de encerramento do exercício, de modo a assegurar a remessa completa e tempestiva de todas as peças pertinentes à análise deste Comitê, inclusive do Relatório da Administração, evitando a recorrência de insuficiência informacional e reforçando a integridade do processo de governança e prestação de contas da Companhia.

Natal/RN, 24 de março de 2026.

Inácia Araújo Bardini
(membro do comitê de auditoria estatutário)

Paloma de Saboya Coelho
(membro do comitê de auditoria estatutário)

Sérgio Ricardo Carvalho de Abreu
(membro presidente do comitê de auditoria estatutário)

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte — CAERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam no dia 25/03/2026, ao exame das Demonstrações Financeiras da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, que compreendem o Balanço Patrimonial relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício; do Resultado Abrangente; das Mutações do Patrimônio Líquido; e dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas que compreendem as políticas contábeis significativas as demonstrações, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Com fundamento nas Demonstrações Financeiras examinadas, no Relatório dos Auditores Independentes – Emerson Auditores e Consultores S/S, que emitiram a opinião sem ressalvas quanto à adequação das demonstrações relativas à posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, este Conselho, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte CAERN em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiros(IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Boards (IASB).

Ressalta-se que a análise ora apresentada se refere tão somente às Demonstrações Financeiras referente ao exercício anual de 2025

Natal, 25/03/2026

Stefanny Caroline Alves Farias

CONSELHEIRA VICE-PRESIDENTE

André Luiz Greve Pereira

CONSELHEIRO MEMBRO

Parecer do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram, em 26 de março de 2026, as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço Patrimonial relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício; do Resultado Abrangente; das Mutações do Patrimônio Líquido; e dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e notas explicativas que compreendem as políticas contábeis significativas as demonstrações, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes; Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Caern, e parecer do Conselho Fiscal. Na ocasião, também foi apresentado ao Colegiado síntese dos principais aspectos operacionais, econômicos e financeiros que integram o Relatório da Administração.

Com base nas informações disponibilizadas e nos esclarecimentos prestados através da Gerência de Contabilidade da Caern e Assessoria de Gestão Estratégica, o Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e sobre o Relatório da Administração, deliberando que todos os documentos apresentados, acompanhado do parecer dos Auditores Independentes sem ressalvas, Parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário, e Parecer do Conselho Fiscal, sejam encaminhados à Assembleia Geral Ordinária, órgão de deliberação superior para apreciação.

Natal, 26/03/2026

Nádia Santos Carlos Belarmino Tavares

CONSELHEIRA PRESIDENTE

Hugo Alexandre Meneses Fonseca

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Marcos Rodrigues Queiroz

CONSELHEIRO MEMBRO

Luiza Maria de Souza Melo Lima

CONSELHEIRA MEMBRO

Maria Virgínia Ferreira Lopes
CONSELHEIRA MEMBRO

Roberto Bezerra Fernandes
CONSELHEIRO MEMBRO

Francisco Rogério Pereira de Oliveira
CONSELHEIRO MEMBRO

Gabriel Motta Bezerra Câmara,
CONSELHEIRO MEMBRO